

Sesc | Serviço Social do Comércio  
ISSN 1809-9815 v.10 n.29 | setembro-dezembro 2015

# SINAIS SOCIAIS

29



Sesc | Serviço Social do Comércio

Departamento Nacional

# SINAIS SOCIAIS

29

ISSN 1809-9815

Sinais Sociais | Rio de Janeiro | v.10 n. 29 | p.1-160 | set.-dez. 2015

Sesc | Serviço Social do Comércio  
PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL  
Antonio Oliveira Santos

DEPARTAMENTO NACIONAL  
*Diretor-Geral*  
Maron Emile Abi-Abib

Coordenadoria de Estudos e Desenvolvimento  
Cláudia Márcia Santos Barros

COORDENAÇÃO  
Gerência de Estudos e Pesquisas  
Andréa Maciel de la Reza

EDITORIA  
Andréa Maciel de la Reza  
Cláudia Márcia Santos Barros  
Mauro Lopez Rego  
Nivaldo da Costa Pereira  
Pedro Hammerschmidt Capeto  
Eduardo R. Gomes (Assessor Editorial)

ASSISTENTE EDITORIAL  
Carlos Lima Júnior

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Assessoria de Comunicação  
Pedro Hammerschmidt Capeto

PROJETO GRÁFICO  
Ana Cristina Pereira (Hannah23)

SUPERVISÃO EDITORIAL  
Jane Muniz

PREPARAÇÃO E PRODUÇÃO EDITORIAL  
Gustavo Barbosa  
(Conceito Comunicação Integrada Ltda.)

REVISÃO  
Elaine Bayma

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA  
Dôra Nogueira

REVISÃO DO INGLÊS  
Maria dos Anjos Rouch

DIAGRAMAÇÃO  
Livros & Livros | Susan Johnson

FOTO DA CAPA  
Flávio Pereira

ARTE FINALIZAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA  
Celso Mendonça

ESTAGIÁRIO DE PRODUÇÃO EDITORIAL  
Diogo Franca

#### CONSELHO EDITORIAL

Amélia Cohn (USP)  
Angela de Castro Gomes (UFF - Unirio)  
Carlos Guilherme Mota (USP - Universidade  
Presbiteriana Mackenzie)  
Elina Pessanha (IFCS/UFRJ)  
Franciso Alambert (FFLCH/USP)  
Gabriel Cohn (USP – Unifesp)  
Gustavo Lins Ribeiro (UnB)  
João Feres Júnior (IESP/UERJ)  
José Jairo Vieira (PPGE/UFRJ)  
Marco Aurélio Nogueira (Unesp)  
Marcos Costa Lima (UFPE)  
Marta de Azevedo Irving (EICOS/UFRJ – PPED/UFRJ)  
Maurício Blanco Cossio (Instituto AFortiori)  
Myriam Lins de Barros (ESS/UFRJ)  
Paulo Cesar Duque-Estrada (PUC-Rio)  
Rita Chaves (PECLLP/USP)  
Rogério Medeiros (PPGTLC/UFRJ)  
Sônia Karam Guimarães (PPGS/UFRGS)  
Tania Bacelar (CFCH/UFPE)  
Vera Lins (UFRJ)

© Sesc Departamento Nacional, 2015.  
Av. Ayrton Senna, 5.555 — Jacarepaguá  
Rio de Janeiro — RJ  
CEP 22775-004  
Tel.: (21) 2136-5555

Distribuição gratuita. Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610 de 19/2/1998. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem autorização prévia por escrito do Departamento Nacional do Sesc, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sinais Sociais / Sesc, Departamento Nacional - Vol. 1, n. 1 (maio/ago. 2006) - . - Rio de Janeiro : Sesc, Departamento Nacional, 2006 - .  
v.; 30 cm.

Quadrimestral.  
ISSN 1809-9815

1. Pensamento social. 2. Contemporaneidade. 3. Brasil.  
I. Sesc. Departamento Nacional.

As opiniões expressas nesta revista são de inteira responsabilidade dos autores.

As edições podem ser acessadas eletronicamente em  
[www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br).

# SUMÁRIO

Apresentação	5
Editorial	6
<b>Abrigamento de mulheres em situação de violência de gênero: um estudo comparativo Salvador-Madri</b> Cândida Ribeiro Santos	9
<i>Os Sertões, ainda e além</i> Carolina Correia dos Santos	39
<b>Uma análise sobre a economia étnica no Brasil</b> Cláudia Lima Ayer de Noronha e Elaine Meire Vilela	69
<b>Imprensa e esfera pública: retomando o debate</b> Lippmann e Dewey Luiz Augusto Campos	103
<b>Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA</b> Marcelo Sampaio Carneiro	129





## APRESENTAÇÃO

A origem do Sesc vincula-se à intenção de contribuir para o desenvolvimento do Brasil a partir de uma profunda compreensão de seu potencial e dos obstáculos ao seu progresso.

Uma tarefa desafia aqueles que receberam como legado a missão de realizar no presente os ideais vislumbrados pelos líderes do passado: a revisão e a ampliação permanente dessa compreensão.

Assim como ao Sesc cabe atuar sobre a realidade social, cabe valorizar e difundir o entendimento acerca dessa realidade, dos conceitos e questões fundamentais para o país e das políticas públicas e formas diversas de promover o bem-estar coletivo.

ANTONIO OLIVEIRA SANTOS

*Presidente do Conselho Nacional*

Ler, estudar, pesquisar. Divergir, argumentar, contrapor. Comparar, debater, discutir. Criticar, questionar, propor. Fundamentar, elaborar, testar. Organizar, encadear, remeter. Rever, revisar, publicar. Apresentar, expressar, transmitir.

Com a revista *Sinais Sociais*, colaboramos para que esses verbos sejam conjugados em favor de uma sociedade que traduza de forma mais fidedigna a expressiva riqueza cultural e o potencial realizador de seus cidadãos.

Conhecer para compreender, difundir para mobilizar, agir para transformar: eis as vertentes que definem a linha editorial da *Sinais Sociais* no ambiente do pensamento e da ação social.

MARON EMILE ABI-ABIB

*Diretor-Geral do Departamento Nacional*

Frente à persistência dos desafios de superação das desigualdades estruturais das relações de gênero, raça e etnia, esta edição traz artigos que contribuem para a reflexão acerca da indivisibilidade de direitos como princípio basilar das políticas públicas.

Com base em um trabalho investigativo e comparativo entre as políticas e modelos de abrigamento de mulheres em situação de violência nas cidades de Salvador e Madri, na Espanha, Cândida Ribeiro Santos não só constata uma maior estruturação dessa modalidade de serviços para atender às necessidades das mulheres na capital espanhola, em comparação com a capital baiana, como dimensiona a importância desses equipamentos no contexto de enfrentamento da violência contra a mulher e de sua proteção. Na análise que empreende, a autora problematiza os entraves observados na definição de políticas públicas relacionadas à complexidade das demandas das diversas mulheres que se encontram em situação de grave vulnerabilidade social.

Buscando preencher uma lacuna de abordagem na literatura brasileira, Cláudia Lima Ayer de Noronha e Elaine Meire Vilela revelam a existência de uma economia étnica e evidenciam sua distribuição nas várias regiões do Brasil, tomando por referência os dados consolidados na Relação Anual de Informação Social (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego.



Outra pesquisa importante para o atual cenário econômico é apresentada por Marcelo Sampaio Carneiro em seu artigo, que tem como propósito discutir o processo de inserção da agricultura familiar na cadeia da produção de leite bovino na região de Imperatriz no Maranhão, a partir do entendimento e da disputa entre diferentes concepções no estabelecimento de novos padrões de qualidade para a produção e comercialização do leite.

Sempre de volta aos clássicos, que nos remetem ao melhor entendimento da sociedade brasileira, e na perspectiva de uma releitura de *Os Sertões*, as ideias de Euclides da Cunha são levadas “ao limite”, nas palavras de Carolina Correia dos Santos, com base nas teorias literárias, sociológicas e históricas que envolvem os temas do sertanejo e da formação do Estado-nação, citados em obra histórica.

Com o intuito de repensar a esfera pública moderna, Luiz Augusto Campos retoma a reflexão sobre o papel contraditório desempenhado pela imprensa, como instituição de base das democracias de massa, ou como espaço de restrição e manipulação do debate público, apoiando-se, para tal, na obra de Habermas e, antes, à luz do controverso debate entre Walter Lippmann e John Dewey, no início do século XX.

A partir de temas tão instigantes, este número nos revela a função precípua da revista *Sinais Sociais* de divulgar estudos, ensaios e pesquisas investigativas que nos façam entender melhor o país e contribuir permanentemente para o desenvolvimento de um Brasil mais humanizado e pleno de direitos.

Boa leitura!



---

Abrigamento de mulheres  
em situação de violência de  
gênero: um estudo comparativo  
Salvador-Madri

---

Cândida Ribeiro Santos

---

## Cândida Ribeiro Santos

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Salvador (2000); mestrado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (2007); doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (2014), também pela Universidade Federal da Bahia, com período sanduíche de oito meses (fevereiro a setembro de 2013) na Universidade Complutense de Madri/Espanha. Pesquisadora, com autoria de trabalhos acadêmicos e técnicos que abordam temáticas sociais, sobretudo as relacionadas a gênero, violência de gênero, políticas públicas e feminismo, principais áreas de interesse. Professora no Curso Ensino à Distância Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça (UAB/UFBA/SPM nacional) e nos cursos de Pedagogia e Serviço Social da Fundação Visconde de Cairu.

## Resumo

Este trabalho volta-se para a investigação e a análise exploratória e comparativa entre as políticas e modelos de abrigo de mulheres em situação de violência nas cidades de Salvador (Brasil) e de Madri (Espanha). De março de 2013 a março de 2014, uma pesquisa de campo foi realizada em órgãos governamentais e não governamentais e em serviços voltados para o enfrentamento desse tipo de violência, com ênfase nos equipamentos de abrigo nas referidas cidades. O estudo constatou que há em Madri maior estruturação para atender a essas mulheres que em Salvador. Quanto ao melhor modelo de serviços de abrigo, embora um processo de seguimento dessas mulheres seja considerado importante para a consolidação de sua mudança, é preciso questionar a existência de um caminho pré-desenhado a ser seguido. Propostas mais flexíveis e adaptáveis são necessárias para atender às reais necessidades das mulheres que permanecem nesses equipamentos.

Palavras-chave: Violência de gênero contra mulher. Leis. Políticas públicas. Serviços e redes de atendimento.

## Abstract

*This paper focuses on the investigation and comparative analysis of policies and models of battered women's shelters in the cities of Salvador (Bahia, Brazil) and Madrid (Spain). This study was based on field research conducted from March 2013 to March 2014 in government agencies and nongovernmental organizations and services provided to women in situation of violence. The study revealed that Madrid has a much better equipped service structure than Salvador. As for the best model of sheltering services, it was observed that, although it is important to have women follow systematic proceedings in order to consolidate the needed changes in their lives, one must question the existence of a predesigned path to be followed. Available evidence indicates that more flexible and adaptable approaches are needed, in order to better meet the needs of the different women seeking those services.*

*Keywords: Gender-based violence against women. Legislation. Public policy. Sheltering policies and services.*

## Introdução

Quase todos os dias, nas páginas policiais dos diferentes jornais de muitos países do mundo, são publicadas notícias de instâncias de violência contra mulheres, muitas informando sobre a morte delas nas mãos de seus companheiros. Trata-se, na verdade, de um fenômeno multifacetado, de âmbito universal, e que se manifesta de forma “democrática”, já que atinge mulheres de todas as classes e castas, grupos de cor, etnias, e das mais diferentes idades, independente da sua orientação sexual. Esse tipo de violência que se volta contra as mulheres, pelo simples fato de serem “mulheres”, tem por base as ideologias e desigualdades de gênero.

No Brasil, segundo dados constantes no Anuário da Mulher Brasileira (2011),<sup>1</sup> quatro em cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. No estado da Bahia, de acordo com dados coletados na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM), localizada no bairro de Engenho Velho de Brotas, em Salvador, no ano de 2005, cerca de trinta casos eram registrados por dia nessa delegacia, nesse ano. Segundo dados coletados em trabalho de campo<sup>2</sup> realizado pelo Observe — Observatório da Lei Maria da Penha<sup>3</sup> foi registrado um número de 8.581 ocorrências, nessa mesma delegacia, no ano de 2009 (PASINATO, 2010).

Atualmente, a efetiva aplicação da Lei 11.340/06, conhecida por Lei Maria da Penha,<sup>4</sup> é imprescindível para o combate a esse tipo de violência, sobretudo por meio do funcionamento adequado dos serviços de atendimento às mulheres e do trabalho articulado entre eles. Todavia, estudos<sup>5</sup> têm demonstrado que, apesar de avanços alcançados, a referida lei tem apresentado muitos problemas de efetivação, o que inclui o funcionamento inadequado desses equipamentos.

Nesse contexto, em Salvador, a política de abrigamento, que funciona como parte fundamental para a estratégia de enfrentamento do fenômeno, tem na única Casa de acolhimento,<sup>6</sup> que também serve a todo o estado da Bahia, a maior materialização. Em conformidade com a dificuldade da aplicação da lei, essa política tem apresentado deficiências, que podem ser caracterizadas como de caráter político, financeiro, material, de infraestrutura, além daquelas que perpassam questões acerca do modelo de funcionamento do serviço.

Na Espanha, o quadro de ocorrência de violência de gênero contra as mulheres não é muito diferente da conhecida no Brasil. De acordo com a *Macroencuesta de violencia de género 2011* (ESPAÑA, 2012), realizada pela Delegación del Gobierno para la Violencia de Género,<sup>7</sup> cerca de 10,9% das entrevistadas disseram ter sofrido violência de gênero alguma vez na vida. No município de Madri constata-se a grande e crescente procura pelos serviços de atendimento existentes.<sup>8</sup>

Pioneira na Europa, a Lei 1/2004, de *medidas de protección integral contra la violencia de género*,<sup>9</sup> também principal forma de combate ao fenômeno no país, apesar de já ter trazido avanços significativos no enfrentamento do problema, ainda apresentava muitas dificuldades e necessidades de melhorias na aplicação, como elencou Gonzalo Valgañón (2009), da Asociación de Mujeres Juristas Themis, no artigo “La aplicación de la Ley de medidas de protección integral contra la violencia de género” (2009).<sup>10</sup>

Para a aplicação em nível municipal, essa lei conta com uma rede de atenção às vítimas de violência de gênero. No município de Madri, que pertence à *comunidad autónoma*<sup>11</sup> de mesmo nome, há uma rede denominada *red de alojamiento protegido*, que funciona dentro da rede maior de atendimento, englobando diferentes tipos de equipamentos, que se complementam no abrigo da usuária, a depender das necessidades e do tempo necessário de permanência. Apesar de não ter explicitado a eficácia do funcionamento dessa rede específica de abrigo, embora se confirme o grande número de mulheres e filhos que vêm utilizando esses serviços,<sup>12</sup> se faz clara uma estruturação mais adequada para atender diferentes situações enfrentadas pelas mulheres diante de um problema de tão grande complexidade.

Visto isso, e, em consonância com discussões realizadas por especialistas na área, sobretudo aqueles(as) vinculados(as) a organismos que atuam nessa problemática no Brasil,<sup>13</sup> sobre a necessidade de pensar sobre a política de abrigo e modelos alternativos de atuação, foi desenvolvida, neste artigo, como resultado de tese de doutoramento,<sup>14</sup> uma análise exploratória e comparativa entre as políticas e modelos de abrigo dessas mulheres, vigentes nas cidades de Salvador e de Madri. Ainda que a citada tese discorra também sobre diversos aspectos – como o comportamento da violência de gênero contra a mulher e as legislações específicas de enfrentamento, no Brasil e na Espanha, além das políticas

públicas e equipamentos de atendimento a essas mulheres, também nas duas realidades em estudo –, este artigo tratará, especificamente, dos resultados relativos à estruturação institucional-administrativa e física (serviços vinculados) das políticas de abrigo, os modelos de funcionamento de tais serviços e as articulações desses equipamentos nas redes de atendimento.

## **A violência e políticas públicas de enfrentamento: pensando o abrigo em Salvador x Madri**

A Organização das Nações Unidas – ONU caracteriza essa violência como “violência de gênero contra as mulheres”, definindo-a como qualquer ação ou conduta que cause sofrimento, danos, ou até mesmo a morte de mulheres por serem mulheres (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1993). Ela pode aparecer na forma de maus-tratos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos ou patrimoniais. O fenômeno pode acontecer dentro de casa ou em qualquer outro lugar, mas, na grande maioria dos casos, é perpetrada por seus companheiros ou por seus “ex”.

Ainda que tal caracterização seja fundamental, é preciso pensar esse fenômeno no contexto histórico e social, ou seja, pensado como algo concebido e apreendido a partir de critérios e pontos de vistas sociais. Desse modo, a violência contra a mulher institui-se nas relações sociais estabelecidas entre os sexos e seus papéis nos diferentes contextos culturais. Nas situações de violência vividas pelas mulheres, expressam-se as “heterogeneidades” e “divergências” entre homens e mulheres, construídas e legitimadas pelas diversas culturas, nas quais, geralmente, as mulheres estão hierarquicamente em desvantagem social em relação aos homens.

A violência de gênero, definida por Saffioti (1999) como relações regidas pela gramática sexual, está pautada nas relações sociais de gênero e, por isso, é produzida e reproduzida nos diferentes contextos culturais. É, primordialmente, no campo da discussão de gênero e suas relações<sup>15</sup> que se busca compreender a prática da violência do homem contra a mulher, na medida em que permite a investigação do fenômeno empiricamente, não mais tratado como fato simples e natural.

No Brasil e na Espanha, a violência de gênero contra a mulher tornou-se fenômeno social público e reconhecido,<sup>16</sup> sobretudo por meio dos movi-



mentos feministas e de mulheres. Nesses contextos, havia um cenário internacional favorável de aprovação e reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, que contribuiu para muitas conquistas nesse sentido, até a formulação e aprovação de leis específicas de enfrentamento a esse tipo de violência. Atualmente, a devida implementação dessas leis é a maneira mais adequada de enfrentamento do problema, por intermédio, principalmente, de um conjunto de políticas públicas, que incluem serviços e seus funcionamentos em redes de atendimento.

Segundo Souza (2007), não há uma única, ou melhor, definição do que seja política pública. Assim, resume a autora: “[...] Como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o ‘governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações [...]” (SOUZA, 2007, p. 69).

No que tange, especialmente, às políticas dirigidas às mulheres, mencionou Bandeira (2005, p. 8): “As políticas públicas, no Brasil, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres, não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero”. Para ela, políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para mulheres, pois, enquanto as primeiras “consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individual e coletiva” (BANDEIRA, 2010, p. 8), as segundas “têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social” (BANDEIRA, 2005, p. 8).

No caso das políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres, enquanto políticas públicas de gênero, torna-se necessário conhecer as realidades e históricos de subordinações dessas mulheres, para a realização de proposições mais coerentes. Para isso, é preciso desnaturalizar a suposta “essência feminina”, além de uma atuação mais dinâmica e baseada num poder horizontal do Estado. Em outros termos, é recomendável a construção de políticas públicas originadas e executadas a partir de um conhecimento/fazer conhecimento menos hierarquizado e mais participativo, que permita que sejam abordadas as diferentes necessidades reais das mulheres em situação de violência, nos distintos locais dos países. Ao partir das diversidades dessas agredidas, será mais fácil atingir o fenômeno de forma mais precisa e eficiente nas suas possíveis facetas.

Deve haver a promoção da institucionalização das medidas, dos deveres e direitos dos diversos atores políticos, dos equipamentos, dos procedimentos, das relações de poder, entre todos os outros elementos que fazem parte dessas políticas e que precisam pertencer a um universo pre-determinado e que “fale a mesma linguagem”. Sem a presença de ameaças de descontinuidades, que estão, muitas vezes, ligadas aos processos políticos dos respectivos governos vigentes (em qualquer um dos três níveis), se concretizarão como políticas “de Estado” e não “de governo”.

Nesse contexto, estão as políticas de abrigo de mulheres em situação de violência, com seus serviços vinculados, no Brasil e na Espanha, classificados como equipamentos de alta complexidade dentro da gestão da assistência social dos estados e comunidades, respectivos. A vinculação institucional-administrativa desses equipamentos se dá de maneira diferente nas duas citadas realidades. Enquanto, na Bahia, o equipamento em funcionamento está vinculado à Secretaria Estadual de Assistência Social e Combate à Pobreza, na Comunidade de Madrid e na prefeitura de Madri, encontra-se ligado aos organismos responsáveis pela coordenação de todas as políticas para mulheres e, especificamente, de enfrentamento à violência de gênero.

Na Bahia, tal fato ocasiona problemas para o funcionamento do serviço, pois encontra-se em uma secretaria que desenvolve políticas distintas das voltadas para as mulheres. Devido à falta de priorização e até conhecimento de questões relativas ao equipamento e ao fenômeno, de maneira geral, há dificuldades administrativas de todas as ordens, inclusive orçamentárias. Segundo destacou Rocha (2007), a respeito da vinculação administrativa das casas-abrigo no Brasil, ao verificar que os serviços estão ligados a órgãos os mais diversificados do executivo estadual, municipal e do Distrito Federal:

*Revela-se positivo o fato de que 81,40% das casas-abrigo no Brasil sejam governamentais, posto que à violência doméstica, como expressão da violência de gênero, precisa ser assegurado o estatuto de questão pública, assumida pelo estado em suas diferentes esferas. Contudo, ao se identificar a quais órgãos os abrigos estão subordinados, observa-se uma diversidade de espaços institucionais e áreas de ação, sinalizando para a dificuldade dos estados e municípios de formular e implementar uma política para mulheres e de criar órgãos executivos dos direitos das mulheres (ROCHA, 2007, p. 147).*

E, no que se tange à questão do financiamento, mencionou: “Mesmo identificando-se como majoritariamente vinculadas a órgãos públicos, essa condição não assegura às [...] casas-abrigo seu financiamento com recursos públicos” (ROCHA, 2007, p.147-148). A maior parte desses serviços não possui os estados e municípios como única fonte, que acabam recorrendo “a doações, ONGs e outros meios para garantir sua manutenção” (ROCHA, 2007, p.148).

Ainda sobre a administração da casa de acolhimento no estado da Bahia, verifica-se a intenção da SPM estadual em assumir a gestão, segundo depoimentos de funcionárias<sup>17</sup> – até porque recomenda o Pacto Nacional –, entretanto não é possível fazê-lo, diante da realidade de recursos desse organismo, sem a dotação orçamentária necessária para tanto. Ao administrar tal política no estado, a SPM poderia priorizar, agilizar e concentrar suas ações, com maior facilidade em articulá-las com outras, também na área de políticas para mulheres e no enfrentamento da violência, algo que já ocorre na Comunidade e prefeitura de Madri.

Pelos serviços existentes na Bahia/Salvador e na Comunidade de Madrid/Madri é possível visualizar as maiores diferenças em relação às estruturas de abrigamento nas duas realidades. Na Bahia, desarticuladas entre si, há apenas uma casa de acolhimento em funcionamento na cidade de Salvador, uma municipal recém-inaugurada em Feira de Santana e outra em funcionamento no município de Alagoinhas, porém de iniciativa particular pessoal, pouco conhecida e restrita ao diálogo institucional, e com características de ONG, cofinanciada pela prefeitura.

Na Comunidade de Madrid e em Madri, há diferentes serviços de abrigamento – três tipos na Comunidade (*cinco centros de emergencia, quatro centros de alojada e sete pisos tutelados*); e dois em Madri (*uma Zona de Estancia Temporal e quatro centros de emergencia*)<sup>18</sup> – que fazem parte de suas redes de atendimento às mulheres em situação de violência. De maneira planejada, os serviços encontram-se articulados, encadeados, de modo que a mulher vai “caminhando”, acessando-os, a partir das necessidades particulares. Os encaminhamentos das usuárias são realizados formalmente pelos organismos responsáveis por tais políticas na Comunidade e em Madri, por meio de reuniões, com protocolos específicos. Destaca-se a possibilidade de articulação entre as redes existentes, em casos em que a mulher, atendida, inicialmente, na capital Madri, apresenta a necessidade de prolongar seu “tratamento”.

Há um panorama muito mais completo e consolidado na Comunidade de Madrid/Madri em comparação à realidade vista na Bahia/Salvador. Tal completude é interessante, sobretudo, pela proposta dos serviços na Espanha de oferecer à mulher o atendimento mais adequado às suas necessidades do momento, acompanhando-a no “tratamento”, garantindo, por outro lado, a formalização do processo, por meio de políticas “de Estado”.

Quanto aos modelos de funcionamento desses serviços, especificamente, foram observados aqui, alguns pontos considerados relevantes, como questões relativas a segurança, profissionais, atendimentos e atividades desenvolvidas, dependentes dessas mulheres, encaminhamentos dos casos, sigilo das casas, regras, articulação nas redes locais de atenção e, de maneira mais geral, a constituição e articulação entre os equipamentos de abrigo existentes. A segurança nessas casas é garantida pela presença de vigilantes (seguranças patrimoniais) localizados do lado interno da casa, durante todo o tempo, no serviço da Bahia/Salvador; e por um sistema especial, por meio de câmeras de segurança, blindagem e botão de alarme instalado pela polícia, que poderá ser acionado a qualquer momento, na Comunidade/Madri.

Como se vê, não há presença de policiais nesses equipamentos, pois, além de terem proporcionado experiências que causaram risco, na casa em Salvador, são considerados como possíveis agressores, nas duas realidades. Destaca-se, ainda, no cenário da Comunidade/Madri, o acesso limitado dos policiais aos equipamentos, uma vez que só podem ir a essas casas os profissionais atuantes nos municípios onde funcionam esses serviços.

No que se refere ao ponto central desta tese, que são os modelos de casa-abrigo, Beatriz Ruffa (1990) em seu trabalho intitulado “Mujeres Maltratadas - Casas-Refugio y sus alternativas”, ao se debruçar na explicação de certos aspectos gerais do movimento pioneiro de casas-abrigo, com o olhar também para novas alternativas existentes, menciona que “buscar outras opções não significa esquecer as coisas que se conseguiram” (RUFFA, 1990, p. 11, tradução nossa). Nesse sentido, completa:

[...] Estou convencida de que o que já sabemos sobre outros lugares pode constituir um referente muito útil para a reflexão atual. O novo, o diferente, o que pode ser viável e adequado para nós aqui e agora, é ainda um esboço (e assim aparece neste livro) ao qual espero possam se unir ideias e esforços de muitas outras pessoas (RUFFA, 1990, p.11, tradução nossa).

Essa autora trata de muitos aspectos relativos à constituição desses serviços, como ideologia, objetivos, metodologia de trabalho, vantagens, limitações, pontos críticos, entre outros, tomando como base os princípios que constituem a proposta inicial das casas-abrigo. Entre esses princípios estão o da autogestão; experiência dividida entre pares; ressignificação do doméstico; e preferência por pessoal não especializado ou, pelo menos, que se tente diluir as “territorialidades” dos especialistas (RUFFA, 1990). Porém, diante da realidade, sobre a ideia da aplicação de tais princípios, esclareceu:

[...] Se refere a uma concepção paradigmática. Provavelmente nunca existiu uma casa-abrigo que responda a todos esses princípios, salvo, talvez, o já quase místico Refúgio de Chiswick. Mas quando digo paradigmático não me refiro a uma pura idealização ou a uma pura declaração de princípios. Há muitas casas que respondem, em grande medida, às aspirações do modelo original, o qual não significa que este modelo tenha garantido um funcionamento harmonioso e sem fissuras. É evidente que a proposta alternativa definiu linhas ideológicas importantes e renovadoras. Mas a implementação e concretização não vem seguindo um caminho linear e é difícil reconhecer um modelo alternativo plenamente conquistado. Ao contrário, trata-se de horizontes de ideias, princípios que regem e, sobretudo, de um olhar crítico capaz de sustentar a busca de equilíbrio e de síntese entre o antigo e o novo (RUFFA, 1990, p. 20, tradução nossa).

No que se refere à preferência por pessoal não especializado, a autora mencionou que,

Naqueles momentos, a adesão ideológica, a vontade militante e a aproximação espontânea em torno a um objetivo de luta e de denúncia prevaleciam sobre qualquer outra preocupação acerca das capacidades, conhecimentos, técnicas ou experiências que pudessem ser necessárias para a realização da tarefa. [...] Sustentavam que qualquer mulher conscientizada podia se incorporar à tarefa e mantinham um forte sentido de horizontalidade, não só entre as organizadoras, como também entre estas últimas e as residentes (RUFFA, 1990, p.51, tradução nossa).

Ainda segundo Ruffa (1990), com o passar do tempo, foram surgindo algumas controvérsias a esse princípio, por meio de discussões acerca de quem pode se integrar com maior legitimidade aos projetos das casas-abrigo. Atualmente, com vantagens e desvantagens, é possível encontrar a existência de colaborações mistas em algumas casas, com a presença

de voluntariado, entretanto predominam as equipes de profissionais na realização das atividades.

Seguindo essa tendência, nas casas que funcionam na Bahia/Salvador e na Comunidad/Madri atuam equipes de profissionais.<sup>19</sup> Destaca-se que, nas duas realidades, embora tenha sido mais visível na segunda delas, muitos(as) profissionais atuam em áreas diferentes das de suas formações.

Os atendimentos e atividades realizados com as mulheres são de responsabilidade das assistentes sociais e psicólogas, que executam, dentre outras tarefas, ainda que não de maneira tão sistemática, acompanhamento individual, grupos reflexivos/informativos e exibição de vídeos sobre assuntos que tangenciam o tema da violência vivida e seus direitos, além de oficinas de habilidades parentais com as mães, para trabalhar a questão da “maternagem”. Segundo as profissionais entrevistadas, as oficinas que objetivam trabalhar a “maternagem” são realizadas pela observação da necessidade da construção de relações mais amorosas e “tranquilas” entre mães e filhos(as), pois, muitas vezes, as usuárias apresentam-se agressivas e impacientes com seus(as) dependentes.

Cientes das “bagagens” trazidas por cada uma dessas mulheres, em razão da situação de violência vivida, propõem trabalhos para estimular os laços entre mães e filhos(as). Sobre o cuidado necessário para se trabalhar a questão da “maternagem”, sinalizou Ruffa (1990, p. 48-49, tradução nossa):

*Sem dúvida, na tarefa dentro da casa, tem um papel essencial a atitude de confiança, de contenção e de apoio. Mas quando falamos de ‘maternagem’ nos referimos a uma distorção destas atitudes básicas. A nosso juízo, não só é importante liberar todos os matizes que possam se confundir com a ‘beneficência’, mas também todos os rumos de conduta atribuíveis a um rol materno tradicional e a um excesso de voluntarismo, tais como: superproteção, incondicionalidade, facilitação de transferências massivas e simbióticas, assim como projeções mágicas. É muito importante estarem atentas a evitar esses rumos, porque reforçam na pessoa assistida aspectos estruturais de seu problema: passividade, dependência, esperanças ilusórias, criação de falsas expectativas, e, em consequência, não estimulam a motivação e o esforço para a autonomia.*

Em outros termos, é preciso ter cuidado para que o efeito desses trabalhos não acabe por reforçar o contrário do que, justamente, se pretende

nos serviços, que é o desenvolvimento da autonomia e da independência das mulheres.

Quanto aos atendimentos e atividades realizados com as crianças nesses serviços, na Bahia/Salvador, são de responsabilidade da pedagoga, pela realização de oficinas. Entretanto, essas atividades foram apontadas pela usuária e por ex-usuárias entrevistadas<sup>20</sup> do serviço como apenas um momento de brincadeiras, sem maiores ensinamentos, e que ocorrem sempre dentro de um espaço fechado, o que acarreta a insatisfação dessas mulheres, ao desejarem atividades mais produtivas para as idades dos filhos. Parece haver um “descompasso” entre o que podem oferecer as profissionais e o que desejam as mães. Diante disso, parece interessante perguntar: qual a verdadeira função dessas oficinas? Devem ter o formato atual ou devem se ajustar às novas demandas? O que é possível de ser realizado?

Em relação ao fato de essas crianças frequentarem a escola, por alegar motivo de segurança – sem poderem, pela política de educação do estado, serem transferidas para instituições próximas ao equipamento, por um tempo determinado –, não há essa possibilidade no serviço que funciona na Bahia/Salvador; enquanto, na Comunidad/Madri, transferi-las para uma escola perto do equipamento é a primeira providência a ser tomada pela equipe do serviço, por meio de uma junta oficial de escolarização. Todavia, há que mencionar os prejuízos que podem acarretar, nas crianças e em suas vidas escolares, as trocas de escolas realizadas a cada mudança de serviço das mães.

É possível perceber na realidade dos filhos que “muitas vezes, [...] não foram preparados para esta situação, que representa, sem dúvida, uma mudança brusca em sua vida cotidiana. E que por isso costumam se mostrar inquietos, preocupados, confusos, sem saber muito bem o que ocorre” (RUFFA, 1990, p.78, tradução nossa), na tentativa de continuidade de suas atividades normais nos serviços da Comunidad/Madri. Dessa maneira, lhes dão maior liberdade e opções de lazer, o que, certamente, os auxilia nesse momento difícil e diferente dos anteriormente vividos, quando estavam em suas casas.

Para os encaminhamentos dos casos das usuárias, há profissionais de referência para cada uma delas, que, junto com a equipe de trabalho dos equi-

pamentos e das próprias mulheres, elaboram um plano de acompanhamento. Na Comunidad/Madri é utilizado um protocolo formal chamado *Plan de Atención Individualizada* – PAI, pelo qual são sistematizados objetivos para os processos, acompanhados de datas específicas para as resoluções.

No encaminhamento das mulheres de um serviço para outro, dentro da rede de acolhimento, o PAI é enviado do encaminhador para o encaminhado, de modo que a intervenção ocorre de modo continuado. Por meio desse plano, apesar de possuírem modelos distintos por serem desenhados individualmente por cada serviço, seria possível pensar em estratégias de elaboração de indicadores sobre a violência contra a mulher no estado da Bahia e Salvador, mais especificamente, algo que vem sendo pensado pelo grupo de trabalho da rede de Salvador.<sup>21</sup>

No atendimento das usuárias, a proposta é trabalhar a resignificação da violência sofrida, reconhecimento de necessidades e expectativas e capacidade de tomar decisões. De acordo com Ruffa (1990, p.41, tradução nossa), “todas as casas-abrigo [...] sustentam um objetivo principal de esclarecimento, apoio e estímulo”. Assim, continuou explicando:

Em primeiro lugar, todas as equipes estão de acordo que é necessário sustentar uns princípios básicos quanto à atitude das trabalhadoras em relação às residentes: capacidade de escutar, empatia, compreensão, confiança, esclarecimento, apoio, estímulo e respeito pelas diferenças. Também a maioria concorda que se deve aproveitar de todo momento ou situação (esteja ou não previamente pautado) para refletir, revisar, esclarecer e promover a interiorização de novos valores acerca do casal, a família, a maternidade, o papel como mulher fora de casa, assim com a internalização de pautas não violentas de interação e de resolução de tensões. Existe, também, amplo consenso quanto aos objetivos primordiais destas intervenções. Tais objetivos são: estimular o desenvolvimento e o fortalecimento da autonomia, responsabilidade, solidariedade e motivação para um projeto de vida baseado nos próprios desejos e necessidades (RUFFA, 1990, p. 41, tradução nossa).

Entretanto, é fundamental o questionamento do que as profissionais entendem e, conseqüentemente, põem em prática em relação aos citados objetivos primordiais, sobretudo ao terem que trabalhar num contexto de preservação do sigilo do endereço do local onde funcionam serviços. Além disso, as regras estabelecidas de funcionamento e de horários devem ser rigorosamente cumpridas pelas usuárias, sob pena de serem desligadas.



Um bom exemplo da dinâmica contrária ao que propõem os serviços é o fato de, especificamente, no equipamento que funciona na Bahia, as mulheres não poderem sair da casa, e, com isso, não realizarem atividades laborais, nem cursos ou treinamentos que pudessem prepará-las para os futuros desligamentos. Como é extremamente sigiloso o endereço em que permanecem, as mulheres não podem receber pessoas “estranhas”, o que impossibilita a iniciação ou continuidade de processos de formação laboral, dentro do equipamento ou fora dele, por meio de órgãos públicos como o Senai, dentre outros, como foi sugerido por entrevistadas.

Na Bahia, foi observado, também, o desenvolvimento de oficinas de artesanato, todavia, as próprias usuárias entrevistadas concordaram que tal atividade é improdutiva/insuficiente no sentido de prepará-las para os desligamentos. O que se verificou foi a existência de uma improvisação para tal atividade, monitorada por profissional do serviço, que a conhece e sabe desenvolvê-la, de modo que não foi planejada, nem pensada dentro da necessidade do serviço em preparar essas mulheres para um ofício com vistas a suas saídas da casa.

As mulheres entrevistadas estavam, sim, dispostas a desenvolver habilidades e “sedentas” por oportunidades que lhes posicionassem melhor no mercado de trabalho. Isto demonstrou a extrema necessidade de novas iniciativas nesse sentido, levando em consideração, claro, os objetivos principais do serviço, como proporcionar segurança e tranquilidade para que possam refletir sobre suas vidas, sobretudo em relação às vivências de violência pelas quais passaram.

Acredito ser importante a realização de uma revisão acerca das principais funções desses equipamentos, pois no momento em que é mencionada a questão da busca pela autonomia dessas mulheres, me parece fundamental priorizar a questão “trabalho” nesse espaço. Principalmente, ao observar o peso de suas condições socioeconômicas no momento de desligamento, uma vez que estão, em sua maioria, em condições fragilizadas.

Outras regras estabelecidas no serviço que funciona na Bahia/Salvador dizem respeito à impossibilidade do trancamento das portas dos quartos das usuárias, que também não podem fumar, nem possuir celulares ou objetos perfurocortantes – regras que, muitas vezes, são burladas. Pode-se

pensar, por um lado, na criação de estratégias para o controle e garantia dessas normas, como, por outro, no que a quebra das regras pode estar significando e sinalizando.

O que se observa são regras que funcionam totalmente contrárias à ideia de favorecer o fortalecimento das autonomias das mulheres nas casas, pondo em debate a questão da segurança x privacidade. Sobre essa questão, mencionou Rocha (2007, p. 157): “Como aumentar as estratégias visando ampliar a segurança dessas mulheres e, ao mesmo tempo, favorecer o exercício de sua cidadania – este é um desafio colocado para as casas-abrigo.” Porém, no caso dos equipamentos em Madri, as mulheres, mesmo obrigadas a seguirem regras, sob alegação, sobretudo, da manutenção da segurança geral nos serviços, possuem maior liberdade de ir e vir e estão autorizadas a realizarem todas as atividades mencionadas, pois o objetivo é tentar aproximá-las, o máximo possível, de suas realidades quando estavam fora das casas. Ao ser considerada “enlouquecedora a impossibilidade de saídas das mulheres”<sup>22</sup> que permanecem no serviço da Bahia/Salvador, por motivo de segurança, foi constatado que, nessa perspectiva, a permissão nos equipamentos da Comunidade/Madri se dá porque não vêm ocorrendo casos de riscos, como buscas e ameaças de agressores às usuárias, por exemplo.

A possibilidade de circulação das usuárias dos serviços da Comunidade/Madri é considerada como muito importante para o bem-estar dessas mulheres durante as permanências nos serviços, sobretudo, ao se considerar e somar às suas realidades específicas e atitudes nos processos de incorporação aos serviços. Sobre o processo de tomada de decisão das usuárias e as incorporações nesses equipamentos, esclarece Ruffa (1990, p.42, tradução nossa):

*A partir de uma lógica simplista poderia se pensar que uma mulher que ‘por fim consegue dar o passo e encontra a adequada proteção’ sente alívio, clareza e motivação para seguir adiante. Todavia, a prática nos mostra que o processo é muito mais complexo e pouco previsível por meio de hipóteses ‘racionais’.*

Dentro dessa complexidade, a autora propõe a importância de considerar alguns fatores que já vêm sendo observados empiricamente nesse processo e que podem contribuir para sua melhor compreensão, sendo eles, resumidamente:

O primeiro a considerar é que a decisão representa um corte brusco na vida cotidiana e em todas as expectativas que a mulher sustentava até esse momento. [...] Outro aspecto que vem sendo amplamente descrito como característico de muitos casos é o da reprodução do sintoma da violência sofrida. [...] Costuma acontecer, também, que aflorem estados anímicos que permaneciam negados ou encobertos. [...] Também se vem observando que as mulheres podem manifestar sentimentos e reações mais ou menos ‘lógicas’ ou esperáveis, mas também sentimentos e reações paradoxais e ‘inexplicáveis’. [...] Por último, também é importante considerar que as mulheres variam significativamente quanto à disposição para a mudança (RUFFA, 1990, p. 42, 43, 44, tradução nossa).

Por esses fatores elencados, – para além do fato de pessoas diferentes estarem vivendo num mesmo local, e, no caso da Comunidad/Madri, de países e culturas diferentes –, as mulheres, ao se deslocarem para um serviço com uma rotina de normas, estando impossibilitadas, inclusive, de circularem fora desses equipamentos, ficarão, provavelmente, muito insatisfeitas. Acredito que caberia, neste momento, uma pergunta: é só uma questão de ter cuidado com a segurança? Estariam as mulheres abrigadas nesse serviço na Bahia correndo mais perigo do que aquelas que estão nos serviços em Madri? Se sim, que estratégias pensar?

À primeira vista, parece que, simplesmente, com a melhor estruturação dos serviços, que ocasionaria maior segurança, seria implementada a prática de fortalecimento da autonomia da mulher, por meio da maior possibilidade de seu exercício, durante a permanência no serviço. Entretanto, o que pareceu, de fato, foi que há “vítimas de violência e não “mulheres em processos de desenvolvimento de suas autonomias”, no momento em que, por exemplo, a partir das documentações – que as tornam capacitadas a utilizarem os serviços da rede –, há toda uma lógica autoritária e engessada de tutela dessas mulheres que permeia e influencia os processos nas casas. Muito embora apareça também nos serviços em Madri, tal lógica se mostra mais latente na Bahia, onde as mulheres são, ainda mais, tratadas como pessoas dependentes de determinações do equipamento – o que fazer, como e quando – na realização das mínimas coisas.

Ainda assim, quanto à aceitação em relação ao abrigo, as mulheres do serviço da Comunidad/Madri se mostraram mais insatisfeitas do que aquelas do serviço da Bahia/Salvador. As mulheres da Bahia/Salvador,

ainda que reclamassem da obrigação de seguir as normas, viam a casa como uma espécie de salvação para o momento tão difícil que viviam; enquanto as usuárias da Comunidad/Madri, além de reclamarem da falta de liberdade, por conta das regras, se queixavam da grande quantidade de atividades que lhes eram atribuídas, somadas às vidas normais de trabalho e cuidado das crianças.

Considera-se importante refletir sobre alguns questionamentos, como, por exemplo, se este fato tem relação com os diferentes modelos de abrigo, nas duas realidades estudadas; ou se pode relacionar-se com os diferentes grupos de mulheres em foco; também diante da situação de poderem estar esses dois aspectos associados, pensar como isso se processaria. O que ficou claro, todavia, foi que tanto a ausência como o excesso de atribuições das usuárias, existentes nas diferentes realidades estudadas, fizeram com que essas mulheres não se sentissem bem acolhidas e confortáveis em suas permanências nas casas, o que atrapalhou os seus processos – mais um indicativo da necessidade de rever os objetivos e modelos desses equipamentos.

As mulheres usuárias dos serviços, entrevistadas nos dois países, seja por se sentirem “presas”, por terem que seguir muitas regras, ou por problemas de convivência com outras usuárias, entre outras causas mencionadas, disseram que não gostaram da experiência de terem acessado e permanecido nos equipamentos. Essas mulheres mencionaram, ainda, que é fato, sobretudo na Espanha, a negação da utilização desses serviços por mulheres que estão passando por uma situação de violência, sendo procurados apenas “em último caso”.

É imprescindível, para que sejam alcançados os objetivos de tais equipamentos, uma reflexão acerca do que tem tornado a permanência nesses serviços tão ruim e indesejada pelas usuárias. Nesse sentido, ex-usuárias se manifestaram por meio de sugestões, como a diminuição das regras e, até mesmo, não serem colocadas em uma casa, e sim, serem oferecidos cuidados às necessidades imediatas. Porém, por mais que sejam necessários elementos como a ordem e a disciplina, por exemplo, para o controle do funcionamento dessas casas, há que se considerar que se trata de um ambiente com muitas pessoas, com histórias diferentes, vindas de experiências, quase sempre, muito duras, e que, sobretudo, por isso, é necessária a tentativa de encontrar medidas mais adaptáveis às suas necessidades.

Claro que muitas mulheres chegam a esses serviços muito abaladas emocionalmente, além de terem seus modos de pensar e de agir próprios, o que acarreta, muitas vezes, desentendimentos na convivência com as demais, fato que comprova a necessidade de profissionais com processos contínuos de qualificação e de “cuidados” físicos e psicológicos. Mesmo com essas dificuldades, vale perguntar: é de tantas regras e proibições que as usuárias mais precisam nesse momento tão difícil de suas vidas?

O serviço que funciona na Bahia tem, ainda, o agravante de seu imóvel possuir uma separação física entre a parte anexa, onde ficam os quartos das mulheres, da parte onde ficam as áreas comuns e as atividades administrativas. Entre esses espaços, há uma porta que é aberta em alguns momentos do dia, o que causa muito mal-estar nas mulheres, suscitando processos de hierarquizações e isolamentos. Após essa observação, me pareceu clara a urgência de tornar essa casa um espaço mais democrático, pois, assim, as mulheres terão tranquilidade e se sentirão, de fato, acolhidas, como parte de todo o processo e não presas e emudecidas, como a grande maioria já estava antes de chegar ao equipamento.

Uma estratégia relevante para tornar esses serviços mais democráticos e agradáveis e para que pudessem, de fato, desenvolver as tão desejadas autonomias das mulheres, seria perguntar-lhes, além das preferências e expectativas, mais especificamente, sobre os anseios e as necessidades em relação à utilização do equipamento, logo na chegada, acompanhando-os e tentando atendê-los, dentro das possibilidades, ao longo das permanências nas casas. Esse exercício é um pouco feito nos planos de acompanhamento, individuais para cada mulher, porém mais no sentido de pensar os desligamentos e não nos posicionamentos e processos que irão desenvolver nos serviços, de modo que pudessem dar pistas de melhores acolhidas e trabalhos desenvolvidos, em relação à conquista dos objetivos dos serviços.

Em relação à articulação desses serviços nas redes de atenção, Ruffa (1990, p. 96, tradução nossa) destacou que: “A casa-abrigo é, a nosso juízo, uma peça importante dentro do conjunto de estratégias e técnicas assistenciais para as mulheres maltratadas. Mas não é a única e necessita a complementação das demais”. Com isso, explicou que:

O êxito da tarefa de uma casa-abrigo depende, em grande medida, de que possa contar com organismos e entidades públicas e privadas, que tenham vinculação com o problema, sobretudo na reformulação do projeto de vida da mulher e dos filhos (RUFFA, 1990, p. 97, tradução nossa).

Ainda segundo a autora, a casa-abrigo não pode ter em suas mãos a solução para todos os problemas das mulheres, “[...] mas pode e deve realizar uma tarefa de orientação, assessoramento e facilitação” (RUFFA, 1990, p. 97, tradução nossa). A esse respeito, concluiu Ruffa:

O trabalho interinstitucional é chave neste sentido. Na prática sabemos que pode conseguir muito mais uma associação (por mais contestado que seja) que uma pessoa isolada. Acreditamos que esta função de respaldo, de aval, é muito importante. Além disso, traz junto um efeito de informação, esclarecimento e conscientização para a comunidade. A articulação e o intercâmbio com essas múltiplas instâncias (moradia, emprego, serviços sociais, saúde, escola, etc.) são valiosos, portanto, em um duplo sentido: na ordem prática, porque ajuda a mulher a encaminhar suas dificuldades e na ordem da sensibilização, porque favorece a tomada de consciência acerca de parte da responsabilidade que compete a cada setor ou instituição na superação efetiva do problema (RUFFA, 1990, p. 97-98, tradução nossa).

Em Salvador, o equipamento recebe mulheres de diversos serviços, com exceção dos de saúde que não estão autorizados a fazer esse encaminhamento. Já na rede da Comunidade as mulheres são sempre encaminhadas por determinadas instituições, que, muitas vezes, fazem intermediação ao receberem mulheres vindas de serviços sociais, juizados, entre outros, além da possibilidade de programação de entrada no *centro de emergencia* pela equipe do serviço que irá encaminhá-la.

Quanto às saídas dessas mulheres desses serviços, como já mencionado anteriormente, em Salvador, normalmente, vão para casas de familiares, voltam para suas casas – no caso daquelas que possuem medida protetiva –, ou vão morar em outras cidades. Na Comunidade/Madri, por sua vez, vão morar em casas de programas sociais, com aluguéis mais baratos, em casas de associações ou até mesmo dividir casas com outras mulheres que conheceram durante os processos na rede.

Os serviços que funcionam na Comunidade/Madri possuem maior apoio interinstitucional em todos os processos, em relação ao serviço da Bahia/Salvador, devido à existência de redes de atenção mais estruturadas e ar-

ticuladas. Nessa realidade, tanto para as entradas quanto para as saídas, as mulheres dispõem de direções mais predeterminadas e formalizadas.

Ainda no que se refere ao funcionamento das casas-abrigo, Ruffa (1990) propõe que, nesse processo, há limitações, dificuldades e pontos críticos. Com base em preocupações a respeito de pessoas que trabalham nesses serviços, elencou as mais relevantes:

*A principal limitação é que possa resultar insuficiente para a recuperação da mulher e reformulação de seu projeto de vida. É uma das principais objeções que se costumam fazer: abrigo sim, mas depois do abrigo, que fazer? [...] pode ocorrer que a incorporação ao abrigo seja vivida como um ‘corte traumático’ para a mulher ou algum dos filhos, com efeitos de descompensação e estranhamento; [...] um risco muito importante é que a mulher deposite no abrigo ou na equipe fantasias mágicas tais como: ‘aqui me salvarão’, ‘aqui tem a solução’, ‘elas podem o que eu não posso’; [...] outro risco que pode aparecer é o de se encontrar com mulheres habituadas a funcionar como ‘clientes’ dos serviços e instituições, viciadas de mecanismos manipuladores e muito pouco predispostas a participar de um processo de mudança; [...] se não existirem as devidas precauções [...] o risco de que a experiência dividida se converta em uma experiência de segregação e de gueto, que o exercício saudável e vital do pertencimento e da solidariedade, se transforme em uma mística vazia que termine por isolar e fixar a mulher em seu papel de ‘vítima’ (RUFFA, 1990, p. 47-49, tradução nossa).*

Essas e outras dificuldades encontravam-se nos funcionamentos dos serviços,<sup>23</sup> conforme mencionaram as profissionais entrevistadas, do ponto de vista da gestão das políticas públicas, tanto na Bahia/Salvador, quanto na Comunidad/Madri. Embora menos frequente na Comunidad/Madri, vale destacar, como um dos problemas, o encaminhamento inadequado de mulheres por outros serviços. Tais encaminhamentos ocorrem, frequentemente, pela inexistência de serviços que atendam a demandas específicas das mulheres e filhos, como dependência química, problemas de saúde mental e atenção psicológica para as crianças.

Assim, aparece uma discussão acerca do “lugar” desses serviços nas redes de atendimento, sendo que, na Comunidad/Madri, dentro do planejado, encontra-se muito bem definido e articulado; enquanto na Bahia/Salvador, os encaminhamentos ocorrem de maneira não padronizada, pois não há um consenso entre as(os) profissionais e militantes da causa

sobre o momento em que esse equipamento deve ser acessado – se como a “última porta” ou a qualquer momento, conforme a necessidade. Para pensar a respeito, é preciso considerar a realidade de insuficiência de serviços na política de abrigo, num contexto também de escassez e desarticulação da rede de atendimento nesse estado/capital, o que leva a mulher a ser atendida dentro das possibilidades oferecidas.

Percebe-se a urgente necessidade, dentro da política de abrigo, de serviços diversos, articulados, que possam contemplar as urgências e reais situações das mulheres, como casas de passagem, consórcios e centrais de atendimento; ou, até mesmo, de uma rede de serviços como intervenção processual, como a existente na Comunidade/Madri. O trabalho desses serviços poderia englobar uma perspectiva preventiva e informativa, por meio de esclarecimento e da conscientização das mulheres sobre esse tipo de violência nos bairros e comunidades.

No modelo de casas sequenciais, apresentado na Espanha, está embutida a ideia de que, a cada novo serviço que a mulher acessa, é maior sua liberdade de ir e vir dentro e fora desses equipamentos, o que condiz com a ideia de desenvolvimento de sua autonomia, ao longo do processo. Na Bahia, a aplicação desse modelo poderia contribuir com a solução de alguns problemas encontrados para o funcionamento do serviço existente, que tem insuficiências, sobretudo, com o acúmulo de objetivos que envolvem o acolhimento das mulheres, desconsiderando seus diferentes momentos nesse processo (tempo para parar e pensar, se informar, decidir, resolver pendências de todo tipo, se instrumentalizar, se desligar da casa, entre outros).

Esta distribuição de tarefas entre diferentes equipamentos (ainda que possa haver mais de um objetivo, pois, é algo a ser pensado) poderia tornar os trabalhos de cada um deles menos sobrecarregados e mais aprofundados em seus exercícios. Pela maior “tranquilidade” em desenvolver os trabalhos, poderiam ser revistas questões importantes para o funcionamento das casas, como o abrandamento das regras, entre outras razões de desconforto para as usuárias.

Diante da necessidade de novos equipamentos para a política de abrigo desse estado, para pensar na implantação de outros equipamentos, há que se debruçar sobre questões administrativas e orçamen-



tárias, como também sobre os tipos de modelos de funcionamento. No contexto atual da política de abrigo da Bahia e sua capital, podem surgir algumas indagações, como saber sobre a possibilidade de participação da política estadual de assistência; refletir sobre a nomenclatura do atual serviço e dos que viessem a ser criados; pensar sobre qual seria a Secretaria responsável pela implantação, orçamento e gestão desses equipamentos; e, finalmente, refletir sobre o papel das SPMs estadual e municipal nesse processo.

No que concerne ao modelo de serviços de abrigo da Comunidade/Madri, de casas de atendimento em processo sequencial, segundo Ruffa (1990), ainda que haja opiniões contra e a favor, pois algumas acreditam que deva ser cortado o quanto antes o “cordão umbilical”, enquanto outras defendem que a desvinculação deve ser gradual, o que de fato se mostra importante é o seguimento que precisa ser dado à mulher, de modo que ela possa consolidar o seu processo de mudança. Entretanto, essa autora menciona que não está segura de que o processo deva ser desenhado igualmente para todas as mulheres, uma vez que cada uma vive a situação de maneira particular.

Assim, Ruffa (1990) sugere que as escolhas de seus próximos passos podem ser o melhor caminho para a consolidação do processo de cada mulher, juntamente com uma pluralidade de reais possibilidades para onde possam ir. Para isso, as redes de casas precisam estar articuladas com as diversas políticas de prevenção e assistência, por meio de vinculação com as redes de serviços em funcionamento.

Na realidade, não é possível afirmar que os modelos sequenciais interferem decisivamente nas vidas e escolhas das mulheres, uma vez que, na Espanha, o que se viu foram usuárias recusando continuar os processos nas casas, não por estarem com os destinos determinados a seguirem o “próximo passo”, mas porque não desejam estar em casas de acolhimento, pelos modelos existentes. Na Bahia, por conta das desestruturas nas redes e serviços, tal questionamento precisaria ser minuciosamente investigado, com vistas às adaptações necessárias e possíveis, de modo que não interferisse no objetivo maior desses serviços, que é o desenvolvimento das autonomias dessas mulheres.

Para refletir sobre modelos para as casas de acolhimento ou conjunto de casas, é fundamental tentar a busca de equilíbrio entre os objetivos

delineados e as realidades e desejos das mulheres, por meio de propostas mais flexíveis e adaptáveis, uma vez que seus princípios estão se confrontando, o tempo todo, com os diferentes casos das mulheres, que estão sempre em processo de construção, traduzidos, por sua vez, na realidade diária e concreta de seus funcionamentos. É fundamental que tais equipamentos decorram de políticas públicas de gênero, ou seja, que os princípios e atuações considerem as realidades das usuárias como resultado das dinâmicas sociais vivenciadas no que tange, sobretudo, aos processos de socialização para homens e mulheres.

Em dissertação de mestrado, que defendi em 2007,<sup>24</sup> foi possível perceber, como dois níveis de análise, que se cruzam e interdeterminam, a dinâmica da dimensão individual sem perder de vista como a determinante estrutural de gênero mapeia o campo das exposições à violência. Nesse processo, existem categorias estruturantes como classe, raça, geração, entre outras, que, ao se articularem ainda com gênero, exercem também um papel fundamental na dinâmica das realidades cotidianas violentas das mulheres.

O produto de uma interdeterminação de variáveis na vida das mulheres leva a outros resultados que determinam formas distintas de se perpetrar violência e, inclusive, a maneiras particulares e diferenciadas de perceberem e reagirem às agressões sofridas. Ao mesmo tempo em que se identificou o caráter definidor das experiências particulares, verificou-se também a existência de “filtragem” pelo universo referencial das mulheres relacionado às questões de gênero, muito embasado em noções machistas, na determinação dos modos de verem e reagirem à violência e posturas diante da situação.

Diante da pluralidade de realidades das mulheres, me pareceu ser o maior desafio dos equipamentos em análise: como chegar a um nível satisfatório para garantir o bem-estar das usuárias e o desenvolvimento de suas autonomias? É possível essa realização individualmente? Como fazer? Embora não se saiba a melhor forma de “desenhar” o modelo de casa-abrigo, pois está em processo de construção, a partir das experiências, combinar segurança e respeito parece ser um bom princípio para tal reflexão e concretização.

## Considerações finais

As políticas de abrigamento de mulheres em situação de violência se mostraram mais bem estruturadas na Comunidad de Madrid/Madri do que na Bahia/Salvador. Há, na primeira realidade, maior número de equipamentos, mais bem administrados e aparelhados, que possuem articulação entre si e com as demais redes de serviços disponíveis, específicos ou não, no atendimento das mulheres. No caso da Bahia/Salvador, se verificou carência de serviços e de articulação entre as diversas redes que precisam ser acessadas pelas usuárias. Tal realidade está em conformidade com a maior institucionalização das políticas públicas existentes na Comunidad/Madri, o que se traduz em menor ameaça de descontinuidades.

Quanto aos modelos de funcionamento desses serviços, muito embora os equipamentos na Comunidad/Madri tenham se mostrado com regras menos rígidas em relação ao serviço que funciona em Salvador, nas duas realidades, apresentaram-se insatisfatórios e, muitas vezes, proporcionando permanências desagradáveis para as usuárias entrevistadas na pesquisa. O que se observou foi a utilização de normas e processos que estão na contramão do maior objetivo desses serviços, que é a possibilidade de desenvolvimento das autonomias dessas mulheres.

Torna-se urgente a realização de revisões e reflexões acerca desses modelos – tanto em relação às questões específicas de funcionamento, como no que diz respeito à constituição de redes que englobam processos contínuos com diferentes casas de acolhimento –, sob pena de estarem destinados à constante insatisfação das usuárias e conseqüente fracasso. Tal realidade é preocupante, pois a utilização desses equipamentos, embora, muitas vezes, nos pareça “injusta”, na medida em que as mulheres ficam “reservadas” e os seus agressores, em muitos casos, transitando livremente, tem se configurado como uma importante alternativa para as agredidas e seus filhos, no momento em que, frequentemente, “corridos de casa”, mais precisam de um mínimo de segurança e atenção. Desse modo, é imprescindível a tentativa de conciliação dos objetivos desses equipamentos com as diferentes realidades das mulheres que os utilizam e, ao mesmo tempo, os “desenham” a partir de suas “substantivas permanências”.

## Notas

- <sup>1</sup> Trabalho desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM do Governo Federal.
- <sup>2</sup> Este trabalho de campo foi realizado em dezembro e janeiro de 2009 e 2010, referente à fase da pesquisa do Observe – Observatório da Lei Maria da Penha, que tinha por objetivo o levantamento de dados sobre as DEAMs e Juizados/ Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, que funcionam nas 27 capitais do país. Cada capital possui uma pesquisadora local, sendo que, em Salvador, fui responsável por tal tarefa.
- <sup>3</sup> O Observatório para Implementação da Lei Maria da Penha é uma instância autônoma, da sociedade civil, que funciona por um consórcio formado por núcleos de pesquisa e organizações não governamentais de todo o país, e tem por objetivo primordial acompanhar, a partir da coleta, análise e divulgação de determinadas informações, o processo de efetivação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), a primeira lei federal brasileira dirigida à prevenção e ao combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. O Observatório se estrutura em cinco Regionais – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Mais informações sobre o Observe, acessar: [www.observe.ufba.br](http://www.observe.ufba.br).
- <sup>4</sup> Ver Brasil (2006).
- <sup>5</sup> Ver, por exemplo, relatório preliminar de Pesquisa do Observatório da Lei Maria da Penha, desenvolvido no ano de 2009, que se encontra disponível em: [http://www.observe.ufba.br/\\_ARQ/relatoriofinal.pdf](http://www.observe.ufba.br/_ARQ/relatoriofinal.pdf).
- <sup>6</sup> Esse equipamento, denominado “Casa de Acolhimento à Mulher”, oferece um serviço de abrigo com caráter sigiloso e temporário, direcionado para casos gravíssimos de violência sexista, em particular de violência doméstica, em que a vida da mulher é ameaçada pela convivência com o agressor.
- <sup>7</sup> Essa Delegação faz parte da Secretaría de Estado de Servicios Sociales e Igualdad, que pertence ao Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad do governo da Espanha.
- <sup>8</sup> Segundo o blog *es por Madrid* (EL AYUNTAMIENTO..., 2012), o Servicio de Atención a la Violencia de Género (S.A.V.D. 24 Horas) atendeu, em 2011, 1.309 mulheres, o que representa um aumento de 2,5% em relação ao ano anterior. O S.A.V.D. 24 Horas é um Modelo de Intervenção Integral Especializada para vítimas de violência de gênero, onde trabalha uma equipe técnica especializada. Trata-se do primeiro serviço municipal (da Espanha) de caráter público e

gratuito que funciona 24 horas ao dia, os 365 dias do ano. Conta com um serviço de atenção telefônica gratuita (linha 900), assim como instalações e infraestrutura para atenção direta, tanto informativa como de apoio jurídico, psicológico ou permanência breve para emergências.

<sup>9</sup> Ver: [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Admin/lo1-2004.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/lo1-2004.html).

<sup>10</sup> Esse artigo, publicado na *Revista CEE Participación Educativa*, de julho de 2009, baseou-se em resultados obtidos em congresso realizado pela Themis, após três anos de vigência da lei. Para ver os resultados desse trabalho, acessar: <http://www.educacion.gob.es/revista-cee/pdf/n11-gonzalo-valganon.pdf>.

<sup>11</sup> Uma *comunidad autónoma* é uma entidade territorial que, no ordenamento constitucional da Espanha, é dotada de autonomia legislativa e competências executivas, bem como da faculdade de se administrar mediante representantes próprios.

<sup>12</sup> O número de mulheres e seus filhos alojados nos serviços dessa rede específica, nos anos de 2010 e 2011, foi publicizado por meio de nota de imprensa da prefeitura de Madri, no dia 14 de novembro de 2011: no primeiro ano, foram realizados 764 abrigamentos, sendo 399 de mulheres e 365 de seus filhos; enquanto, em 2011, foram realizados, no total, 587 abrigamentos, 315 de mulheres e 272 de seus dependentes. Ver em: <http://www.madrid.es/portales/munimadrid/es/Inicio/Ayuntamiento/Medios-de-Comunicacion/Notas-de-prensa/Expertos-en-la-atencion-a-las-victimas-de-violencia-de-genero?vgnextfmt=pda&vgnextoid=628b2d55dc1a3310VgnVCM2000000c205a0aRCRD&vgnnextcha=nel=6091317d3d2a7010VgnVCM100000dc0ca8c0RCRD>.

<sup>13</sup> A Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, tem discutido essas questões e lançou, em 2011, como parte da Coleção Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, as “Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência”.

<sup>14</sup> Trabalho de mesmo título deste artigo, ainda não homologado, cuja defesa no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia foi realizada em dezembro do ano de 2014.

<sup>15</sup> Ver trabalho de Joan Scott, publicado em 1988, intitulado “Gender: a useful category of historical analysis”.

<sup>16</sup> A sistematização desses processos nos dois países também se encontra na citada tese.

<sup>17</sup> Na obtenção de dados para a referida tese, foram entrevistadas duas profissionais dessa instituição.

<sup>18</sup> Os objetivos, características e funcionamentos desses distintos serviços também constam na citada tese.

- 19** O grupo de trabalho da casa de acolhimento na Bahia/Salvador é formado por psicóloga, assistentes sociais, auxiliar administrativa, pedagoga, cozinheiras, plantonistas, auxiliar de serviços gerais, motoristas, seguranças patrimoniais e estagiários/as (em alguns momentos). Os serviços que funcionam na Comunidade/Madri, a depender das suas funções e posições nas redes de abrigamento, possuem equipes diferentes, formadas pelas(os) seguintes profissionais: assistentes sociais, educadoras sociais, psicólogas, advogadas, técnicas administrativas, cozinheiras, auxiliar de serviços gerais.
- 20** Como parte da estratégia de coleta dos dados da pesquisa para a referida tese, foram entrevistadas uma usuária e duas ex-usuárias do serviço que funciona em Salvador/Bahia; e duas ex-usuárias dos serviços de Madri/Comunidade.
- 21** Esse grupo é formado por diversos serviços de atendimento, organismos de políticas, grupos de mulheres e outros organismos governamentais e não governamentais e tem quase quatorze anos de atuação visando tornar mais efetiva a assistência necessária para fortalecer as mulheres e contribuir para o rompimento de ciclos de violência.
- 22** Comentário feito por profissional de um dos serviços pesquisados na Comunidade/Madri. Foram entrevistadas duas profissionais de dois serviços e uma do terceiro equipamento. Na casa em Salvador/Bahia, foram entrevistadas três profissionais.
- 23** Constantes na referida tese.
- 24** Essa dissertação, defendida em 2007, intitulada “Quero um basta!”: experiências de mulheres que fizeram denúncia na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) em Salvador, encontra-se, na íntegra, disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=98219](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetailObraForm.do?select_action=&co_obra=98219)>.

## Referências

- ANUÁRIO DAS MULHERES BRASILEIRAS. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A31B027B80131B40586FA0B89/anuarioMulheresBrasileiras2011.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2014.
- EL AYUNTAMIENTO atendió a 1.309 mujeres víctimas de violencia doméstica em 2011. [Blog] És por Madrid, Madrid, 7 feb. 2012. Disponível em: <<http://www.espormadrid.es/2012/02/el-ayuntamiento-atendio-1309-mujeres.html>>. Acesso em: 1 set. 2015.
- BANDEIRA, Lourdes. *Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Brasília, DF: CEPAL, SPM, 2005. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra\\_publ\\_lourdes\\_bandeira.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BAFFE3B012BCB0932095E3A/integra_publ_lourdes_bandeira.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>. Acesso em: 1 set. 2015.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres*. Brasília, DF, 2011. (Coleção Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres).
- ESPAÑA. Ministerio de Sanidad. Servicios Sociales y Igualdad. *Macroencuesta de violencia de género 2011*. Madrid, 2012. Disponível em: <[http://www.observatoriovioencia.org/upload\\_images/File/DOC1329745747\\_macroencuesta2011\\_principales\\_resultados-1.pdf](http://www.observatoriovioencia.org/upload_images/File/DOC1329745747_macroencuesta2011_principales_resultados-1.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2012.
- GOMES, Marcia Q. C. et al. *Monitoramento da Lei Maria da Penha, 2009: relatório preliminar de pesquisa do Projeto Construção e Implementação do Observatório da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha*. [S.l.: s.n., 2009].
- GONZALO VALGAÑÓN, Altamira. Tribuna abierta: la aplicación de la ley de medidas de protección integral contra la violencia de género. *CEE Participación Educativa*, 11, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.mecd.gob.es/revista-cee/pdf/n11-gonzalo-valganon.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2012.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres. Brasília, DF, [1993]. Proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas na sua resolução 48/104, de 20 de dezembro de 1993. Disponível em: <[http://direitoshumanos.gddc.pt/3\\_4/IIIPAG3\\_4\\_7.htm](http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm)>. Acesso em: 9 set. 2015.
- PASINATO, Wânia. *Condições para aplicação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS) e nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar nas capitais e no Distrito Federal: relatório final de pesquisa do Projeto Construção e Implementação do Observatório da Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha*. [S.l.: s.n., 2010].

ROCHA, Lourdes de Maria Leitão Nunes. *Casas-abrigo: no enfrentamento da violência de gênero*. São Paulo: Veras, 2007.

RUFFA, Beatriz. *Mujeres maltratadas Casas-Refugio y sus alternativas*. Buenos Aires: SENDA, Prevención y Asistencia da la Violencia Familiar, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n.13, p. 82-91, abr.1999.

SANTOS, Cândida Ribeiro. “Quero um basta!”: experiências de mulheres que fizeram denúncia na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (DEAM) em Salvador. Salvador: [s.n.], 2007.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. In: SCOTT, Joan. *Gender and the politics of history = Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo e Cidadania, 1991.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: ROCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. *Políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.



---

# *Os Sertões, ainda e além*

---

Carolina Correia dos Santos

---

## Carolina Correia dos Santos

Doutora em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela USP, com estágio na Universidade de Columbia em Nova York. Seus estudos lidam com literatura, crítica e teoria literária e os conceitos subalternidade e raça. Mais recentemente, as artes, a arquitetura e o feminismo têm ocupado um lugar importante em suas preocupações e produções intelectuais. Foi professora nos ensinos fundamental, médio e superior, em São Paulo e no Rio. Atualmente é professora de Filosofia, Teoria Literária e Literatura Comparada na Faculdade de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula e na Faculdade de Letras da UFRJ, onde também desenvolve sua pesquisa de pós-doutorado.

## Resumo

Este artigo elabora uma leitura de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, publicado em 1902, e do que veio a se firmar como interpretação comum do Brasil ao longo do século XX. Na contramão de uma parte importante da crítica sobre a principal obra do escritor, busca-se levar algumas das ideias de Euclides ao limite e, assim, o presente texto clama pela responsabilidade de afirmações que identificam *Os Sertões* como discurso histórico sobre a realidade da guerra e da situação sociocultural do Brasil do fim do século XIX, assim como denúncia de um crime e texto que se alia aos “vencidos”, isto é, aos sertanejos. Por outro lado, o artigo reconhece uma missão do livro de Euclides que só poderia ser identificada com as pretensões de uma elite nacional e que visaria à formação do Estado-nação brasileiro, forjando, assim, um passado étnico e um futuro estável. Para tanto, serão solicitadas teorias e ideias da literatura, da cultura, da política, da história e da sociologia.

Palavras-chave: *Os Sertões*. Interpretação do Brasil. Modernização. Modernidade. Estado-nação.

## Abstract

*This article looks into Euclides da Cunha's Os Sertões, published in 1902, and into what has become a common interpretation of Brazil over the twentieth century. Contrary to the opinion of a great parcel of Os Sertões' criticism, the article pushes some of Da Cunha's ideas to the limit and calls for the critics' responsibility in attesting that Os Sertões is a historical discourse on the reality of Canudos War and on the social and cultural situation of late nineteenth century Brazil, as well as reporting a crime and a text allied to the defeated, that is, the sertanejos. Quite the opposite, the article identifies some of Os Sertões' intentions with that of a national elite that claimed for the formation of the Brazilian nation-state, therefore forging an ethnic past and a stable future. This article fosters theories and ideas from the fields of literature, culture, politics, history, and sociology.*

Keywords: *Os Sertões*. Interpretation of Brazil. Modernization. Modernity. Nation-state.

Há, portanto, entre o racionalismo e o misticismo, uma certa cumplicidade. A escritura do outro é investida, cada vez, de esquemas domésticos.

JACQUES DERRIDA (2008, P. 100)

## Introdução

Gareth Williams, na introdução a *The other side of the popular: neoliberalism and subalternity in Latin America*, de 2002, reflete sobre certa particularidade latino-americana com respeito à formação do “povo” e, assim, da história de cada nação do continente. Seguindo Horacio Legrás, Williams (2002, p. 4) observa a união entre capitalismo e formação do Estado-nação moderno, sendo que esta, na América Latina (mais do que em qualquer outro lugar?), só aconteceria por meio de um processo notadamente artificial. Segundo Williams, na cultura – arte e literatura – latino-americana a ideia de povo foi construída, ao longo do século XX, “como uma formação potencialmente hegemônica pensada para costurar, visando à formação e à expansão do Estado-nação, a totalidade das diferenças demográficas e culturais da nação” (WILLIAMS, 2002, p. 4-5, tradução nossa). O projeto seria formar o *homo nationalis* concomitantemente ao *homo economicus* e *homo politicus* (WILLIAMS, 2002, p. 4).

Há duas razões por que o projeto descrito seria particular à América Latina: a primeira, a recente (em relação ao século XX) condição de colônia; conseqüentemente, a segunda seria o atraso socioeconômico (e cultural em menor grau) do continente (em relação à Europa e ao primeiro mundo). Colonização recente e atraso representariam, portanto, as principais características a serem combatidas pela modernização destes países. Com este duplo – e paradoxal<sup>1</sup> – objetivo, as elites culturais nacionais teriam forjado projetos de Estados-nações populistas que constituiriam o pano de fundo do imperativo desenvolvimento e, inevitavelmente, da dominação de uns sobre outros.

No entanto, afirma Williams, os Estados latino-americanos falharam em seus projetos inclusivos, o que daria espaço para o surgimento da subalternidade:

[...] como resultado da constante incapacidade dos Estados-nações latino-americanos para integrar seus habitantes como cidadãos com igualdade de direitos, de proteção e representação, a categoria popular muitas

vezes veio ser articulada desde dentro dos setores populares em direta oposição ao bloco de poder que criara as condições para sua emergência inicial, sua organização e sua institucionalização (WILLIAMS, 2002, p. 6, tradução nossa).

Seriam, ainda, estas articulações nos setores populares que haveriam gerado a forte repressão militar presente nas últimas décadas do século XX em diversos países latino-americanos.

O livro de Williams se dedica à história desse século na América Latina, mais especificamente à sua segunda metade. Grosso modo, seu argumento diz que a imposição de uma comunidade nacional que apoiasse a hegemonia estatal, processo convergente com a consolidação do desenvolvimento do capitalismo universal, deu origem aos movimentos revolucionários após 1950.

Mas essas primeiras observações de Williams em *The other side of the popular* interessam aqui porque elas parecem explicar um ímpeto nacional do qual *Os Sertões* (1902) e Euclides da Cunha fizeram parte e pelo qual seus lugares na história sociocultural brasileira assumem amplo sentido. O que argumentarei, em geral, é que escritor e obra se tornam paradigmas de análises sobre o Brasil a partir do momento em que surgem, ou seja, se tornam a própria maneira de enxergar a modernização brasileira. Mas isso só acontece porque incorporam o discurso hegemônico ou canônico sobre a nação e sobre o outro, e sobre a modernização, a cultura, a economia e a política. Ou seja, Euclides e *Os Sertões* compartilhariam daqueles objetivos que, na verdade, se autoanulam: eles gostariam de superar o atraso nacional sem abandonar os padrões e modelos estrangeiros de progresso. Ainda que Euclides clame estridentemente contra a “cópia cega” da civilização europeia, é a partir das ideias que daí proviñham que opera toda sua análise do sertão, de Canudos e do Brasil.

De modo mais particular e para dar conta ao menos de uma parte do amplo espectro que essa ideia, mais geral, sobre *Os Sertões* e seu autor suscita, este texto buscará articular os comentários e críticas sobre o chamado “livro-monumento” de Euclides, tentando vislumbrar que tipo de hegemonia está sendo formada e defendida. Ou seja, buscarei engendrar a obra de Euclides e alguns de seus ecos ao longo dos discursos hegemônicos da História, da Sociologia, da Literatura e da cultura brasileiras.

## Intérprete do Brasil

As opiniões sobre *Os Sertões* e seu escritor variam imensamente, mas tendem a uma exaltação do texto euclidiano senão pela revelação de *uma* verdade, pela revelação de *outra*; senão pela descoberta sociológica, pela oratória e estilo impecáveis (ou pela obra de literatura de primeira grandeza, ou pelo clamor por ética, etc.). Caio Prado Júnior (1960 apud FAVIANO et al., 2012), por exemplo, condena a falsificação dos sertões reais pelos sertões euclidianos mas consagra a denúncia presente na obra. Em resposta a um pedido de esclarecimento sobre sua opinião – circulada previamente no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre – Caio Prado se desvencilha da “incômoda” posição de crítico de *Os Sertões*:

*Não julgue Vossa Senhoria que seja minha intenção diminuir a importância e valor d’Os Sertões, e muito menos de Euclides da Cunha, apontando as discrepâncias com a realidade que encontro na obra do grande escritor. Essas discrepâncias não importam, porque a grande contribuição de Euclides foi o desassombro e a coragem com que, em meio à hipocrisia característica do seu tempo, ele denunciou as mazelas sociais do país (PRADO JUNIOR, 1960 apud FAVIANO et al., 2012, p. 192, grifos nossos).*

Para Prado Junior (1960 apud FAVIANO et al., 2012), o mérito d’*Os Sertões* residia no “impacto emocional” que causou, não permitindo, a partir deste momento, que nenhuma visão romântica e ingênua do Brasil e de seu interior pudesse existir sem que soasse jocosa ou mentirosa. Em outras palavras, qualquer discurso que visasse esconder o profundo atraso de parte do país não poderia ter mais lugar a partir de *Os Sertões*.

Ademais das “mazelas sociais”, Euclides também teria jogado luz à violência desproporcional praticada pelo exército contra os “rudes patrícios”. Assim, seu livro também é comumente categorizado como revelador da bestialidade da força estatal (clamor ético); e a denúncia nele contida do “crime” contra Canudos fez e faz boa parte dos críticos ver n’*Os Sertões* uma narrativa que se aliará aos “vencidos”.

Por isso também, a obra de Euclides vem sendo considerada o marco de uma guinada na história das letras e da intelectualidade brasileiras: momento em que se perceberia a discrepância entre a prática e o discurso e entre a realidade e as ideias, e instância de união entre o intérprete e (os interesses d’) o povo. “O pensamento brasileiro”, escreveu Prado Junior

(1960 apud FAVIANO et al., 2012, p. 193), “com Euclides da Cunha, começa a adquirir maioria”.

As principais obras de Sociologia do século XX se associam à percepção “inaugurada” por *Os Sertões*, como *Casa-grande & senzala* (1933) e *Raízes do Brasil* (1936). Mas a ideia mesma de interpretação do país, pela qual ficaram conhecidos os livros de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, bem denota a distância que haveria entre o que se vê e o que realmente é, e entre o que é e o que deveria ser. Se esta última relação, própria de um julgamento, passa por interpretação “somente”, isso acontece porque certas ideias estão de tal forma dispostas que assumem o lugar de/do objetivo, de/do nosso télos. Elas teriam se tornado nossas verdades e ditariam nosso futuro. Não há novidade em dizer que a modernidade opera dentro de uma teleologia cuja parada final foi concebida como ideal na Europa. É este ideal, portanto, o dono das ideias e do paradigma para medição e julgamento da realidade brasileira.

Euclides da Cunha encarnou modelarmente a função do intérprete do Brasil. *Os Sertões* revelariam primordialmente a inadequação da ideia de república num país despreparado para a experiência política própria da modernidade recente. Exemplos escrachados da revelação do abismo que existiria entre o ideal republicano e o que era cotidiano na época da guerra são os comentários de Euclides sobre as reações de políticos dos mais altos escalões a Canudos. Eles denotam o que veio a ser considerado um certo vanguardismo e a lucidez do escritor em relação ao que parecia a mais descabida das situações – a busca da vingança pelo Estado republicano:

*Os governadores de Estados, os Congressos, as corporações municipais, continuaram vibrantes no anelo formidável da vingança. E em todas as mensagens, variantes de um ditado único, monótono pela simulcadência dos mesmos períodos retumbantes, persistiu, como aspiração exclusiva, o esmagamento dos inimigos da República, armados pela caudilhagem monárquica (CUNHA, 2008, p. 353).*

O tamanho da fissura entre ideal e realidade também se percebe em outro comentário ácido e irônico a respeito de afirmações do presidente e de seu vice. O Estado brasileiro, instância política que, justamente, deveria coibir manifestações de natureza quase que exclusivamente emocional (beirando a irracionalidade) não poderia ter se dado ao luxo

desedificante da histeria: “O presidente da República declarou, em caso extremo, chamar às armas os próprios deputados do Congresso Federal; e, num ímpeto de lirismo patriótico, o vice-presidente escreveu ao Clube Militar propondo-se valentemente cingir o sabre vingador” (CUNHA, 2008, p. 354). A inadequação de declarações como essas faz parte de um longo rol de desajustes que teriam sido explicitados em *Os Sertões*, de modo a fazer com que seu autor passasse a figurar como o primeiro intelectual intérprete da real situação nacional. Por sua pena, o Brasil acessaria a sua (triste) realidade, até então bloqueada, ou fantasiada.

Essa compreensão também coopera com a ideia de que *Os Sertões* seriam prova da aliança entre o intelectual dotado de sensibilidade para a “realidade brasileira” e o subalterno. Este intelectual, por sua vez, teria um papel decisivo pois seria somente por meio do conhecimento da realidade a que as massas subalternas estavam submetidas, que elas poderiam ser assistidas. A empreitada de Euclides era exemplar; assim asseveraria, à época, Sílvio Romero.

Desta maneira, o ideal romântico do índio brasileiro, expresso, modeladamente, na prosa de José de Alencar, além de delirante, pouco poderia atuar sobre um pensamento sério a respeito da formação da nação brasileira. *O guarani* e *Iracema* somente haviam camuflado a verdadeira essência da nação, que, então, se encontrava neste povo “descoberto” por Euclides. Um povo mais “puro”, porque apesar de miscigenado, teve que adaptar-se ao meio hostil e ao isolamento. Um povo quase intocado. *Os Sertões* teriam revelado o cerne da nacionalidade brasileira e, assim, evidenciado a verdadeira matriz de um povo até então pouco ou nada conhecido. Esta função, própria do intelectual, e do literato, de vanguarda (própria de Mário de Andrade e, em menor grau, de Oswald de Andrade), foi entrevista por Alfredo Bosi, que na *História concisa da literatura brasileira* classifica o engenheiro, assim como Lima Barreto, de escritor pré-modernista (BOSI, 1994, p. 306).

## Representação e realidade

O momento em que Euclides da Cunha se torna um intelectual de vanguarda é precisamente aquele em que ele denuncia o crime cometido pelo exército brasileiro, pois os canudenses deveriam ter sido ensinados,



guiados e retirados das trevas em que viviam em direção aos ideais republicanos modernos. Eles deveriam ter sido incorporados ao que Euclides e seus contemporâneos entendiam como o Brasil do litoral, em detrimento da ignorância que reinava no interior obscurantista do país. Afirmar que Euclides se aliara aos derrotados não é ver nele uma compreensão dos limites da modernidade, mas clamar *com ele* pela inclusão do outro na zona delimitada por esses limites.

O fato de que Euclides criticara, salutarmente, o próprio exército e o corpo político brasileiro (concebidos na costa do país), me parece, não sustenta uma defesa dos sertanejos e seu modo de vida, senão comporta o entendimento de que também nosso litoral não era moderno e republicano o suficiente. Guardadas as proporções, a instituição política – o Estado brasileiro – necessitava modernizar-se como os sertanejos. Nossas “mazelas sociais” eram demasiado grandes e a sensação de inadequação (ou de atraso) provinha de diversos âmbitos.

É interessante pensar que para Bosi o pré-modernismo ao qual se vinculava Euclides teria muito mais a ver com o romance social da década de 1930 do que com o modernismo propriamente dito. Para Bosi o melhor momento do modernismo de Mario de Andrade e Oswald de Andrade teria sido sua aproximação ao que eles entendiam como verdadeiros problemas brasileiros. (Bosi louva a crítica modernista aos estrangeirismos denotados na língua e nos hábitos de parte da sociedade brasileira.) Contudo, esse ímpeto como promessa não se realizaria plenamente nas obras pilares de Mário e Oswald, mas teria que esperar até o que ficou conhecido por romance social ou regionalismo crítico para encontrar a forma apropriada ao seu conteúdo. Não por acaso, a década de 1930 é também a da publicação de *Casa-grande & senzala* e *Raízes do Brasil*.

A manutenção da expressão e da noção mesma de “intérpretes do Brasil”, no entanto, deveriam ser questionadas tendo em vista que anos depois o próprio Holanda criticaria seu livro afirmando que jamais o escreveria de novo, pois “ficou no nível do ensaio”, faltando-lhe a pesquisa, que “deve ser rigorosa e exaustiva” (HOLANDA, 2009, p. 92). Essa observação de Holanda acerca de seu próprio trabalho nos parece pertinente também se temos em conta a crítica desde disciplinas específicas e contemporâneas a *Os Sertões*. Neste sentido, Novaes, botânico, publicou na *Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas*, em 1903, um artigo no qual se lê:

Suas ideias (de Euclides) propendiam sempre para as mais belas e arrojadas generalizações, que lhe parecem mesmo a essência única das ciências. Isso o torna algum tanto injusto no aquilatar o valor intrínseco dos trabalhos dos especialistas [...] Ao contrário, a preocupação das generalizações prematuras, pode redundar em bela retórica; que, porém, fica sempre à espera da sanção e da revisão dos fatos e dos fenômenos (NOVAES, 1903 apud NASCIMENTO, 2003, p. 112-113).

A generalização e a interpretação da realidade equivocadas do texto de Euclides provinham da sua imprecisão em relação ao que já era fato científico, segundo Novaes. Mas também da própria vontade totalizante de Euclides. Talvez seja justamente a desconfiança em relação às generalizações da qual também se apodera um Sérgio Buarque de Holanda mais velho diante do que dizia ser o objetivo do seu *Raízes*: “Tentar explicar globalmente o caráter nacional brasileiro.” Afirma Holanda (2009, p. 85): “Hoje, eu não me aventuraria mais a tentar uma empreitada dessa espécie. Simplesmente porque os tempos são outros” (talvez os tempos – a segunda metade do século XX – fossem precisamente os tempos da crítica aos ímpetus de formações nacional-populistas de que fala Williams?). E acrescenta, “o livro (*Raízes*) está superado e plenamente datado” (HOLANDA, 2009, p. 86).

O objetivo de “explicar globalmente o caráter nacional brasileiro” teve como consequência a origem de uma tradição de pensamento sobre o “homem cordial” como o tipo brasileiro, gerando entendimentos de toda espécie sobre o conceito, muitos contraditórios entre si. Outra tradição a que se integra *Raízes*, mas essa, da qual é ele mesmo consequência, é a que entende que o projeto de modernização brasileiro falhou porque, resumidamente, sempre houve discrepância entre as ideias e a realidade. Sabemos que esta linha de pensamento chega em dias recentes pelas potentes palavras de, entre outros, Roberto Schwarz. Nada ecoa melhor essa tradição do que o famoso parágrafo de abertura de “Nacional por subtração”:

Brasileiros e latino-americanos fazemos constantemente a experiência do caráter postiço, inautêntico, imitado da vida cultural que levamos. Essa experiência tem sido um dado formador de nossa reflexão crítica desde os tempos da Independência. Ela pode ser e foi interpretada de muitas maneiras, por românticos, naturalistas, modernistas, esquerda, direita, cosmopolitas, nacionalistas etc., o que faz supor que corresponda

a um problema durável e de fundo. Antes de arriscar uma explicação a mais, digamos portanto que o mencionado mal-estar é um fato (SCHWARZ, 1987, p. 29).

Como não ligá-lo imediatamente ao também primeiro parágrafo de *Raízes do Brasil* – mais especificamente ao trecho: “Trazendo de países distantes nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão do mundo e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos uns desterrados em nossa terra” (HOLANDA, 1981, p. 3)? Como esquecer, por outro lado, da dura crítica que recebeu o livro, “superado e plenamente datado”, do próprio Sérgio Buarque?

Se *Raízes* vincula-se à tradição instaurada por *Os Sertões*, então, lemos aí:

Iludidos por uma civilização de empréstimos; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos [...] (CUNHA, 2008, p. 209).

Do ponto de vista de Euclides, a cópia, a ilusão de uma “civilização de empréstimos” é um problema, assim como para Schwarz e para o autor de *Raízes do Brasil*. No entanto, sugiro, somente certas cópias seriam problemáticas, pois não é verdade que os três escritores têm em modelos importados seus ideais? *Os Sertões*, como se tem discutido, é um texto portador de muitas contradições, e a revelação da cópia como problema, ao mesmo tempo em que há total aderência a ela como crença e método, é seu paradoxo primeiro.

Ao mencionar os “códigos orgânicos de outras nações”, Euclides compele seu leitor a imaginar que estes seriam justamente próprios da nação moderna, que tinha na república a forma do seu *télos* político. Se a república havia chegado “naturalmente” a nações europeias, este não havia sido o caso brasileiro, que teve que esperar décadas desde o fim da colonização portuguesa até 1889, quando a república é instituída no país já independente.

A luta pela independência do Brasil, como se sabe, era contemporânea das ideias propagadas pelas revoluções francesa e americana. Por outro lado, questões da ordem de um governo democrático ou da abolição da

escravatura não figuravam no discurso independentista da elite intelectual brasileira. Estas questões, entendidas como cabalmente vinculadas aos nacionalismos europeus e norte-americano segundo teóricos como Anderson (*Imagined Communities*) (2006), Gellner (*Nations and Nationalism*) (1983) e Smith (*The Ethnic Origins of Nations*) (2002), ecoariam na retórica de alguns intelectuais, tanto republicanos quanto monarquistas, *somente no final do século XIX*,<sup>2</sup> sugerindo portanto que “nação” não fora uma ideia organicamente concebida. Instaurada a república, cabia sobretudo aos seus defensores pensar e executar um “programa” para a nação – daí a instituição deste programa acontecer notadamente no século XX.

As ideias de Anderson (2006) e Gellner (1983) são conhecidas e estão bem disseminadas; no entanto, é a abordagem de Anthony Smith que parece melhor adequar-se à tarefa de pensar Os Sertões como esforço de criar um núcleo étnico para o Brasil e, portanto, ajudar na constituição e na história da “nação”. Smith (2002) argumenta que algumas nações surgiram naturalmente do que ele chama de *ethnie*, ou seja, uma comunidade étnica e seu simbolismo (SMITH, 2002, p. 13), enquanto outras tiveram ou têm que forjar seu “*core ethnicity*” – etnicidade nuclear. Esta, transmitida pelo registro histórico e conformando a experiência individual, residiria em mitos, memórias, valores e símbolos (SMITH, 2002, p. 15).

A posição de Smith diante do surgimento moderno das nações e dos Estados enfatiza a questão da etnicidade, sem a qual a nação correria sérios riscos de não se configurar como tal (SMITH, 2002, p. 17), e, assim, sugere que, na falta de uma etnicidade “autêntica”, a elite moderna se agarraria a possíveis histórias locais ou a memórias, para construir a nação. Euclides concordaria com o diagnóstico de Smith. Por um lado, ao nominar os “códigos orgânicos” das nações, ele reiteraria a noção de que algumas nações seriam consequências de uma “*core ethnicity*” real, de uma comunidade étnica que naturalmente haveria evoluído na direção da nação. Por outro, diante da constatação da multiplicidade racial do país, da própria mestiçagem, e por julgar inferiores os povos que habitavam o território brasileiro antes da colonização europeia, Euclides esforçara-se por forjar uma etnicidade brasileira.

O romantismo, mais especificamente o indianismo, arrogou-se a maqui-nação da etnicidade brasileira por meio, sobretudo, da união dos sangues português e índio. Euclides, quando o faz, muda o núcleo étnico, que passa

a ser o sertanejo, tema de um discurso mais complexamente elaborado, levando em conta o discurso científico (da Biologia, da Geologia, da História, da Geografia e da Filosofia) e criando um texto de forte apelo retórico. Diferente da concepção de Alencar, a de Euclides perdurará ao longo do século XX e fará, como vemos, mais pelo pensamento social sobre o Brasil do que fixar Canudos na memória nacional e denunciar o “crime de nacionalidade”.

Se, por um lado, então, *Os Sertões* solidificam o mito de Canudos, a empreitada do seu autor, por outro lado, se referia a algo ainda mais grandioso. Sevcenko (1999, p. 121) explica que Euclides possuía um

*credo inabalável num humanitarismo cosmopolita. Herança distante do Iluminismo, reavivado pelo Positivismo e pelo evolucionismo progressista liberal, [...] esse conceito complexo se traduzia na prática pela elevação da humanidade em conjunto, sem distinções nacionais, à condição de referência última como padrão de solidariedade ideal a ser alcançado pelos homens na terra. Seu objetivo, nas próprias palavras de Euclides da Cunha, seria a construção da ‘Pátria Humana’, vista como resultado possível e desejável do progresso material encetado no século XIX e que atingiria a sua culminância no atual. Somente na Terra, tornada espaço comum, é que nossa espécie poderia cumprir ‘o fim da civilização’, que é a ‘harmonia entre os homens’.*

E Zilly (2001, p. 182), em estudo ainda mais recente, afirma que “Euclides não se via como autor regionalista, costumbrista ou folclorista, ele se via dentro da longa tradição de intelectuais com base na Independência cujo grande tema foi a construção da nação, sendo esta inseparável da marcha da Civilização e, portanto, da política e da economia mundiais”. Esta concepção sobre o projeto intelectual de Euclides da Cunha parece, como demonstram as afirmações de Sevcenko e Zilly, dominar boa parte do entendimento sobre o papel de Euclides ao se pensar o Brasil diante de um quadro geral das nações (ocidentais). Assim, Euclides, em algum grau, passa a representar também os anseios de uma elite intelectual a partir do início do século XX.

A permanência do discurso e da atitude de Euclides diante da interpretação do Brasil e da construção da nação nos leva, por um lado, a pensar no papel preponderante das ciências (humanas principalmente) na formação das verdades. Por outro lado, devemos entender que na estabilidade do discurso de Euclides sobre a Guerra de Canudos há um apagamento

da distância entre representação e fato; ou seja, *Os Sertões* haveriam tomado as proporções da “própria história”. Esta convicção, “disfarçada” em seus simpatizantes de uma tomada de posição concordante com a suposta empatia de Euclides pelo sertanejo, entende a leitura daquele sobre a guerra de Canudos como a única maneira possível de compreender tal evento histórico. O sertanejo, desse modo, é entendido como vítima fatal da instituição da república e do descaso do Estado, e como símbolo precoce do fracasso do projeto de modernização brasileiro. As molduras desse entendimento, que parecem ter sua vigência inabalada desde então, são exemplificadas pela compreensão de Nicolau Sevcenko sobre o ideal euclidiano. Ou seja, diante da distância entre seu ideal humanitário universal e a realidade, para Sevcenko, Euclides da Cunha insistirá numa crítica forte contra o processo de desumanização que se instaurara no início da república: “Antes de mais nada, seria preciso dar solução à questão social” (SEVCENKO, 1999, p.122).

O problema é que a vontade euclidiana de “elevação da humanidade em conjunto, sem distinções nacionais, à condição de referência última como padrão de solidariedade ideal a ser alcançado pelos homens na terra” (SEVCENKO, 1999, p. 121) não pode e não deve ser lida como uma utópica igualdade entre desiguais. Ou seja, ainda que, como veremos, Euclides quisesse preservar (ou criar) o que seria típico brasileiro como modo de sustentar alguma particularidade num quadro mais abrangente das nações, o modelo a ser emulado é o Estado-nação europeu, a república e os valores advindos do iluminismo. O que isso quer dizer é que seu senso de humanidade pressupunha um determinado tipo de humano e é por isso que a “questão social” é tão importante. É ela que, resolvida, trará os brasileiros do interior à condição de humanos pertencentes a essa humanidade que deveria elevar-se em conjunto. Por esta ótica se torna perturbadora a memória histórica que *Os Sertões* conformam, pois ela sugeriria, de fato, a destruição – por meio da assimilação – do sertanejo.

Com efeito, nenhum dos críticos (literários) que se dedica à obra-mestra de Euclides consegue fugir do dilema da história e, assim, dos seus vencedores e vencidos. Vide, por exemplo, o título do citado artigo de Zilly (2001): “A encenação da história em *Os Sertões* de Euclides da Cunha”. Desse modo, se a guerra de Canudos foi um evento, o livro de Euclides

contribui para a formação do fato histórico “Guerra de Canudos”. É assim que o homem europeizado, de acordo com Luiz Costa Lima, em *Terra ignota*,<sup>3</sup> ou o homem moderno Euclides da Cunha procede como historiador do Brasil e, mais especificamente, de uma parte do país que ele crê desconhecido para muitos. Euclides se outorga o poder de contar a história de brasileiros relegados e de um crime de nacionalidade.

Trouillot (1995), em *Silencing the past: power and the production of history* (1995), afirma que

Os silêncios são inerentes à história porque cada evento entra na história faltando alguma de suas partes constituintes [...] Assim, o que quer que se torne fato o faz com as suas próprias ausências específicas à sua produção. Em outras palavras, os próprios mecanismos que fazem possível qualquer registro histórico também garantem que fatos históricos não sejam criados iguais (TROUILLOT, 1995, p. 49, tradução nossa).

Se a constatação de Trouillot sobre as relações de poder inerentes à transformação de um evento em fato histórico não parece descabida, o que não se poderia dizer desta metamorfose quando ela acontece por meio de um discurso insistentemente entendido como não somente história, mas também literatura? Lembremos das palavras de Jacques Derrida (que não está sozinho aqui), em entrevista a Derek Atridge, que vinculam literatura, pelo menos no Ocidente, à autorização de poder dizer tudo: “O que chamamos de literatura pressupõe que seja dada licença ao escritor para dizer tudo o que possa, permanecendo, ao mesmo tempo, protegido de toda censura, seja religiosa ou política” (DERRIDA, 2014, p. 52).

A tarefa histórica a que se dedica Euclides é mencionada já na “Nota Preliminar”; isto é, sua obra será lida por futuros historiadores e terá, assim, ajudado a solidificar o conhecimento acerca dos homens e mulheres retardatários do sertão:

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra (CUNHA, 2008, p. 9).

Euclides, como anuncia, desenvolverá ao longo da sua obra, uma teoria sobre o sertanejo, inclusive porque a guerra em si já não era assunto em voga quando *Os Sertões* são publicados. Querendo criar uma história o mais “orgânica” possível sobre o desenvolvimento da nação brasileira, o que Euclides consegue é tornar-se, olhando em retrospectiva, um grande modelo intelectual – o sujeito que preza a modernidade e quer o progresso, mas que o desejava como projeto de inclusão e não como “um crime” ou “um refluxo para o passado”. Nas palavras de 2001 de Zilly (2001), Euclides está em busca de uma “ética política”, i.e., “a construção de uma nação civilizada, com direito à vida e cidadania para todos, e a condenação pelo menos moral dos assassinos e seus cúmplices, inclusive a indústria bélica alemã” (ZILLY, 2001, p. 191).

Talvez ainda mais flagrantes da afinidade entre *Os Sertões*, ideias de modernidade e intelectuais sejam as palavras de Zilly, no mesmo ensaio, sobre o narrador de *Os Sertões* diante da derradeira batalha e da derrota dos sertanejos:

O narrador, e com ele os letrados do Brasil, e com eles os do mundo inteiro, também assumem a perspectiva de espectadores, são vizinhos, são cúmplices dos soldados, esperando e desejando com eles a vitória do exército, mas distanciando-se deles ao mesmo tempo. [...] Eles (os soldados que riem) não se emocionam com a desgraça dos vencidos, com a derrota de uma comunidade heroica, com o fim de um projeto social fascinante, condenado e ao mesmo tempo, um pouco às escondidas, admirado pelo próprio Euclides, e graças à sua força de persuasão, por nós mesmos. [...] Matar com sentimento de mea culpa, isso seria uma atitude digna de uma realidade que é uma tragédia (ZILLY, 2001, p. 195-196, grifos nossos).

A pergunta, urgente, de proporções gigantescas, demanda responsabilidade: que tipo de operação toma lugar quando “narrador” e “letrados do Brasil” e do “mundo inteiro” assumem a mesma perspectiva?

“Del rigor en la ciencia”, conto de Borges (1989), cria a alegoria de uma prática de conhecimento (a arte da cartografia) – mediação, ou representação – que deixa de fazer sentido uma vez que toma as proporções do objeto que estuda (o Império que representa). Quando, no conto, os mapas chegam ao tamanho do Império, e a representação, assim, assume os contornos do que é representado, pensar a mediação parece finalmente inútil; em “Del rigor” os mapas tornam-se ruínas do Império. Como coloca



Alonso ao discutir o conto de Borges, a experiência do conhecimento absoluto sobre algo torna-se

uma experiência do sublime que dissipa todas as categorias por meio das quais esse conhecimento se articulava, pondo assim em dúvida a utilidade do projeto. Em outras palavras, mesmo se fosse possível alcançar a inteligibilidade total, seu preço seria não conseguir dizer nada sobre este estado. A junção da experiência de chegar ao conhecimento absoluto e a perda da diferença do sublime (a experiência que ultrapassa nossas categorias de pensamento) e o inefável (a experiência que incapacita a expressão) (ALONSO, 2005, p. 441, tradução nossa).

A representação de Euclides sobre Canudos parece, da mesma maneira que o mapa de “Del rigor” segundo a leitura de Alonso, ter-se tornado o conhecimento que uniria o sublime e o inefável, impossibilitando que qualquer outra representação sobre aquele evento histórico pudesse emergir e moldando, em algum grau, o pensamento intelectual brasileiro (e o pensamento sobre o Brasil) ao longo do século XX. Como sua empreitada não se conformava em somente historiar o evento de Canudos, podemos admitir que sua maneira de pensar sobre a história brasileira é a que, de alguma forma, modulará o entendimento sobre a nação (daí os ecos em Sérgio Buarque de Holanda e Roberto Schwarz). Vale dizer que não é que acreditemos hoje nas teorias que Euclides toma por base, mas a importância da sua obra e a mimetização (talvez não deliberada, o que a torna ainda mais significativa) de partes do seu discurso é algo a ser estudado.

Não obstante, é interessante pensar que se a representação tomou as proporções da realidade, pode-se afirmar que também a realidade só é quando representada. Daí Trouillot (1995) afirmar que a história é uma forma narrativa que organiza fatos que por sua vez já haviam: (1) passado por um processo de criação e julgamento (por que “esses” e não “aqueles” contam como fatos históricos); e (2) sido selecionados para fazer parte de um arquivo. Boa parte dos críticos de *Os Sertões*, entretanto, parece imaginar que uma vez que a representação toma os contornos da realidade, esta seria totalmente acessível por meio da obra escrita. Um deslizamento parece ocorrer aí e a realidade passaria a equivaler à literatura. Zilly (2001, p. 179), assim, afirma que a Guerra de Canudos clama pela ficção e pela literatura: “De certa forma, a própria realidade vem ao encontro de sua literalização e, principalmente, de sua teatralização”.

Segundo o crítico, o livro de Euclides não haveria de entrar no cânone nacional por seu teor documental, mas por sua reunião de textos e gêneros díspares sobre Canudos:

A esse conjunto de circunstâncias e eventos, informações, julgamentos, emoções e ficções sobre Canudos, Euclides da Cunha deu uma forma – não definitiva naturalmente, mas imponente e duradoura, monumental, mantendo a guerra bem fresca na memória coletiva até hoje, uma chaga aberta e um desafio para a reflexão sobre a Nação e a Civilização (ZILLY, 2001, p. 180).

Apesar do uso de “não definitiva naturalmente”, Zilly mostra, mais contundentemente, sua adesão ao entendimento euclidiano como a melhor, talvez única expressão válida sobre Canudos. Para ele, parece, Euclides não fez mais do que registrar o que *a priori* já se dispunha no mundo sensível como arte: “A realidade se presta não só para ser pintada, para ser encenada, ela de certa forma já é quadro, já é teatro, e também já é literatura, tendo o observador só a tarefa de registrar em palavras aquilo que lê e vê, essas imagens, essas cenas, essas páginas da História” (ZILLY, 2001, p. 186).

O perigo da crítica que supõe uma mediação praticamente inócua do observador é justamente a crença de que o que existia lá era exatamente o que nos conta esse observador. Euclides passa a ser o representante da realidade, de Canudos e da História, da “Civilização e da Nação” brasileiras. Neste processo de leitura é desmerecida a opacidade do olhar, supondo que o escritor só fez observar. Tudo estava lá, mas só alguns viram o que realmente era.

## Os sertanejos de Euclides

Para Zilly, como também para boa parte da crítica dedicada a *Os Sertões*, Euclides mescla discursos que pertencem a gêneros distintos, almejando ao “consórcio entre poesia e ciência”, com maior tendência à literatura, servindo “em última análise à busca da verdade histórica e ética, e à evocação duradoura dessa verdade nos leitores contemporâneos e futuros, por meio de imagens e cenas sugestivas, duradouras, indelévels na memória” (ZILLY, 2001, p. 184-185). Aí, nestas últimas palavras está a demonstração da crença do crítico na escrita da história por meio da apreensão

da verdade conformando a memória nacional; de fato, Euclides *cria* um imaginário sobre o país que permanecerá.<sup>4</sup> Nossa responsabilidade, portanto, deve dar conta do que ou quem entra e sai neste ideário nacional. Se *Os Sertões* têm essa relevância pela potência do comentário sobre o país e desvelamento da injustiça contra os sertanejos, quem são os sertanejos de Euclides?

Em *Os Sertões*, os sertanejos têm papel fundamental na criação de uma etnia (artificial) brasileira, gerando um discurso de fundação do Brasil típico das nações ocidentais no século XIX. “O sertanejo é, antes de tudo, um forte” (CUNHA, 2008, p. 118), afirma Euclides numa passagem bem conhecida; e sua aparência de cansaço ilude:

*Nada é mais surpreendedor do que vê-lo desaparecer de improviso [...] basta o aparecimento de qualquer incidente exigindo-lhe o desencadear das energias adormecidas. O homem transfigura-se. Empertiga-se, estadeando novos relevos, novas linhas na estatura e no gesto; e a cabeça firma-se-lhe alta, sobre os ombros possantes, aclarada pelo olhar desassombrado e forte [...] num desdobramento surpreendente de força e agilidade extraordinárias (CUNHA, 2008, p. 119).*

Para Lima (1997, p. 160), teórico para quem o “essencialismo étnico” (a expressão é sua) não passa despercebido, a ênfase do texto de Euclides na função de “núcleo da nacionalidade” que exerceria o sertanejo “contornava o ânimo positivista e lhe acrescentava uma vinculação romântica, uma entonação de cunho emotivo; mesmo passional; contornava-o sem o afastar; mantinha seu pressuposto de rigor justo e impessoal, banhando-o em uma temperatura de fervor quase religioso”. Por consequência, a criação do núcleo duro da etnia brasileira aumentava a dramaticidade do “crime de nacionalidade” que *Os Sertões* denunciariam.

Contudo, ao situar o sertanejo num tempo anterior, nos primórdios da nação brasileira, *Os Sertões* justificam seu desaparecimento. De acordo com Euclides, os sertanejos deveriam ter sido incluídos na nação moderna, ou seja, deveriam ter assimilado valores modernos destituindo-se, portanto, do seu ponto de vista em relação ao mundo e à suas vidas. Em outras palavras, *Os Sertões*, afinal, não mais deixam entrever a denúncia, que habita – mais tranquilamente que suas teorias raciais – o imaginário da interpretação do Brasil. Se levado ao limite, o sacrifício do sertanejo passa a ser inevitável, senão necessário para o progresso do país.

Ao apagar as diferenças e a distância entre Euclides e seus ideais evolutivos e os sertanejos, os comentaristas mais recentes da obra corroboram o apagamento do sertanejo *mesmo*, concordando, então, que sua presença pertence ao passado. Segundo Lima, há uma tendência nos críticos de Euclides:

Quanto mais simpáticos às teses do autor, mais descartam suas considerações étnicas, considerando-as decorrências de uma ciência ultrapassada e preferem realçar o que lhes parece decisivo: a afirmação de uma essência que orientaria o projeto de nacionalidade e a denúncia da ‘civilização de empréstimo’ (LIMA, 1997, p. 45).

O que Costa Lima pergunta é se o descarte das considerações étnicas de Euclides e a afirmação da essência nacional e da denúncia formariam uma operação viável, ou até possível. Proponho expandir essa indagação e questionar a leitura crítica que, por tão colada à obra, parece repetir seus problemas metodológicos. Quais seriam as consequências da compreensão de *Os Sertões* como “rocha viva, a pedra fundamental da cultura brasileira”, como afirmam os editores do *Caderno* que o Instituto Moreira Salles dedica a Euclides e sua obra?

Em 2002, num tipo de manual explicativo d’*Os Sertões*, Ventura afirma que

Com seu estilo sonoro e a interpretação das duas faces contraditórias e complementares do país, *Os Sertões* se tornou obra canônica da cultura brasileira do século 20, ainda que hoje se encontrem superados muitos dos seus aspectos científicos, como as hipóteses geológicas, as teorias raciais e parte da reconstrução histórica, marcada por uma visão negativa de Canudos e da atuação do Conselheiro (VENTURA, 2002, p. 64).

Essa síntese das razões por que *Os Sertões* teriam se tornado obra canônica não parece convencer o leitor atento à lista de adversidades que seguem a expressão “ainda que” na oração de Ventura. Especialmente, nos parece discrepante que a interpretação das faces nacionais deva ser levada em conta se muitos dos seus pressupostos científicos estão superados, entre eles a hipótese geológica e a teoria das raças – onde praticamente se embasam toda a primeira e segunda parte de *Os Sertões* (“A terra” e “O homem”) –, e se há a admissão do olhar negativo de Euclides sobre Canudos e o Conselheiro. Afinal, perguntaríamos, o que sobra de *Os Sertões*?

Johnson (2010), em *Sentencing Canudos: subalternity in the backlands of Brazil*, vê no conjunto dos textos de Euclides sobre a guerra de Canudos um projeto de modernização do Brasil que suplementa a violência da guerra caracterizando-se por ser

uma missão civilizatória definida estritamente como um triunfo da educação sobre a ignorância; [e que] [...] tem o mais amplo e bastante paradoxal intuito de incorporar os compatriotas numa existência e temporalidade que ainda não lhes pertence [...] Para da Cunha, isso significava que também os jagunços tinham de transformar-se em republicanos. Tinham de partilhar da identidade da nação (JOHNSON, 2010, p. 119, tradução nossa).

Assim, para Johnson, ainda que Euclides tenha sido crítico dos erros da nova república, ele tanto articula quanto incorpora um projeto de Estado moderno, “e isto explica por que o texto é canônico” (JOHNSON, 2010, p. 119).

Se a afirmação de Johnson faz sentido, constatamos a cumplicidade entre o texto canônico, literatura e a ideia de Estado-nação. Assim, para constituir-se como Estado moderno, a nação também deve desenvolver-se. Se vimos comentando ao longo deste texto a função da obra euclidiana de criação de um núcleo étnico para a nação, cabe-nos acrescentar claramente o intuito de cooperação da obra na formação do Estado moderno. Já vimos que o núcleo étnico cumpria a tarefa de criar um rastro histórico ou de memória, laço entre o presente e o passado e entre o Brasil do litoral e o do interior. Esse juízo, no entanto, para tornar-se hegemônico e, conseqüentemente, constituir-se em “núcleo étnico de fato” (e o fato aqui era algo a ser conquistado pela retórica), tem de circular, tem de ser lido e relido, até, talvez, o ponto de ser internalizado – quiçá este seja o momento em que a etnicidade criada não é sequer mais abordada nas discussões sobre o texto.

## Projeto de modernidade

É sabido que *Os Sertões*, desde sua primeira edição, foi sucesso de vendas. E isso num país de maioria analfabeta até poucas décadas atrás.<sup>5</sup> Ventura (2002, p. 11) demonstra:

*Os Sertões se tornou um dos maiores sucessos de público e de crítica do Brasil, com mais de 50 edições em língua portuguesa e traduções em pelo*

menos nove línguas. Em 1994, em pesquisa feita com 15 intelectuais pelo jornalista Rinaldo Gama, da revista *Veja*, o livro foi apontado como o mais importante da cultura brasileira. A obra de Euclides recebeu um total de 15 votos, seguida de *Casa-Grande e Senzala* (1993), de Gilberto Freyre, com 14, e *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade, com 11. [...] *Os Sertões* teve 3 edições em apenas três anos, de 1902 a 1905.

Como adendo a essa compilação de números e “opiniões” acerca da obra de Euclides, insiro o próprio livro de Ventura onde esta citação incorre. *Os Sertões* de Ventura é parte da coleção *Folha Explica*, que se apresenta da seguinte forma:

Uma série de livros breves, abrangendo todas as áreas do conhecimento e cada um resumindo, em linguagem acessível, o que de mais importante se sabe hoje sobre determinado assunto.

[...] oferece ao leitor condições não só para que fique bem informado, mas para que possa refletir sobre o tema, de uma perspectiva atual e consciente das circunstâncias do país.

Voltada para o leitor geral [...] essa enciclopédia de temas é, assim, uma enciclopédia de vozes também: as vozes que pensam, hoje, temas de todo o mundo e de todos os tempos, neste momento de Brasil (VENTURA, 2002).

O livrinho explicativo da obra de Euclides, publicado cem anos após a primeira impressão daquela, demonstraria o vigor de *Os Sertões*, ou de *uma leitura* acerca do livro. Por ser barata e de fácil aquisição, a breve explicação assinada por Roberto Ventura faz circular suas ideias a respeito da obra e autor do início da república, assim como o conceito mais geral de que Euclides ajuda a formar o pensamento social e interpretação válida sobre o Brasil.

*Os Sertões* (e tudo o que dele deriva) se convertem numa instância extraordinária de entendimento da formação do cânone nacional. A partir de Johnson (2010), vinculamos a formação deste com o surgimento mesmo do Estado-nação moderno e com o pensamento hegemônico, daí porque é impossível imaginar que *Os Sertões* se aliarão aos “derrotados” na modernização. Neste sentido, merece ser repetida a afirmação de que a crítica de Euclides aos defensores da república (o exército, sobretudo) não indicaria um pensamento alternativo em relação à forma política preferida das nações modernas, mas uma compreensão de que a república brasileira não era republicana o suficiente. Ao sugerir pela leitura de Johnson que *Os Sertões* incorporavam o pensamento dominante, este

texto se situa na contramão de boa parte da leitura crítica do livro de Euclides que vê na obra, acima de tudo, a revelação da improbidade das ideias modernas em território brasileiro.

O projeto intelectual do qual participou *Os Sertões* é o projeto da modernidade, com a república representando o modelo político, encarnando a possibilidade de um sistema mais igualitário (do que a monarquia) porque menos familiar, mais impessoal. A disseminação do conceito de Estado republicano, por sua vez, invoca a ideia de nação, baseada nos ideais de fraternidade. A “fraternidade” a ser atingida não é aquela que nos remeteria de volta à “família”, mas, ao contrário, geraria a sensação de irmandade como sua contrapartida. Como esta não era um dado, um fato biológico, Anderson (2003) salienta no seu clássico sobre a origem das nações a necessidade da disseminação eficaz da “comunidade imaginada” por meio de obras impressas. Euclides, parece, se colocava o desafio de fazer com que homens separados fisicamente e cujos olhares nunca se cruzariam viessem a dar conta de si e do outro como falantes de uma mesma língua e pertencentes a uma mesma comunidade. Tornar o outro (o sertanejo) conhecido e familiar (ao brasileiro da costa), como tentou Euclides, era algo a ser alcançado pela palavra escrita.

*Os Sertões*, assim, estão sempre tentando responder ao comando de desvendar o que é desconhecido, “ignoto”, o que está no interior, que é essencial e encoberto. No entanto, a criação de conhecimento, como sabemos, é unidirecional. Ela se volta ao brasileiro da costa, europeizado, talvez intelectualizado. Um gesto de *Os Sertões* é impor, ainda que sugerindo mais assimilação do que uma reciprocidade, o confronto entre as culturas do litoral e do interior. As consequências do livro, os rastros que ele criou, mostraram, entretanto, a prevalência da desigualdade entre uns e outros, ou a vitória de uns sobre outros.

O jagunço destemeroso, o tabaréu ingênuo e o caipira simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. [...] A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da história’ que Gumpłowicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes (CUNHA, 2008, p. 9-10).

Constituindo nossa essência, os sertanejos são assimilados pelo contador da história como representantes do nosso estágio primitivo, para os

quais olharíamos com benevolência, e com uma culpa cheia de contradições, conscientes do seu papel na evolução da nação brasileira.

O desenvolvimento da assimilação (que não significa identificação) se dá ao longo de *Os Sertões*, num processo que concatena o estabelecimento da distância física, temporal e intelectual entre autor/leitor e os “rudes patricios” e a comoção que deve surgir com a descoberta de que aí residia o núcleo da nossa nacionalidade. Assim uma retórica emotiva se faz necessária e a observação tem ares de compaixão e culpa:

[...] mulheres, sem-número de mulheres, velhas espectrais, moças envelhecidas, velhas e moças indistintas na mesma fealdade, escavadeiras e sujas, filhos escanchados nos quadris desnalgados, filhos encarapitados às costas, filhos suspensos aos peitos murchos, filhos arrastados pelos braços, passando; crianças, sem-número de crianças; velhos, sem-número de velhos; raros homens, enfermos opilados, faces túmidas e mortas, de cera, bustos dobrados, andar cambaleante (CUNHA, 2008, p. 582).

Há ritmo e dramaticidade na descrição da multidão de prisioneiros. A linguagem que nos empurra à comoção, parece criá-la, sobretudo, por meio da descrição de uma formação intelectual e fisicamente débil. Os prisioneiros são mulheres, velhas e moças feias, filhos, crianças, velhos e poucos homens. A multidão representante do nosso passado deve comover-nos porque sabe-se ter sido formada de sobreviventes de um massacre covarde, mas a imagem criada nos sugere seres abjetos e indignos.

A obra de Euclides, então, concilia ideias conflitantes em diversos níveis: a comoção gerada por este trecho sugere o drama da guerra e a vontade de salvação dos sobreviventes ao mesmo tempo em que a imagem do passado retrógrado nos impulsiona em direção a um futuro que desminta essa origem abominável. Em termos mais abrangentes, *Os Sertões* conciliam a suposta e legítima destruição do primitivo sertanejo e o “crime”. No fim, temos que a obra conforma um discurso que amalgama diferenças e incompatibilidades que rondam a tarefa impossível de clamar pelo progresso e denunciar o massacre de Canudos. E esta, me parece, é sua maior lição.



## Silenciamento e assimilação

Mas se ver *Os Sertões* como discurso que se queria primordialmente científico e histórico corrobora com a vontade de apreender a nação dentro de um ideal de verdade, talvez entendê-lo como discurso que falha nesta missão, sugestão também presente em muitos comentadores de Euclides, sustente uma guinada. Ainda, se a falha denota que o texto científico não se constitui tal qual (mas o “consórcio entre poesia e ciência”), pode-se sugerir que ele não consegue apreender o outro – o sertanejo, o matuto desconhecido, o subalterno. Lima (1997) faz observação similar quando analisa “A terra”, indicando que a região não era somente desconhecida, e por isso poderia se tornar conhecida com os instrumentos que a ciência fornecia, mas “ignota”. A grande falha de Euclides para Lima teria sido não assinalar a insuficiência da ciência para dar conta daquela terra. Em relação ao homem, poderíamos afirmar algo parecido e, assim, imaginar a sobrevivência do sertanejo.

Contudo, as incoerências citadas pelos textos críticos, assim como a caduquice dos conceitos usados por Euclides, muitas vezes são matizadas, porque consideradas, de fato, características que enfraqueceriam a obra:

Seria redundante, quase um lugar-comum, enumerar equívocos cometidos por Euclides da Cunha em diferentes momentos, inclusive de *Os Sertões*. Fiquemos com Gilberto Freyre, que observou: ‘Noutro, esses defeitos seriam imensos; em Euclides não. Suas qualidades são tão fortes que toleram a vizinhança de defeitos mortais para qualquer escritor menos vigoroso’ (CADERNOS..., 2002, p. 12).

Finalmente, se o silenciamento e a assimilação operados em *Os Sertões* fazem sentido, pode-se ler a ausência de descrições no auge da vitória do exército como artifício retórico que, ao contrário do que diriam os críticos, não se dá pela interdição ética, mas por uma vontade de outra supressão.

Ausentes das reportagens, a degola dos prisioneiros é mencionada de forma velada em *Os Sertões*.

[...]

Euclides recua diante de um fato inexprimível, que ultrapassa seus limites éticos pela covardia e pela violência extremas: a matança dos presos que se haviam rendido, com garantias de vida, ao general Artur Oscar.

Insinua, ao invés de relatar, a chacina ocorrida em Canudos, de modo semelhante à visão parcial que tinha do povoado durante as batalhas, quando as cortinas de fumaça cobriam as ruínas. Sua narrativa repousa sobre uma estrutura tensa, devido ao conflito entre a necessidade de revisitar um evento traumático do passado e a impossibilidade de representar aquilo que supera a própria linguagem.

O crime cometido pelas forças militares recebe, portanto, um tratamento simbólico, [...] que metaforiza a degola e evita a banalidade do registro realista ou a platitude do testemunho documental. Sua narração suspensiva do massacre resultou de uma opção estética por evitar a representação de fatos patéticos [...] Tal elipse narrativa, que torna a matança subentendida, tem função semelhante ao decoro na tragédia [...] (VENTURA, 2002, p. 67-68).

É estranho, se não improvável, concluir que uma obra que se dirige a historiadores, se apoia na ciência e almeja a denúncia de um crime deixaria de fora, como afirma Ventura (2002), o crime do exército por não desejar a “platitude do testemunho documental”. Talvez se possa imaginar que a ausência das últimas cenas ocorra simplesmente porque *Os Sertões*, neste ponto, já haviam cumprido seu propósito. Ou seja, haviam, aí, construído um discurso potente sobre o Brasil, sua formação geológica e humana e seu momento histórico.

Se assim for, todas as falhas operam dentro de um esquema mais geral que se pretende harmônico,<sup>6</sup> um projeto de afirmação da modernização que ora vê a inadequação de uns (sertanejos), ora de outros (patrícios não rudes), envolvendo-se, assim, em uma atmosfera de denúncia dos poderosos e aliança com as vítimas, mas que mira a formação de um discurso potencialmente hegemônico. Essa narrativa – esse modo operacional de neutralização de forças contrárias – foi empregada em muitos momentos da história literária brasileira; basta pensar no chamado indianismo, que, entre suas nuances, também conta com um ímpeto justiceiro. O que está em jogo aqui é algo que supera Euclides da Cunha e que concerne ao nosso presente. Se os erros de Euclides são perdoáveis, como afirmavam os editores do *Cadernos de Literatura Brasileira* (2002) do Instituto Moreira Sales junto com Gilberto Freyre, é porque dizem respeito a um “bem maior” que nos involucraria a todos, ainda hoje. Por outro lado, até onde chegaríamos se não perdoássemos os erros em *Os Sertões*?

## Notas

<sup>1</sup> Williams não discute isso na *Introduction*, mas acredito que seja justamente este objetivo, um tanto esquizofrênico, que harmoniosamente conciliava a vontade de deixar, de uma vez, para trás a colonização e superar o atraso em relação à Europa (ou a colônia) o que fazia falir a missão a partir mesmo da sua concepção. Em outras palavras, como seria possível superar a condição de colônia e atrasado se os paradigmas de desenvolvimento haviam sido determinados pelo/desde o colonizador?

<sup>2</sup> Emília Viotti da Costa (1999), analisando a proclamação da república brasileira, oferece o discurso vigente em ambos os lados da disputa. Os republicanos, exemplificados por Felício Buarque, afirmariam que a república sempre havia sido uma aspiração popular e que o exército, finalmente, havia cooperado decisivamente para colocar em prática a democracia almejada (COSTA, 1999, p. 390). Monarquistas, por outro lado, diriam que a proclamação da república havia sido um levante militar alheio à vontade do povo (COSTA, 1999, p. 393).

<sup>3</sup> Afirma Lima (1997, p. 149): “De Euclides, não se podia esperar, em relação a Canudos, mais do que a solidariedade de quem se mantinha à distância. Por isso a compreensão das condições do meio, de uma educação feita na órbita da necessidade de sobrevivência, é muito menos presente do que a afirmação normalizante, abstrata, ‘europeia’ de como deveria ser uma criança”.

<sup>4</sup> As duas questões que coloco (a indefinição de um estilo de escritura da época e a criação de um imaginário de nação, ou, em outras palavras, da identidade nacional) encontram uma reflexão nas palavras de Carlos Altamirano (2007) em “Ideias para um programa de História intelectual”. Altamirano discute textos que se constituem “objetos fronteiriços”, ou seja, que “não agregam apenas conceitos e raciocínios, mas igualmente elementos da imaginação e da sensibilidade” e que, assim, são interessantes para diversas disciplinas. Dentre esses objetos, seriam expoentes o *Facundo*, de Sarmiento, *Nuestra América*, de Martí, e *El Matadero*, de Esteban Echeverría. Nestas obras, diz Altamirano (2007), está o programa de uma elite modernizante que, além disso, no caso de *El Matadero*, utiliza uma linguagem “para a qual o que é próximo, o que está aqui – os costumes e as tradições próprias – aparece figurado em termos de um núcleo vivo, mas oculto”. Se a interpretação dessas obras, para Altamirano, tem, seguramente, na teoria literária um “método” produtivo, não se poderia ignorar, por outro lado, que “uma interpretação que privilegiasse apenas as propriedades mais reconhecidamente literárias não seria menos unilateral que aquela que as ignorasse” (ALTAMIRANO, 2007). Daí que o que também se precisa levar em conta no ato de leitura seria justamente o elemento comum a todas essas obras: que “a palavra é enunciada a partir de uma posição de verdade, independentemente de quanta ficção se aloje nas linhas desses textos. Pode tratar-se de uma verdade política ou moral, de uma verdade que retire sua autoridade de uma doutrina, da ciência ou de uma intuição mais ou menos profética”. Além disso, muitos desses textos lidam com a questão da identidade nacional – ensaios de autointerpretação e

autodefinição – e que, para isso, terão que indagar o passado. Estão colocadas aí, a meu ver, as principais características da obra de Euclides da Cunha. Com efeito, González-Echeverría aproximará *Os Sertões* de *Facundo*, confirmando o entendimento do livro de Euclides como constituinte deste grupo de obras que originam uma tradição intelectual de interpretação e definição das nações americanas.

<sup>5</sup> Segundo o IBGE (2010 apud SARAIVA, 2010), a taxa de analfabetismo entre jovens e adultos de mais de 15 anos nos anos de 2008 e 2009 era de 9,7%, o equivalente a 14,1 milhões de brasileiros. Fontes informais indicam que a taxa de analfabetismo no início do século vinte era algo em torno de 75%.

<sup>6</sup> A harmonia das partes parece ser essencial ao projeto de nação, que se pauta sobre a união em prol de uma organização maior, que abrange a todos, tendo perdido, assim, qualquer característica mais individual e aludindo à sociedade. Esse movimento do um ao todo, da pequena parte ao geral, parece ser metaforizado logo no início de *Os Sertões*. Neste sentido, chama atenção, por exemplo, as similaridades entre a vegetação do sertão (explorada em “A terra”) e os sertanejos: “As favelas, anônimas ainda na ciência – ignoradas dos sábios, conhecidas demais dos tabaréus – talvez um futuro gênero *cauterium* das leguminosas, têm, nas folhas de células alongadas em vilosidades, notáveis aprestos de condensação, absorção e defesa” (CUNHA, 2008, p. 50). A retórica euclidiana, admirada e entendida por muitos como a criação da atmosfera trágica de *Os Sertões*, atinge, com essa apreciação, o objetivo máximo do processo que apesar das incoerências visava ser um texto lógico e concatenado sobre (também) o núcleo étnico brasileiro.

## Referências

- ALENCAR, José de. *Iracema*. 24. ed. São Paulo: Ática, 1991. (Bom Livro).
- ALENCAR, José de. *O guarani*. 20. ed. São Paulo: Ática, 1996. (Bom Livro).
- ALONSO, Carlos J. Borges y la teoría. *MLN*, Baltimore, v. 120, n. 2, p. 437-456, mar. 2005. Disponível em: <<http://muse.jhu.edu/journals/mln/summary/v120/120.2alonso.html>>. Acesso em: out. 2011.
- ALTAMIRANO, Carlos. Ideias para um programa de história intelectual. *Tempo Social: revista de sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 9-17, jun. 2007.
- ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*. London: Verso, 2006.
- BORGES, Jorge Luis. Del rigor de la ciencia. In: BORGES, Jorge Luis. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé, 1989.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- DERRIDA, Jacques. *Essa estranha instituição chamada literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- EUCLIDES da Cunha. *Cadernos de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 13 e 14, dez. 2002.
- FAVIANO, Giovana Beraldi et al. Caio Prado Júnior e Os sertões, de Euclides da Cunha. *Revista IEB*, São Paulo, n. 54, p. 189-194, 2012.
- FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. São Paulo: Global, 2006.
- GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism*. Ithaca: Cornell University Press, 1983.
- GONZÁLEZ ECHEVERRÍA, Roberto González. *Myth and archive: a theory of Latin American narrative*. Durham: Duke University Press, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A democracia é difícil. Entrevista concedida a João Marcos Coelho. In: MARTINS, Renato (Org.). *Encontros*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

JOHNSON, Adriana Michéle Campos. *Sentencing Canudos: subalternity in the backlands of Brazil*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2010.

LIMA, Luiz Costa. *Terra ignota*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

NASCIMENTO, José Leonardo do; FACIOLI, Valentim (Org.). *Juízos críticos: os sertões e os olhares de sua época*. São Paulo: Nankin Editorial: Ed. Unesp, 2003.

SARAIVA, Alessandra. IBGE: Brasil ainda tem 14,1 milhões de analfabetos. *Estadão*, São Paulo, 8 set. 2010. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,ibge-brasil-ainda-tem-141-milhoes-de-analfabetos,606738,0.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

SCHWARZ, Roberto. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões culturais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SMITH, Anthony D. *The ethnic origins of nations*. Oxford: Blackwell, 2002.

TROUILLOT, Michel-Rolph. *Silencing the past: power and the production of history*. Boston: Beacon Press, 1995.

VENTURA, Roberto. *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, 2002. (Coleção Folha Explica).

WILLIAMS, Gareth. *The other side of the popular: neoliberalism and subalternity in Latin America*. Durham: Duke University Press, 2002.

ZILLY, Berthold. A encenação da história em Os sertões. In: AGUIAR, Flávio; CHIAPPINI, Ligia (Org.). *Civilização e exclusão: visões de Brasil em Érico Veríssimo, Euclides da Cunha, Claude Lévi-Strauss e Darcy Ribeiro*. São Paulo: Boitempo: Fapesp, 2001. p. 176 – 196.

---

# Uma análise sobre a economia étnica no Brasil

---

Cláudia Lima Ayer de Noronha e  
Elaine Meire Vilela

---

## Cláudia Lima Ayer de Noronha

Doutoranda em Sociologia na Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista da Capes. Possui graduação em Ciências Sociais pela UFMG e mestrado em Sociologia pela mesma universidade. Tem experiência em pesquisas nos seguintes temas: migração internacional, estratificação social e metodologias quantitativas.

## Elaine Meire Vilela

Professora Adjunta do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora em Ciência Humanas (Sociologia e Ciência Política) pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008). Foi bolsista Capes, de doutorado sanduíche, no Centro de Estudos de População, da Universidade do Texas, em Austin (2004), na área de avaliação de políticas públicas, com ênfase em métodos quantitativos. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em migração internacional, estratificação social e metodologias quantitativa e qualitativa, atuando principalmente com os seguintes temas: migração internacional, etnicidade, mercado de trabalho e desigualdade social.



## Resumo

A proposta desse trabalho é apresentar uma análise exploratória sobre economia étnica no Brasil. Serão respondidas as seguintes questões: há economia étnica no Brasil? Como operacionalizar esse conceito para a realidade nacional? A economia étnica se distribui homoganeamente nas várias regiões do Brasil e entre os grupos de imigrantes internacionais no país? Qual é o perfil predominante entre as empresas de economia étnica? Para tanto, utilizamos os dados da Relação Anual de Informação Social (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego. Os resultados encontrados são: a) há dois tipos de situações em que as empresas são classificadas como economia étnica no Brasil; b) há, para todos os grupos de imigrantes analisados, um percentual, ainda que pequeno, de membros inseridos na economia étnica; c) não há uma distribuição homogênea da economia étnica nas diversas regiões do país e nem entre os vários grupos de imigrantes analisados; d) o perfil das empresas em economia étnica é de tamanho pequeno, com uma tendência maior de percentual de desemprego, com o predomínio de ocupações no setor flexível da economia e com rendimentos inferiores à economia aberta.

Palavras-chave: Economia étnica. Imigrantes internacionais. Mercado de trabalho.

## Abstract

*The aim of this paper is to present an exploratory analysis of ethnic economy in Brazil. The following questions will be answered: there is ethnic economy in Brazil? How to operationalize this concept to the national reality? The ethnic economy is distributed homogeneously in the various regions of Brazil and among international immigrant groups in the country? What is the predominant profile among the ethnic economy companies? Therefore, we use the data from the Annual Social Information (RAIS) of the Ministry of Labor and Employment. The results are: a) there are two types of situations where companies are classified as ethnic economy; b) there is, for all groups analyzed immigrants, a percentage, however small, of members inserted in the ethnic economy; c) there is a homogeneous distribution of the ethnic economy in different regions of the country and not between the various groups of immigrants analyzed; d) the profile of companies in ethnic economy is small in size, with a greater tendency percentage of unemployment, with the predominance of occupations in the flexible sector of the economy and with incomes below the open economy.*

Keywords: Ethnic economy. International immigrants. Labor market

## Introdução

São muitos os estudos, internacionais e nacionais, que buscam compreender o processo de inserção dos imigrantes na sociedade hospedeira e, especificamente, a integração desses indivíduos no mercado de trabalho de destino (BONACICH, 1973; BAENINGER, 2012; KESLER; HOUT, 2010; PIORE, 1979; PORTES; BACH, 1985; SALA, 2005; SILVA, 2006; PIORE; SAFFORD, 2007; VILELA, 2008, 2011; CAVALCANTE; OLIVEIRA; TONHATI, 2014).

Desde, principalmente, os anos 1980, um modelo de incorporação dos imigrantes no mercado de trabalho de destino vem sendo consolidado na literatura, principalmente internacional (PORTES; BACH, 1985). Nessa abordagem, afirma-se que os estrangeiros se inserem em um mercado de trabalho paralelo ao mercado aberto, constituindo uma economia própria, definida como *economia étnica*. Nesse modelo de incorporação, com base em redes sociais (PORTES; BACH, 1985; KESLER; HOUT, 2010), a economia étnica é definida como o conjunto de empresas que estão na posse ou direção de imigrantes ou que empregam membros da comunidade étnica<sup>1</sup> em números significativos, independentemente do tipo de negócio, dimensão da empresa e localização espacial (ZHOU, 2004, p. 1.043). Demarca-se, portanto, a economia étnica a partir do critério da concentração de trabalhadores ou da propriedade e/ou direção de empresas por estrangeiros (LIGHT; GOLD, 2000; LIGHT; KARAGEORGIS, 1994; LIGHT et al., 1994).

No Brasil, nos diversos estudos de que se têm notícia, tanto na temática de estratificação social quanto de imigração internacional, não foram ainda exploradas pesquisas sobre a economia étnica no mercado de trabalho brasileiro em uma perspectiva quantitativa. Com intuito de sanar algumas lacunas existentes na literatura brasileira, pretendemos responder neste trabalho às seguintes perguntas: há economia étnica no Brasil? Como operacionalizar esse conceito para a realidade nacional? A economia étnica se distribui homogeneamente nas várias regiões do Brasil e entre os grupos de imigrantes internacionais no país? Qual é o perfil predominante entre as empresas de economia étnica?

Para investigação do mercado étnico no Brasil, utilizamos informações da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2010, banco de dados que representa o censo do mercado formal no país. Com o objetivo de

melhor apresentar os resultados dessa pesquisa, estruturamos esse artigo em três partes, além dessa introdução e das reflexões finais. A seção a seguir aborda a literatura sobre economia étnica, a partir da qual será possível pensar na operacionalização do conceito de economia étnica. Na parte seguinte, abordamos a metodologia de pesquisa, com intuito de mostrar como os dados foram organizados para fazer tal mensuração. Na última seção, apresentamos os resultados, buscando responder às perguntas introduzidas anteriormente.

## Revisão teórica

Existem na literatura quatro principais abordagens que analisam o processo de integração de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho de destino. São elas: a) a *teoria do mercado de trabalho segmentado ou dual* (PIORE, 1979; PIORE; SABEL, 1984); b) a releitura crítica, realizada por Sassen (1998), dessa corrente do mercado segmentado, denominada *teoria dos sistemas mundiais*; c) a *teoria das classes intermediárias – middleman*, de Bonacich (1973); d) a *teoria da economia étnica*, que engloba principalmente as abordagens de enclave étnico e empreendedorismo étnico (ZHOU, 2004; LIGHT; GOLD, 2000; LIGHT; KARAGEORGIS, 1994; LIGHT et al., 1994).

A primeira corrente, do mercado segmentado ou dual (PIORE, 1979), afirma que a entrada do imigrante no mercado de trabalho de destino ocorre majoritariamente nas posições pertencentes ao mercado secundário,<sup>2</sup> apresentando, dessa forma, *status* socioeconômico e rendimentos inferiores aos dos nativos. De acordo com essa abordagem, o diferencial de rendimentos e *status* entre imigrantes e nativos tem origens: a) na dificuldade de encontrar imigrantes altamente qualificados, visto que a maioria dos trabalhadores seria de países menos desenvolvidos (PIORE, 1979); b) no capital humano obtido no país de origem, normalmente menos valorizado que a educação e a experiência adquiridas no mercado de trabalho da sociedade anfitriã; c) no fruto do próprio mercado, em razão da discriminação<sup>3</sup> (PIORE; SABEL, 1984) e do seu caráter segmentado e imperfeito (BORJAS, 1986).

Diferentemente do exposto pela teoria do mercado dual, a segunda abordagem teórica, denominada *teoria dos sistemas mundiais* (SOARES, 2002),

argumenta que há outros modos de incorporação do imigrante no mercado de trabalho e que nem todos os recém-chegados estão em uma situação permanente de exploração e inferioridade, conforme defendido por Piore (1979). Sassen (1998) afirma que os trabalhadores estrangeiros tendem a ocupar posições no extremo da estrutura ocupacional, inserindo-se tanto em empregos muito bem-remunerados ou muito malremunerados, devido, sobretudo, à organização da economia mundial, em que há circulação de força de trabalho altamente qualificada e outras desqualificadas<sup>4</sup>. Portanto, essa abordagem traz à luz a necessidade de tratar a migração internacional mais recente como parte de um sistema mais amplo de reorganização da economia mundial, afirmando a existência de diferentes fluxos de imigrantes e distintos processos de adaptação desses trabalhadores influenciados pela qualificação e por suas experiências profissionais (MASSEY, 1993; SASSEN, 1998).

Nesse debate, surge a abordagem que discorda das posições das teorias do mercado segmentado e dos sistemas mundiais. Essa é defendida por Bonacich (1973) e denominada *middleman minorities*,<sup>5</sup> termo introduzido para designar as minorias étnicas que, histórica e culturalmente, se concentram em posições intermediárias da hierarquia social, sobretudo no setor comercial e financeiro. Segundo essa abordagem teórica, esses grupos desempenham o papel de intermediário entre produtor e consumidor; empregador e empregado; proprietário e locatário, ou seja, entre as elites e as massas.

Quanto às causas da inserção dos imigrantes em posições intermediárias de classe, Bonacich (1973) defende que o principal aspecto que explica a formação desses grupos é a migração de caráter temporário desses trabalhadores e o conseqüente desejo de retorno ao país de origem. Nessa situação, esses grupos se alocam em ocupações autônomas ou sem vínculo empregatício formal no mercado, facilitando o retorno à terra natal.

A partir da teoria do *middleman* surge uma quarta abordagem sobre a adaptação econômica dos imigrantes que se sustenta em três conceitos-chave: enclave étnico, empreendedorismo étnico e economia étnica. Essa abordagem, assim como o *middleman*, indica a existência de um mercado paralelo ao mercado dual, em que os imigrantes se inserem principalmente por meio da formação dos negócios e de empresas étnicas. Sob essa perspectiva, os mercados primário e secundário, em geral,

coexistem com outro mercado, o da economia étnica, em que os imigrantes trabalham como empregados de coétnicos,<sup>6</sup> como trabalhadores autônomos ou como empregadores, e ainda em nichos econômicos<sup>7</sup>.

O primeiro conceito inscrito nessa abordagem, o de enclave étnico, é desenvolvido inicialmente por Alejandro Portes e Bach a partir da análise do desempenho econômico dos cubanos em Miami (PORTES; BACH, 1985). Como eles definem, enclave étnico consiste em um agrupamento, espacialmente concentrado,<sup>8</sup> de empresas cujos proprietários, funcionários e clientela são coétnicos e, em muitos casos, os fornecedores são, também, imigrantes da mesma origem. O conceito, cunhado após a análise da experiência cubana, é aplicado a outras concentrações empresariais de imigrantes, tais como Chinatown, em Nova York, Koreatown, em Los Angeles, e Little Saigon, em Orange County (ZHOU, 1992; 2004), bem como grandes comunidades da classe trabalhadora, como imigrantes mexicanos na área de Chicago (RAIJMAN; TIENDA, 1999).

Nessa perspectiva, os enclaves étnicos são interpretados como um modo de incorporação alternativo no mercado de trabalho, resultante, em parte, de uma atitude reativa dos imigrantes às limitações de acesso e mobilidade ao mercado primário e como forma de atender à demanda de consumo do grupo de imigrantes de mesma etnia. Para alguns autores (PORTES; ZHOU, 1996), os enclaves criam oportunidades de trabalho, com base numa relação de etnicidade, que não são encontradas disponíveis no mercado *mainstream* da sociedade de acolhimento. Dessa forma, estrangeiros menos qualificados e recém-chegados têm acesso a formas de mobilidade social e econômica dentro do enclave étnico. Portes e Zhou (1996) defendem que a participação em enclaves étnicos tem importantes efeitos positivos líquidos nos ganhos entre os imigrantes, mesmo após o controle de capital humano e características demográficas.

Bailey e Waldinger (1991) definem também, com base em experiências econômicas de imigrantes em Nova York, o enclave étnico como um “sistema de formação”, em que o exemplo e as competências dos empresários de sucesso facilitam e incentivam o surgimento de novas empresas que, por sua vez, produzem novas oportunidades de emprego. Nessa perspectiva, os enclaves são, também, entendidos como incubadoras empresariais, que fomentam os trabalhadores assalariados a

se tornarem autônomos e esta característica, por sua vez, os levaria a melhores circunstâncias econômicas (PORTES; BACH, 1985; BAILEY; WALDINGER, 1991).

Em contrapartida, uma série de estudos questiona os benefícios do enclave étnico e a própria existência dessas formações empresariais (BORJAS, 1990). Bates e Dunham (1991) afirmam que o enclave é apenas a reflexão “das dificuldades de linguagem que restringem as alternativas de emprego”<sup>9</sup> (BATES; DUHAM, 1991, p. 12). Bates (1989) conclui que, devido à pouca fluência dos imigrantes na língua local e, conseqüentemente, menores retornos a esses trabalhadores no mercado aberto, o caminho empresarial aparece como a única alternativa possível; ou seja, a participação em enclaves, segundo aqueles autores, seria apenas uma alternativa para saída de uma situação de desemprego.

Destaca-se, porém, que um problema comum em tentativas de medir os efeitos do enclave nos resultados econômicos é a dificuldade de operacionalização do próprio conceito (PORTES; SHEFER, 2006). Wilson e Portes (1980) e Portes e Bach (1985) definem o enclave como empresas situadas em zonas geograficamente circunscritas com altas concentrações de empresas coétnicas. Entretanto, garantir o recorte preciso dessas empresas é tarefa difícil (PORTES; SHEFER, 2006), isso porque, muitas vezes, os dados não contêm informações precisas da localização das empresas.

Além do conceito de enclave étnico, outro termo-chave para entendimento da inserção do imigrante no mercado de trabalho é o de empreendedorismo étnico. Esse termo<sup>10</sup> refere-se a estrangeiros que são empresários, autônomos e proprietários de negócios. Sobre seus efeitos, Kesler e Hout (2010) chamam atenção para a análise do impacto positivo de empreendimento de coétnicos sobre a melhora de salários dos empregados imigrantes, comparados aos dos nativos. Alguns autores observam, também, que índices mais elevados de empreendedorismo são associados a taxas mais aceleradas de mobilidade social e melhoria das condições de vida de comunidades imigrantes (LIGHT; GOLD, 2000; WILSON; PORTES, 1980). Contudo, Kesler e Hout (2010) mostram que esse efeito existe, mas ele varia substancialmente com as características dos empresários e empregados, já que as vantagens são para as comunidades que têm empresas étnicas de sucesso<sup>11</sup>. Para aquelas comunidades com mais alta taxa de empreendedores étnicos sem sucesso, o empreendedorismo é

apenas uma alternativa para fugir do desemprego, acarretando desvantagem para os grupos de imigrantes.

No Brasil, ainda são poucos os estudos que tratam a imigração por meio da análise dos conceitos de enclave e empreendedorismo étnico e utilização de abordagem quantitativa. É mais comum, nos estudos nacionais, a discussão sobre a concentração de imigrantes em determinadas atividades econômicas, formando nichos étnicos no mercado local (GRUN, 1992; KECHICHIAN, 2000; SOUCHAUD, 2012; TRUZZI, 1991; VILELA, 2011).

Considerando uma abordagem mais abrangente, surge o conceito de *economia étnica* que abarca tanto o empreendedorismo étnico quanto o enclave étnico. Esse termo emerge da sociologia histórica de Max Weber e do conceito de *middleman* (LIGHT et al., 1994, p.66). O termo economia étnica é designado a todas as empresas que estão na posse/direção de imigrantes ou que empregam membros da comunidade étnica, em números significativos, independentemente do tipo de negócio, dimensão e concentração espacial (LIGHT; GOLD, 2000; LIGHT; KARAGEORGIS, 1994; LIGHT et al., 1994; ZHOU, 2004). Nessa definição, estão inscritos todos os trabalhadores étnicos independentes (autônomos), empregadores, supervisores e trabalhadores coétnicos (LIGHT; KARAGEORGIS, 1994, p. 647). Demarca-se, portanto, a economia étnica a partir do critério da concentração de trabalhadores ou da propriedade/direção da empresa por estrangeiros, fazendo-se uma distinção entre os trabalhadores que estão empregados em um mercado de trabalho aberto e aqueles que estão em um mercado étnico.

Sobre os efeitos da participação em economias étnicas para os rendimentos e o *status* ocupacional dos imigrantes, alguns autores argumentam que a permanência na economia étnica dificulta a assimilação de imigrantes, diminuindo a taxa de aquisição de capital humano (por exemplo, a linguagem), devido à interação social reduzida com nativos (CHISWICK, 1999; NEE; SANDERS, 2001; NEE; SANDERS; SERNAU, 1994; SANDERS; NEE, 1987), acarretando uma situação de desvantagem para os mesmos. De acordo com essa perspectiva, muitos imigrantes contam com os laços étnicos para acessar recursos e informações necessários no mercado de trabalho. No entanto, o envolvimento nessa rede pode desencorajar alguns imigrantes a construir uma rede social e etnicamente mais diversa, tornando-os dependentes dos recursos e dos capitais étnicos. Essa situação pode reforçar uma trajetória “segmentada

de adaptação” (NEE; SANDERS, 2001), em que aqueles que dependem de capital de base étnica tendem a se tornar mais isolados do *mainstream* econômico e social.

Outros pesquisadores que enfocam os efeitos das redes sociais afirmam que as economias étnicas podem tanto dificultar quanto promover melhorias nos rendimentos dos imigrantes, dependendo da abertura da rede, do acesso a outras informações que circulam fora do grupo (BERTRAND; LUTTMER; MULLAINATHAN, 2000) e das normas sociais da comunidade étnica (BORJAS, 1990; COLEMAN, 1988; FRIEDBERG, 2000). Nessa mesma linha, Logan, Alba e Stults (2003) afirmam que o trabalho em setores étnicos da economia não tem efeitos consistentes.

Já outros autores argumentam que trabalhadores imigrantes, inseridos na economia étnica, têm retornos superiores aos de trabalhadores inseridos no mercado aberto, sendo, nesse caso, uma rota alternativa para a mobilidade ascendente de imigrantes que podem ser penalizados por barreiras linguísticas e culturais no mercado de trabalho principal (KESLER; HOUT, 2010; PORTES; BACH, 1985; WILSON; MARTIN, 1982; WILSON; PORTE, 1980).

A partir dessa perspectiva da economia étnica, Roth et al. (2012) definem uma forma de operacionalizar o conceito, com base na composição étnica no local de trabalho. Segundo os autores, uma operacionalização ideal para definir empresas que estão inscritas na economia étnica encontra-se no estudo sobre a economia étnica chinesa em Toronto (FONG; CHAN; CAO, 2009; FONG; OOKA, 2002). Esse estudo identifica que os indivíduos participam da economia étnica quando eles se encontram em uma das seguintes condições: a) imigrantes autônomos ou por conta própria; b) trabalhadores imigrantes de empresa com, pelo menos, 40% de funcionários coétnicos; c) trabalhadores em empresas com, pelo menos, 40% da gestão coétnica.

Logan, Alba e Stults (2003) e Nee, Sanders e Sernau (1994) também apresentam uma proposta de operacionalização da economia étnica, a partir da concentração do número de trabalhadores e proprietários. Eles identificam que as empresas inscritas na economia étnica variam ao longo de um *continuum*, da empresa completamente inscrita na economia étnica até a economia aberta. Para tanto, identificam as seguintes categorias:



1. Economia de enclave – Proprietário e maioria dos trabalhadores coétnicos;
2. Nicho de emprego – Maioria dos trabalhadores são coétnicos, mas o proprietário é nativo;
3. Nicho empresarial – Proprietários imigrantes e trabalhadores nativos;
4. Setores econômicos não étnicos – Proprietários e trabalhadores nativos.

A partir da análise da literatura específica sobre o tema, verificamos que não há experiências de estudos brasileiros que operacionalizam o conceito de economia étnica em análises empíricas quantitativas. Nos estudos sociológicos sobre estratificação e mobilidade social no mercado de trabalho, área na qual reside esta pesquisa, não se observa o enfoque sobre os imigrantes internacionais ou, até mesmo, sobre os imigrantes internos, embora, no início do século XX, a questão étnica/racial tenha sido um tema relevante para os sociólogos brasileiros, como, por exemplo, para Florestan Fernandes (2008). Atualmente, as pesquisas contemplam, sobretudo, três aspectos das análises de estratificação: a raça, a classe e o gênero (HASENBALG, 2005; HASENBALG; SILVA, 2003; RIBEIRO, 2007; SANTOS, 2002, 2009; SILVA, 1981).

Já nos estudos brasileiros que tratam especificamente da imigração, observa-se a predominância da discussão de temas como os fluxos migratórios, questão identitária e de etnicidade. Nessa perspectiva, esses trabalhos apresentam abordagem diferenciada das pesquisas internacionais, discutidas anteriormente. As principais diferenças são: a) predominância da utilização de metodologia qualitativa; b) análise restrita a um grupo étnico/nacional (por exemplo, bolivianos, japoneses, sírios e libaneses); c) e enfoque em poucas regiões do país, sobretudo São Paulo (BAENINGER, 2012; GRUN, 1992; MACHADO, 2010; SILVA, S., 2006; SILVA, S.A.D., 1995; TRUZZI, 1991, 2007; VILELA, 2011; VILELA; LOPES, 2011).

Verificada, portanto, a existência de uma lacuna nos estudos brasileiros, ressalta-se a relevância desse trabalho, em que propomos uma forma de aplicação do termo da economia étnica para estudos no Brasil. Tomamos como referência os trabalhos de Fong e Ooka (2002), Fong, Chan e Cao, (2009), Logan, Alba e Stults (2003) e Nee, Sanders e Sernau (1994), adaptados para a realidade brasileira, que apresenta especificidades como, por exemplo, a legislação que regula a entrada de trabalhadores estrangeiros

no mercado local. Para tanto, apresentamos a seguir a metodologia para se obter a aplicação do termo “economia étnica” para o Brasil, seguida da uma análise descritiva e exploratória dos dados, com intuito de verificar as proporções de trabalhadores empregados, a forma de inserção ocupacional dos imigrantes no mercado e os rendimentos no trabalho principal, em razão da situação no mercado (étnico ou não).

Destacamos que o foco de nossa análise é a abordagem sobre a economia étnica e que, portanto, as outras abordagens não recebem atenção quando da busca por evidências empíricas expostas a seguir.

### Considerações metodológicas

Nesse estudo, utilizamos os dados do Relatório Anual de Informações Sociais (Rais) cedidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), do ano de 2010. Esse banco constitui-se como um censo do mercado de trabalho formal<sup>12</sup> brasileiro e apresenta informações sobre o tipo de vínculo de trabalho, a empresa contratante, a trajetória ocupacional dos indivíduos no ano de referência e características socioeconômicas dos trabalhadores.

A partir dessa fonte, constitui-se o banco de dados de análise deste estudo, o qual é uma subamostra<sup>13</sup> dos dados da Rais,<sup>14</sup> uma vez que são selecionados apenas os trabalhadores homens estrangeiros inseridos no mercado com vínculo formal e em empresas com, no mínimo, dois imigrantes da mesma origem nacional; ou seja, são retiradas as empresas com somente um trabalhador estrangeiro, na medida em que é necessário ter, pelo menos, dois trabalhadores coétnicos para realização de uma análise comparativa, como proposto neste trabalho.

Vale esclarecer que, nesse estudo, optamos por analisar apenas os homens, já que as pesquisas na área reconhecem o sexo como um importante fator de impacto sobre a condição do indivíduo no mercado de trabalho. Nota-se que as trabalhadoras apresentam dinâmicas de inserção no mercado distintas dos homens, principalmente as trabalhadoras estrangeiras (RIBEIRO, 2007; SANTOS, 2009). Considerando essa diferença na dinâmica de inserção das mulheres frente aos homens no mercado de trabalho, decidimos dividir a amostra em duas (homens e mulheres) e primeiramente estudar os homens. Futuramente, pretendemos

desenvolver um estudo específico para análise das imigrantes no mercado étnico brasileiro.

Para investigação sobre a existência de um mercado étnico no Brasil, identificamos quatro situações para classificar os trabalhadores que participam ou não da economia étnica, considerando a legislação brasileira, que regula a participação de, no máximo, 1/3 de trabalhadores estrangeiros por empresa (BRASIL, 1988).

Construímos quatro situações, que variam de uma inserção do imigrante em uma empresa completamente dentro da economia étnica até aquela em uma economia aberta. Nessa classificação, as situações 1 e 2 estão inscritas na economia étnica, de modo mais intenso na situação 1. Em contraste, as situações 3 e 4 estão na economia aberta, sendo a última a situação definida como totalmente aberta. Portanto, utilizamos como critério de classificação da economia étnica a concentração significativa de trabalhadores do mesmo país de origem.

#### QUADRO 1 – Critérios para classificação das empresas em economia étnica ou aberta

Economia étnica	Economia aberta
<p><b>Situação 1:</b> Diretor é estrangeiro e coétnico com os funcionários Pelo menos 1/3 dos funcionários são coétnicos</p>	<p><b>Situação 3:</b> Diretor é estrangeiro e coétnico com os funcionários Menos de 1/3 dos funcionários são coétnicos</p>
<p><b>Situação 2:</b> Diretor não é coétnico com os funcionários Pelo menos 1/3 dos funcionários são coétnicos</p>	<p><b>Situação 4:</b> Diretor não é coétnico com os funcionários Menos de 1/3 dos funcionários são coétnicos</p>

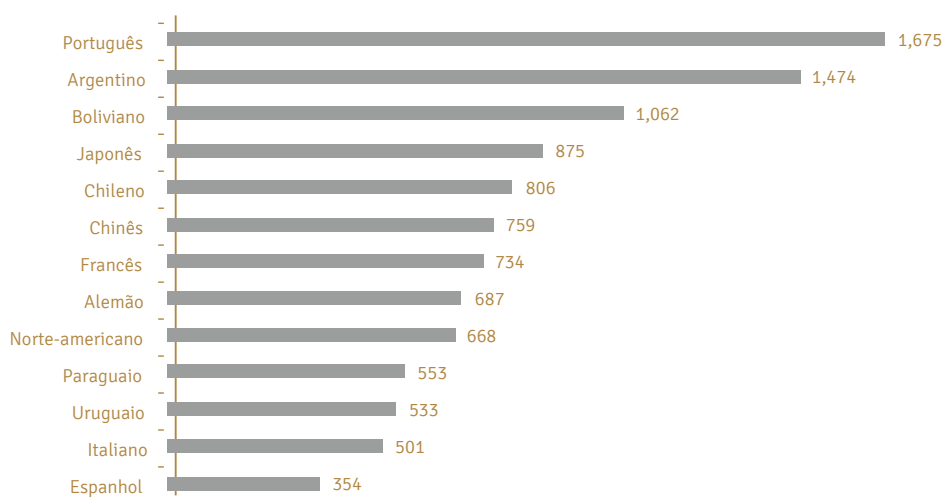
Fonte: Estruturação feita pelas autoras.

Apresentadas as quatro situações de empresas, que variam de uma economia étnica mais intensa (situação 1) à economia totalmente aberta (situação 4), esclarecemos que a base de dados utilizada não apresenta informação sobre o dono do estabelecimento (o empregador) e sobre trabalhadores autônomos, sendo, portanto, analisados somente trabalhadores do setor formal do mercado de trabalho brasileiro, permitindo a identificação da origem nacional dos empregados. Apesar de a definição de economia étnica, elaborada por Logan, Alba e McNulty (1994), incorporar

as empresas onde trabalham estrangeiros coétnicos, *independentemente da etnia do dono*, nesse ponto encontra-se uma limitação desse estudo. O ideal seria incluir a informação de origem do proprietário e dos funcionários, porém o país de origem do proprietário e o de seus funcionários simultaneamente não estão disponíveis em nenhum banco de dados brasileiro, até onde é do nosso conhecimento. Para diminuir essa limitação, incorporamos a informação sobre a origem do diretor,<sup>15</sup> na medida em que nesse cargo o funcionário tem grande controle da empresa.

A partir dessas considerações, ressaltamos que a unidade de análise desse estudo refere-se aos trabalhadores estrangeiros inseridos em empresas com, no mínimo, dois imigrantes da mesma origem nacional e classificadas conforme a tipologia composta por quatro categorias de empresas, que permitirá distinguir a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro. Portanto, a amostra analisada é constituída de 10.681 trabalhadores de 13 países de origem,<sup>16</sup> quais sejam: 15,7% de portugueses, 13,8% de argentinos, 9,9% de bolivianos, 8,2% de japoneses, 7,6% de chilenos, 7,1% de chineses, 6,9% de franceses, 6,4% de alemães, 6,3% de norte-americanos, 5,2% de paraguaios, 5% de uruguaios, 4,7% de italianos e 3,3% de espanhóis.

GRÁFICO 1 – Distribuição de frequência de imigrantes por país de origem



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

## Resultados

Vale lembrar aqui que as empresas são utilizadas nesse estudo apenas para classificar os imigrantes quanto à inserção ou não na economia étnica. Embora não seja a empresa nossa unidade de análise, vale a pena apresentar algumas informações sobre as mesmas. O conjunto total<sup>17</sup> de empresas analisadas é de 2.353 unidades, distribuídas em 403 municípios, concentradas, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do país. Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentam maior incidência de empresas, 1.254 (53,3%) e 376 (16%), respectivamente, em contraposição a Tocantins, em que não há ocorrência de empresas com as características definidas neste estudo.

Quanto à incorporação dos trabalhadores estrangeiros a essas 2.353 empresas selecionadas, nota-se que, do total de 10.681 imigrantes, 7,4% (793 imigrantes) estão inseridos em um mercado de trabalho definido como étnico e 92,6% (9.888 imigrantes), no mercado aberto. Vale esclarecer que uma empresa pode pertencer tanto ao mercado étnico quanto ao aberto, dependendo do grupo de trabalhadores estrangeiros tomados como referência. Por exemplo, o caso de uma empresa onde existe um número significativo de trabalhadores portugueses e poucos bolivianos, ela está inscrita tanto na economia étnica, quando analisada em relação ao primeiro grupo de estrangeiros, como na economia aberta em relação ao segundo.

Dos imigrantes inseridos na economia étnica (793 no total), a maioria encontra-se no mercado de trabalho do estado de São Paulo (162 trabalhadores – 20,4%), seguido do Rio Grande do Sul (80 trabalhadores – 10%) e Rio de Janeiro (74 – 9,3%). Nota-se, também, dentro do mercado de trabalho brasileiro, menor incidência na região Norte do país, como apresentado no mapa a seguir (Mapa 1).

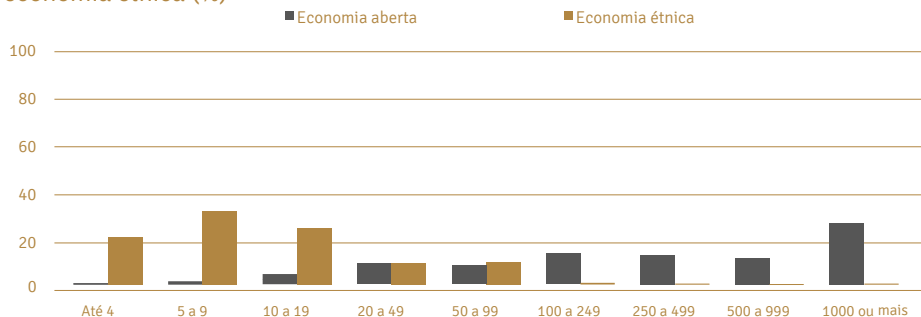
### MAPA 1 – Distribuição dos imigrantes no mercado étnico pelos estados do Brasil



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

Essas empresas inscritas no mercado étnico apresentam características marcantes que as diferenciam das demais empresas do mercado aberto no Brasil. Um aspecto discriminante refere-se ao tamanho do estabelecimento, medido pelo número de funcionários, como descrito no Gráfico 2. Observa-se que empresas étnicas tendem a um número menor de empregados (78% têm até 19 funcionários), enquanto as organizações do mercado aberto apresentam maiores proporções (29% têm mais de 1.000 empregados).

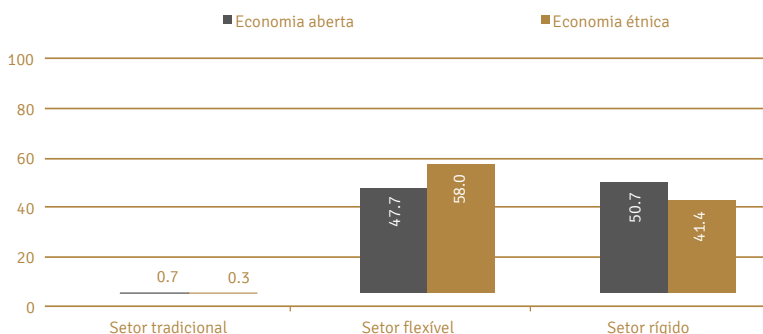
### GRÁFICO 2 – Número de funcionários por tipo de empresa em economia aberta ou economia étnica (%)



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

Por outro lado, quando comparado o setor de atuação dessas empresas, não se observa grande divergência quanto aos ramos de atividades desenvolvidos. Para classificação dos setores de atuação, utilizamos três categorias,<sup>18</sup> baseadas no estudo de Xavier (2011): a) setor tradicional – inclui atividades de agricultura, pecuária e extrativismo; b) setor rígido – indústria de transformação, indústria de construção e outras atividades industriais; c) setor flexível – comércio de mercadorias, prestação de serviços, serviços auxiliares de atividades econômicas, transporte e comunicação, social e outra atividade. Notamos uma pequena diferença entre as economias étnica e aberta. A primeira tem um percentual maior de empresas no setor flexível (58%) e, a segunda, uma concentração maior no setor rígido (51%).

GRÁFICO 3 – Setor da economia por tipo de empresa em economia aberta ou economia étnica (%)



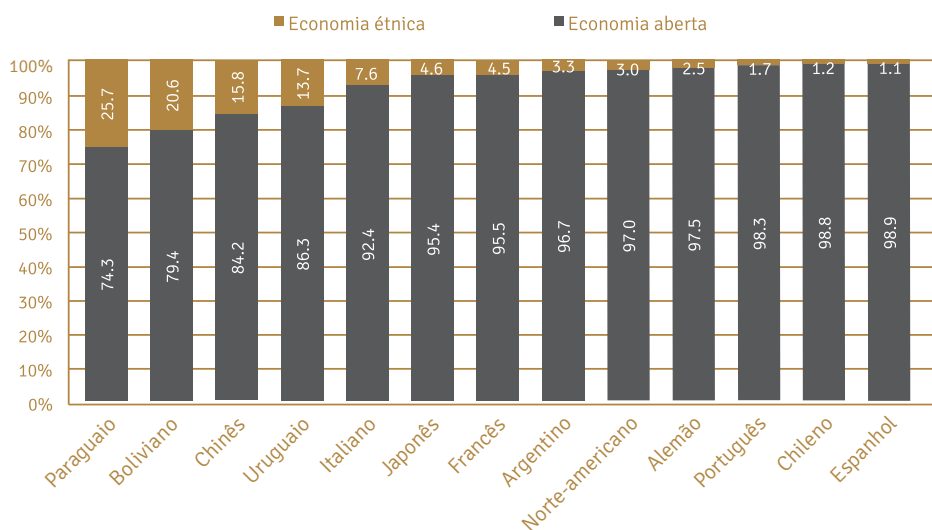
Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

Já com relação especificamente ao mercado étnico, dos 13 grupos de estrangeiros analisados, observa-se maior porcentagem de paraguaios (25,7%), bolivianos (20,6%), chineses (15,8%) e uruguaios (13,7%) em mercados dessa natureza, conforme o Gráfico 4; ou seja, esses grupos nacionais são os imigrantes que apresentam maior tendência de inserção em empresas onde há parcela significativa de trabalhadores da mesma origem, comparados aos outros grupos. Vale ressaltar que pesquisas anteriores indicam que esses grupos de imigrantes são discriminados negativamente no mercado de trabalho brasileiro, quando comparados aos migrantes nativos, isto é, eles recebem salários menores, controlando seus atributos produtivos, habilidades e localização no mercado (VILELA, 2011).

Portanto, esses resultados sugerem que trabalhadores estrangeiros que têm maior dificuldade de entrada no mercado local devido, por exemplo, à discriminação tendem a se inserir em empresas do mercado étnico. Nessa perspectiva, podemos inferir que tal mercado pode ser entendido como um caminho alternativo à situação de desemprego ou de discriminação e não uma fonte de ascensão social. Entretanto, destacamos que esse é um estudo exploratório e não tem como objetivo testar tal hipótese. Por isso, estudos mais precisos e avançados devem ser feitos para tal verificação.

Por outro lado, os imigrantes com menor proporção de trabalhadores no mercado étnico são espanhóis (1,1%), chilenos (1,2%), portugueses (1,7%), alemães (2,5%) e norte-americanos (3%). O Gráfico 4, a seguir, também permite constatar que, em todos os grupos de imigrantes, pelo menos 70% dos estrangeiros estão inseridos em empresas da economia aberta; dessa forma, competindo com trabalhadores brasileiros no mercado local.

**GRÁFICO 4 – Distribuição da origem do imigrante por tipo de empresa em economia aberta ou economia étnica (%)**



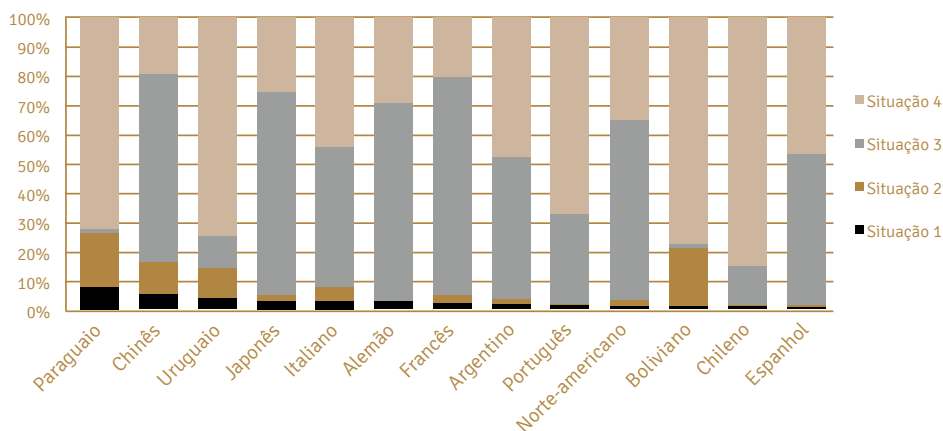
Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).



Sendo assim, a partir da análise desses resultados, verificamos, ainda que pouca, a existência de economia étnica no mercado de trabalho brasileiro para todos os grupos de estrangeiros analisados neste estudo, uma vez que, em maior ou menor grau, os imigrantes internacionais se inserem em empresas classificadas como étnicas (*situações 1 ou 2*), formando um mercado de trabalho paralelo ao mercado aberto.

Em seguida, a Tabela 1 e o Gráfico 5 apresentam a distribuição de cada grupo nacional por tipo de empresa, classificadas entre *situação 1* (maior intensidade da economia étnica), *situação 2* (menor intensidade de economia étnica), *situação 3* e *situação 4* (economia aberta). Há tendência na formação de empresas do tipo 1 entre paraguaios (8,7%), chineses (5,4%) e uruguaios (3,6%). Em contrapartida, no grupo dos chilenos (0,92%) e bolivianos (0,81%), observam-se as menores porcentagens de empresas desse tipo. Ainda com relação a empresas étnicas, a *situação 2* tem maiores proporções entre bolivianos (19,8%) e paraguaios (17%), em detrimento de alemães (0% — não há ocorrência). Já no que se refere às empresas classificadas pela *situação 4* e definidas como empresas inscritas na economia aberta, nota-se maior incidência entre os grupos de chilenos (85,5%), bolivianos (77,8%), uruguaios (75,2%). As menores frequências são observadas entre os chineses (20%), franceses (21,3%) e japoneses (26,3%).

GRÁFICO 5 – Distribuição da origem do imigrante por tipo de empresa (%)



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

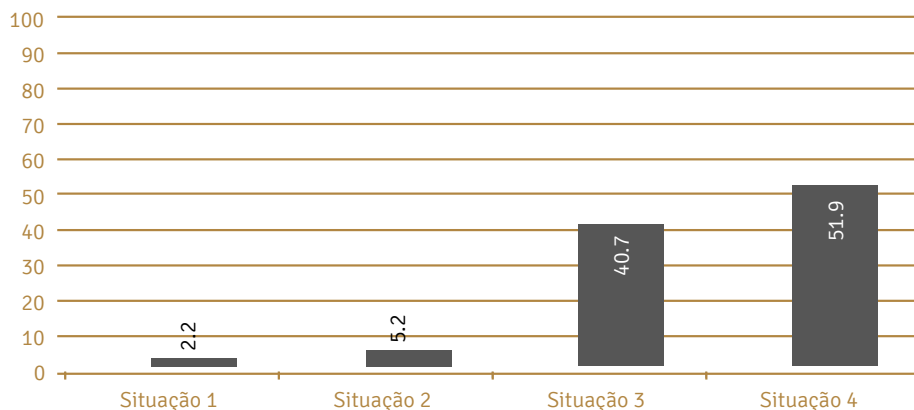
**TABELA 1 – Distribuição da origem do imigrante por tipo de empresa (%)**

Origem nacional	Situação 1	Situação 2	Situação 3	Situação 4
Paraguaio	8,7	17,0	1,6	72,7
Chinês	5,4	10,4	64,2	20,0
Uruguaio	3,6	10,1	11,1	75,2
Japonês	2,7	1,8	69,1	26,3
Italiano	2,6	5,0	47,5	44,9
Alemão	2,5	0,0	67,5	30,0
Francês	1,8	2,7	74,3	21,3
Argentino	1,4	1,9	48,4	48,2
Português	1,1	0,6	30,4	67,9
Norte-americano	0,9	2,1	61,4	35,6
Boliviano	0,9	19,8	1,6	77,8
Chileno	0,7	0,5	13,3	85,5
Espanhol	0,6	0,6	51,7	47,2

Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

Ainda sobre a classificação das empresas, observamos que a maioria dos imigrantes, do total analisado, está inserida na última situação, definida pelas empresas em que o diretor não é estrangeiro ou coétnico com os funcionários e menos de 1/3 dos funcionários são coétnicos, como mostrado no Gráfico 6; isto é, da amostra total de estrangeiros estudados, a maior parcela encontra-se em um mercado totalmente aberto.

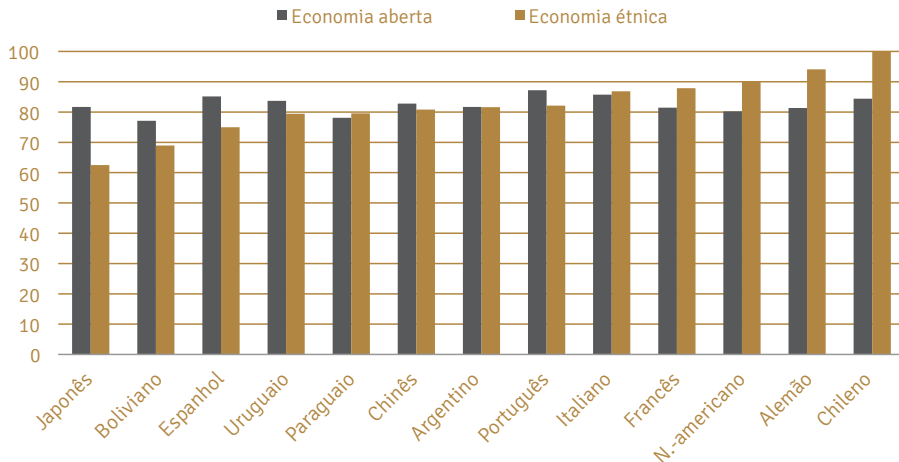
**GRÁFICO 6 – Distribuição total dos imigrantes por tipo de empresa (%)**



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

Quanto às proporções de trabalhadores empregados, verificamos que o nível de participação no mercado de trabalho varia entre os imigrantes inseridos no mercado étnico e aberto, não apresentando um padrão evidente (Gráfico 7). Ressaltamos que os japoneses e os bolivianos, quando inseridos na economia étnica, são os grupos com menores proporções de trabalhadores que conseguem manter o emprego, com 62% e 68%, respectivamente.

GRÁFICO 7 – Distribuição de trabalhadores empregados (%)



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

Quanto à distribuição de imigrantes por grupo ocupacional, os estrangeiros são divididos conforme os nove grandes grupos ocupacionais construídos pela Classificação Brasileira de Ocupações, conforme o quadro seguinte:

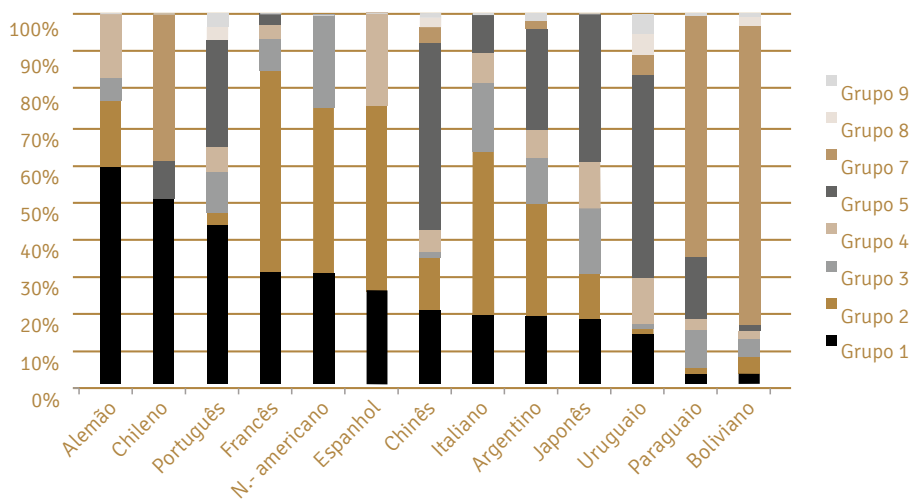
Quadro 2 – Classificação dos grandes grupos ocupacionais

Grupos ocupacionais	
Grupo 1	Gerentes e diretores
Grupo 2	Profissionais da ciência e intelectuais
Grupo 3	Técnicos e profissionais do Ensino Médio
Grupo 4	Trabalhadores de apoio administrativo
Grupo 5	Trabalhadores de serviços, vendedores dos comércios e mercados
Grupo 6	Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca
Grupo 7	Trabalhadores qualificados, operários, artesãos da construção, das artes mecânicas e de outros ofícios
Grupo 8	Operadores de instalações e máquinas e montadores
Grupo 9	Profissionais elementares

Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações (BRASIL, 2002).

O Gráfico 8, referente aos imigrantes inseridos no mercado étnico, não aponta a existência de um padrão ocupacional geral, mas sim por origem étnico/nacional. É possível observar tanto a predominância de diretores entre alemães, chilenos e portugueses quanto de ocupações do grupo 7 entre bolivianos e paraguaios. Sobre a inserção de bolivianos e paraguaios em ocupações do grupo 7, várias pesquisas recentes investigam a concentração desses estrangeiros no setor de confecção em São Paulo, destacando a existência de precária situação de trabalho e discriminação (BAENINGER, 2012; SILVA, 2006). Destacamos que não há ocorrência de imigrantes com ocupações do grupo 6 (trabalhadores da agropecuária, florestais, de caça e da pesca) na economia étnica.

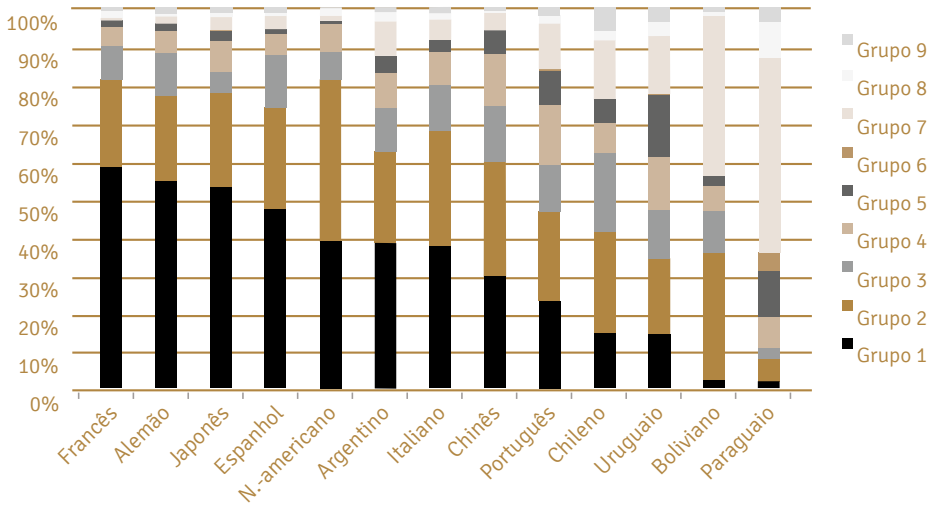
GRÁFICO 8 – Distribuição de imigrantes na economia étnica por grupo de ocupação



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

No que diz respeito à estrutura ocupacional dos trabalhadores do mercado aberto, também há heterogeneidade em relação às posições no mercado de trabalho entre os grupos nacionais (Gráfico 9). A maioria dos imigrantes inseridos na economia aberta encontra-se ocupada em empregos pertencentes ao grupo 1, relativo a ocupações de direção, mas essa proporção varia em grande medida entre os diferentes imigrantes.

GRÁFICO 9 – Distribuição de imigrantes na economia aberta por grupo de ocupação

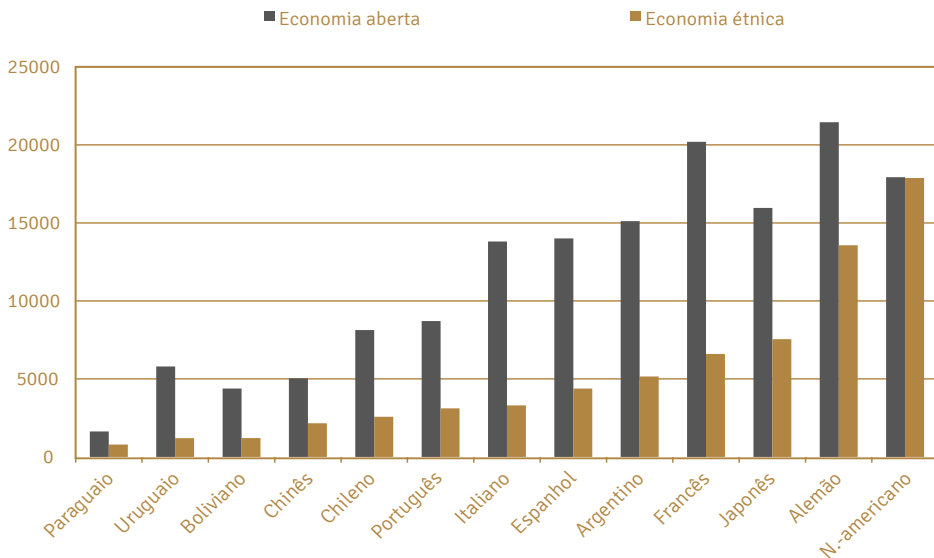


Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

Já no que se refere à média salarial dos imigrantes, o Gráfico 10 apresenta a distribuição para os trabalhadores de cada país de origem por tipo de economia. Verificamos que, para todos os grupos, as médias salariais dos trabalhadores inseridos na economia étnica são inferiores à de seus coétnicos empregados no mercado aberto.

Verifica-se, também, que os maiores rendimentos médios são de alemães (R\$ 21.456,00), franceses (R\$ 20.202,00) e norte-americanos (R\$ 17.927,00) em empresas do mercado aberto; e os menores são de paraguaios (R\$ 795,00), bolivianos (R\$ 1.207,00) e chineses (R\$ 2.155,00) no mercado étnico.

GRÁFICO 10 – Média salarial dos imigrantes por tipo de economia (R\$)



Fonte: Dados trabalhados pelas autoras com base na Rais (BRASIL, 2010) (subamostra).

Destacamos que, embora não tenhamos a intenção de testar as hipóteses referentes às teorias expostas anteriormente, dado o caráter exploratório desse artigo, alguns achados devem ser considerados quanto à análise desses dados. Esses sugerem que: a) não há uma padronização quanto à inserção dos imigrantes no mercado de trabalho como proposto pela teoria do mercado dual; b) parece que a localização dos imigrantes tem relação com a origem étnica nacional do indivíduo e o desenvolvimento do país de origem, algo que é perpassado pela abordagem do sistema dual; c) a economia étnica parece ser mais uma fuga do desemprego do que uma situação de sucesso dos imigrantes. Porém, estudos mais avançados e precisos devem ser desenvolvidos para testar tais suposições que surgem com a análise descritiva exposta anteriormente.

## Considerações finais

Neste trabalho, buscamos examinar a existência de economia étnica no Brasil para diferentes grupos de estrangeiros. Não há pesquisas brasileiras, de nosso conhecimento, que tenham investigado essa questão por meio de metodologia quantitativa e comparativa (VILELA; LOPES, 2011).

Para tanto, o primeiro desafio encontrado foi o de operacionalizar o termo “economia étnica” para o contexto brasileiro e, em seguida, aplicá-lo nos dados existentes.

A partir da definição de economia étnica como o conjunto de empresas que estão na posse/direção de imigrantes e/ou que empregam membros da comunidade étnica, em números significativos, independentemente do tipo de negócio, dimensão e concentração espacial da empresa (ZHOU, 2004), são construídas quatro situações, que variam de uma inserção do imigrante em empresa completamente dentro da economia étnica (situação 1) até aquela em uma economia totalmente aberta (situação 4). Dessa forma, respondemos à questão 2, proposta inicialmente.

A utilização da Rais como banco de dados para o desenvolvimento desta análise também pode ser considerada como uma contribuição metodológica dessa pesquisa. Normalmente, estudos sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro são realizados por meio do Censo Demográfico (SALA, 2005; VILELA, 2011; VILELA; LOPES, 2011), porém a Rais, que também é concebida como um censo dos trabalhadores do mercado formal, mostrou-se uma excelente ferramenta e ainda tem como avanço a identificação das características das empresas em que cada imigrante se encontra empregado.

Sob essa perspectiva, verificamos a existência de economia étnica no mercado de trabalho brasileiro para todos os grupos de estrangeiros analisados neste estudo, uma vez que, em maior ou menor grau, os imigrantes internacionais se inserem em empresas classificadas como étnicas (situações 1 ou 2), consideradas como um mercado de trabalho paralelo ao mercado aberto. Dessa forma, em resposta à questão 1, podemos dizer que, para todos os 13 grupos de imigrantes pesquisados, há um número deles inseridos em uma economia étnica.

Dentre os grupos analisados, como vimos anteriormente, há maior incidência de trabalhadores inseridos na economia étnica entre paraguaios (25,7%), bolivianos (20,6%), chineses (15,8%) e uruguaios (13,7%), grupos de imigrantes que pesquisas anteriores indicam serem discriminados negativamente no mercado de trabalho brasileiro (VILELA, 2011). Observamos também, com base nesses resultados, a tendência de inserção no mercado étnico no caso dos trabalhadores estrangeiros com maior dificuldade de ingressar no mercado local, por discriminação, entre outros motivos.

E constatamos que as menores proporções de imigrantes no mercado étnico em nosso país correspondem aos espanhóis (1,1%), chilenos (1,2%), portugueses (1,7%), alemães (2,5%) e norte-americanos (3%).

Os mercados étnicos são predominantemente observados nos estados do Sudeste e Sul do Brasil, com destaque para concentração em São Paulo (SP). Já na região Norte, não é observada a formação da economia étnica de nenhum grupo de imigrantes estudado, apesar de existir concentração de imigrantes nessa região, como no caso de chineses e japoneses no Amazonas (AM). Esses resultados respondem à questão 3, demonstrando que a economia étnica não se distribui homoganeamente nas várias regiões do Brasil e nem entre os grupos de imigrantes internacionais inseridos no país.

Quanto ao perfil predominante entre as empresas de economia étnica, podemos dizer que as características das empresas inscritas no mercado étnico são: a) o tamanho do estabelecimento é um aspecto discriminante em relação às organizações do mercado aberto; empresas étnicas tendem a um número menor de empregados (78% têm até 19 funcionários), enquanto as organizações do mercado aberto apresentam maiores proporções (29% têm mais de mil empregados); b) no que tange ao setor de atuação dessas empresas, há uma pequena diferença, em que, na economia étnica, predomina o setor flexível e, na economia aberta, há a concentração maior do setor rígido; c) há proporções parecidas entre o mercado étnico e o aberto, no que se refere às proporções de estrangeiros empregados.

Ainda no que se refere às características descritivas desses mercados, trabalhadores inseridos na economia aberta têm rendimentos médios superiores aos dos empregados no mercado étnico. Esse achado sugere que, no Brasil, o mercado étnico funciona conforme os argumentos de Nee, Sanders e Sernau (1994), Nee e Sanders (2001), Sanders e Nee (1987), Chiswick (1999). Esses autores indicam que a permanência na economia étnica acarreta para o imigrante uma situação de desvantagem no mercado de trabalho da sociedade hospedeira, visto que essa situação dificulta a assimilação desses imigrantes, diminuindo a taxa de aquisição de capital humano, o que propicia perdas salariais.

Ressalta-se, porém, que esse resultado é apenas um indicativo e não possibilita ainda a realização de inferências conclusivas sobre o efeito da participação em economias étnicas para o salário dos estrangeiros, visto que o resultado é obtido por meio de análises descritivas. Dessa forma,



ficam apontadas algumas questões a serem desenvolvidas em pesquisas futuras sobre essa temática. Qual será o efeito da participação em economias étnicas para a empregabilidade e o rendimento dos trabalhadores imigrantes internacionais no Brasil, em comparação aos trabalhadores estrangeiros inscritos na economia aberta, isto é, em uma economia não étnica? Para tanto, devem ser aplicados modelos estatísticos apropriados para a pergunta.

Outra proposta de estudos futuros é a análise da economia étnica para as mulheres imigrantes internacionais. Esse exercício torna-se importante devido às evidências de aumento na participação das mulheres nos movimentos migratórios e do crescimento da inserção das imigrantes no mercado de trabalho (VILELA; NORONHA, 2013; ZAVALA; MORALES, 2011).

## Notas

- 1 Por grupo/comunidade étnica definimos indivíduos da mesma origem nacional, visto que Aldrich e Waldinger (1990) assumem que pessoas as quais compartilham da nacionalidade e experiência migratória podem ser agregadas em um mesmo grupo étnico. Essa mesma perspectiva é adotada por Vilela e Xavier, que assumem por grupo étnico “os membros que tenham uma consciência de grupo e uma crença em origem e cultura comum, ou que os ‘outros’ acreditem na existência dessa consciência” (VILELA; XAVIER, 2011, p. 10).
- 2 Segundo a teoria do mercado segmentado ou dual, há uma polarização na estrutura ocupacional, formando dois mercados distintos, o primário e o secundário. O mercado primário é o que apresenta empregos estáveis, com segurança, qualificados, bem-remunerados e com abertura para mobilidade ascendente. Ao contrário, o mercado secundário apresenta empregos instáveis, desqualificados, com baixos salários, benefícios limitados e baixa mobilidade (PIORE, 1979).
- 3 Sobre a discriminação desses trabalhadores estrangeiros, alguns autores explicam que os empregadores ou consumidores levam em consideração atributos não produtivos, como raça, gênero e origem nacional, no momento em que realizam as trocas econômicas (BORJAS, 1986; PIRE, 1979). Além disso, a discriminação é também explicada pelo que os economistas denominam *discriminação estatística*, processo no qual os empregadores projetam nos indivíduos algumas características observadas no grupo em geral. Esse comportamento, comum entre grupos minoritários como mulheres, negros e, no caso, trabalhadores estrangeiros, ocorre em razão da dificuldade do empregador em obter informações necessárias sobre os potenciais empregados, acabando por generalizar algumas concepções e características do grupo construídas socialmente (JACINTO, 2005).

**4** Um exemplo da incorporação de estrangeiros no topo da pirâmide sócio-ocupacional ocorre com o fluxo de trabalhadores altamente escolarizados, denominado *brain drain*, ou “fuga de cérebros”. Este fenômeno é favorecido pela falta de perspectivas profissionais desses trabalhadores em seus países de origem (fatores de expulsão) e pelas políticas imigratórias atrativas com boas ofertas econômicas nos países de destino (fatores de atração) (PORTES, 1976; PORTES; MANNING, 2008).

**5** Adotamos neste trabalho a expressão “minorias intermediárias” como tradução de *middleman minorities*.

**6** Coétnicos referem-se a imigrantes do mesmo país de origem/etnia.

**7** Para *nichos econômicos*, utiliza-se a definição de Waldinger (1993), que reconhece a presença de um nicho econômico quando se observa a concentração significativa de imigrantes da mesma origem em determinada ocupação.

**8** Sanders e Nee (1987) criticam a definição de enclave com base na localização geográfica das empresas e sugerem o critério por meio do local de residência dos trabalhadores. A informação de moradia, porém, dificulta a operacionalização do conceito, ponto que será mais bem discutido a seguir.

**9** “It may reflect in part the language difficulties that restrict employment alternatives” (BATES; DUNHAM, 1991, p. 12).

**10** Esse conceito é, portanto, um recorte ainda menos abrangente do que é definido por enclave étnico e, conseqüentemente, por economia étnica; isto é, uma empresa em que o dono é estrangeiro, mas os funcionários são nativos ou são (ou não) do mesmo país de origem do proprietário, pode ser classificada como sendo um caso de empreendedorismo étnico. No entanto, se além do proprietário, os funcionários, a clientela e, em muitos casos, os fornecedores são, também, imigrantes da mesma origem, e a empresa se encontra localizada em um espaço geográfico com alta concentração de outras empresas com essas mesmas características, temos um caso de enclave étnico, conforme classificado por Portes e Bach (1985). E esses dois conceitos, de enclave e empreendedorismo étnico, compreendem de forma mais ampla a economia étnica.

**11** O empreendedorismo de sucesso é mensurado pelo maior percentual de empregados autônomos nos grupos de imigrantes, pela média salarial dos autônomos e por um termo interativo entre os dois.

**12** Destacamos uma limitação desse estudo, já que apresenta informações apenas sobre os trabalhadores que estão inseridos no mercado formal. Os dados tendem a ser subestimados, visto que ainda há um grande número de trabalhadores estrangeiros que se encontra inserido no mercado informal de trabalho, não sendo, portanto, computado pelas informações disponibilizadas na Rais.

**13** Esclarecemos que a unidade de análise da Rais é transformada de vínculo empregatício, como é originalmente construída a base de dados pelo Ministério

do Trabalho (MTE), para indivíduo. Esse procedimento metodológico é realizado na medida em que vários indivíduos (cerca de 30% do total) possuem mais de um vínculo de trabalho, em casos de: a) pessoas que são empregadas em mais de uma firma ao mesmo tempo; b) trabalhadores que mudam de emprego durante o ano. Para situações em que o trabalhador está empregado em mais de uma empresa, é considerado como o trabalho principal a ocupação com maior rendimento informado.

**14** São excluídos da amostra os funcionários públicos, visto que esses indivíduos não tinham informações sobre cor/raça e os indivíduos classificados pela Rais como: “outros latino-americanos”, “outros asiáticos”, “outras nacionalidades” e “brasileiros naturalizados”. A retirada desses grupos é justificada pela literatura que argumenta que os efeitos da origem dos imigrantes são heterogêneos, variando entre os diversos países (PORTES; SHEFER, 2006; VAN TUBERGEN; MAAS; FLAP, 2004). Portanto, categorias que agregam indivíduos de países distintos, não permitindo a identificação da origem, não devem ser incorporadas nas análises. Ainda são excluídos os casos de trabalhadores com vínculo de menor aprendiz, visto que essa categoria apresenta contrato de trabalho especial e jornada de trabalho menor que os demais trabalhadores. São também retirados os registros relativos a Rais Negativa, que consistem em casos nos quais são fornecidos somente os dados cadastrais do estabelecimento, cadastrado com CNPJ, quando o mesmo não teve empregado durante o ano-base.

**15** Para construção das quatro situações, consideramos como diretores apenas os funcionários definidos pela Classificação Brasileira de Ocupações como diretores-gerais das empresas, não sendo contemplados diretores de áreas ou gerentes. Isso porque aqueles têm maior controle da empresa.

**16** Para escolha desses países, foram selecionados os grupos de estrangeiros com mais de cem observações após a construção da amostra definida para este estudo. Na Rais, além desses 13 grupos de imigrantes, há informações sobre britânicos, coreanos, suíços, belgas e canadenses.

**17** Ressaltamos que as análises que se seguem fazem referência apenas aos imigrantes inseridos no mercado formal de trabalho, selecionados a partir das empresas que têm no mínimo dois trabalhadores estrangeiros. Ou seja, as afirmações dizem respeito apenas à amostra construída para esse estudo, tendo cuidado de não serem generalizadas para todos os imigrantes no mercado de trabalho brasileiro.

**18** Ressaltamos que não há incidência de empresas no setor público, categoria também utilizada por Xavier (2011), em razão da amostra construída para esse estudo, conforme apresentado nas considerações metodológicas.

## Referências

ALDRICH, H.; WALDINGER, R. Ethnicity and entrepreneurship. *Annual Review of Sociology*, v. 16, p. 111-135, 1990.

BAIEY, T.; WALDINGER, R. Primary, secondary and enclave labor markets: a training systems approach. *American Sociological Review*, v. 56, n. 4, p. 432-445, 1991.

BATES, Timothy. The changing nature of minority business: a comparative analysis of Asian, non-minority, and black-owned business. *The Review of Black Political Economy*, v. 18, p. 25-42, 1989.

BATES, Timothy; DUNHAM Constance. *The changing nature of business ownership at a route to upward mobility of minorities*. Arlie House, VA: Urban Institute, 1991. Trabalho apresentado na Conference on Urban Labor Markets and Labor Mobility.

BAENINGER, R. O. *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Unicamp: Fapesp: CNPq: Unfpa, 2012.

BERTRAND, Marianne; LUTTMER, F. P.; MULLIANATHAN Sendhil. Network effects and welfare cultures. *Quarterly Journal of Economics*, v. 115, n. 3, p. 1019-1055, 2000.

BONACICH, Edna. A theory of middleman minorities. *American Sociological Review*, v. 38, n. 5, p. 583-594, 1973.

BORJAS, G. J. *Friends or strangers: the impact of immigrants on the U. S. economy*. New York: Basic Books, 1990.

BORJAS, G. J. *Labor economics*. New York: McGraw-Hill, 1986.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Trabalho. *Classificação brasileira de ocupações*. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação anual de informações sociais, Rais, 2002-2012*. Brasília, DF, 2013.

CAVALCANTE, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu; TONHATI, Tânia (Org.). *A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro*. Brasília, DF: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.

CHISWICK, Barry R. Are immigrants favorably self-selected? *American Economic Review*, v. 89, n. 2, p. 181-185, 1999.

COLEMAN, James S. Social capital in the creation of human capital. *The American Journal of Sociology*, v. 94, 1988. Supplement: Organizations and institutions: sociological and economic approaches to the analysis of social structure.

- FENELLA, F.; DRONKERS, J. Unemployment among immigrants in European labour markets: an analysis of origin and destination effects. *Work, Employment And Society*, v. 24, n. 2, p. 337-354, 2010.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5. ed. São Paulo: Ed. Globo, 2008.
- FONG, E.; CHAN, E.; CAO, X. Moving out and staying in the ethnic economy. *International Migration Review*, v. 51, n. 1, p. 61-77, 2009.
- FONG, E.; OOKA, E. The social consequences of participating in the ethnic economy. *International Migration Review*, v. 36, n. 1, p. 125-146, 2002.
- FRIEDBERG, R. M. You can't take it with you? Immigrant assimilation and the portability of human capital. *Journal of Labor Economics*, v. 18, p. 221-251, 2000.
- GRUN, Roberto. *Negócios e famílias: Armênios em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1992.
- HASENBALG, C. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. FMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2005.
- HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Ed.). *Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.
- JACINTO, Paulo de Andrade. Diferenciais de salários por gênero na indústria avícola da região Sul do Brasil: uma análise com microdados. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, v. 43, n. 3, p. 529-555, 2005.
- KESLER, Christel; HOUT, Michael. Entrepreneurship and immigrant wages in US labor markets: a multi-level approach. *Social Science Research*, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 187-201, 2010.
- KECHICHIAN, Hagop. *Os sobreviventes do genocídio: imigração e integração Armênia no Brasil: um estudo introdutório: das origens a 1950*. Tese (Doutorado) - São Paulo, 2000.
- LIGHT, Ivan; GOLD, S. *Ethnic economies*. San Diego: [s.n.], 2000.
- LIGHT, Ivan; KARAGEORGIS, Stavros. The ethnic economy. In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (Ed.). *The handbook of economic sociology*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 647-671.
- LIGHT, Ivan et. al. Beyond the ethnic enclave economy. *Social Problems*, v. 41, n. 1, 1994. Special Issue on Immigration, Race, and Ethnicity in America.
- LOGAN, John R.; RICHARD, D. Alba; MCNULTY, Thomas L. Ethnic economies in metropolitan regions: Miami and beyond. *Social Forces*, v. 72, n. 3, p. 691-724, 1994.

LOGAN, John R.; RICHARD, D. Alba; STULTS, Brian J. Enclaves and entrepreneurs: assessing the payoff for immigrants and minorities. *IMR*, v. 37, n. 2, p. 344-388, 2003.

MASSEY, Douglas. Theories of international migration: a review and appraisal. *Population and Development Review*, v. 19, n. 3, p. 431-466, 1993.

MACHADO, I. R. *Consumo, etnicidade e migração: reflexões sobre a economia étnica*. Caxambu: Anpocs, 2010. Trabalho apresentado no 34º Encontro da Anpocs.

NEE, Víctor; SANDERS Jimmy M. Understanding the diversity of immigrant incorporation. *Ethnic and Racial Studies*, v. 24, p. 386-411, 2001.

NEE, Víctor; SANDERS, Jimmy M.; SERNAU, S. Job transition in an immigrant metropolis: ethnic boundaries and the mixed economy. *American Sociological Review*, v. 59, p. 849-872, 1994.

PIORE, Michael J. *Birds of passage: migrant labor in industrial societies*. Cambridge: Cambridge University, 1979.

PIORE, Michael J.; SABEL, C. *The second industrial divide: possibilities for prosperity*. New York: Basic Books, 1984.

PIORE, Michael J.; SAFFORD, Sean, Preliminary thoughts on identity and segmentation. *Socio-Économie du Travail, Économies et Societes AB*, [S. l.], v. 28, p. 925-939, 2007.

PORTES, Alejandro. Determinants of the brain drain. *International Migration Review*, v. 10, n. 4, p. 489-508, 1976.

PORTES, Alejandro; BACH, Robert. *Latin journey: Cuban and Mexican immigrants in the United States*. Berkeley: University of California, 1985.

PORTES, Alejandro; MANNING, R. D. The immigrant enclave: theory and empirical examples. In: GRUSKY, D. B. (Ed.). *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. 3<sup>rd</sup> ed. Boulder: Westview Press, 2008. p. 516-528.

PORTES, Alejandro; SHAFER, S. Revisiting the enclave hypothesis: Miami twenty-five years later. *Sociology of Entrepreneurship*, v. 25, p. 177-190, 2006.

PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. Self-employment and the earnings of immigrants. *American Sociological Review*, v. 61, p. 219-230, 1996.

RAIJIMAN, R.; TIENDA, M. Immigrants' socioeconomic progress post-1965: forging mobility or survival? In: HIRCHMAN, C.; KUZNITZ, P.; DEWIND, J. (Ed.). *The handbook of international migration: the American experience*. New York: Russell Sage, 1999. p. 239-256.

RIBEIRO, C. A. C. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2007.

ROTH, W. et al. In and out of the ethnic economy: a longitudinal analysis of ethnic networks and pathways to economic success across immigrant categories. *International Migration Review*, v. 46, n. 2, p. 310–361, 2012.

SALA, Gabriela A. *Características sócio-ocupacionais dos migrantes nascidos nos países do Cone Sul residentes no Brasil*. Tese (Doutorado) – Cedeplar, Departamento de Demografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

SANDERS, Jimmy; NEE, Victor. Limits of ethnic solidarity in the enclave economy. *American Sociological Review*, v. 52, p. 745-73, 1987.

SANTOS, J. A. F. *Estruturas e posição de classe no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2002. v. 1.

SANTOS, J. A. F. A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil. *RBCS: revista brasileira de ciências sociais*, v. 24, n. 70, p. 37-60, 2009.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, N. D. V. Cor e o processo de realização socioeconômica. *Dados: revista de ciências sociais*, v. 24, n. 3, p. 391-409, 1981.

SILVA, S. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 57, 2006.

SILVA, S. A. D. *Costurando sonhos: etnografia de um grupo de imigrantes bolivianos que trabalham no ramo da costura em São Paulo*. 1995. (Mestrado) - Departamento de Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SOARES, W. Para além da concepção metafórica de redes sociais: fundamentos teóricos da circunscrição topológica da migração internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULACIONAIS, 2002. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002.

SOUCHAUD, S. A confecção: nicho étnico ou nicho econômico para a imigração latino-americana em São Paulo? In: BAENINGER, R. O. (Ed.). *Imigração boliviana no Brasil*. Campinas: Núcleo de Estudos de População, Unicamp: Fapesp: CNPq: Unfpa, 2012. p. 75-93.

TRUZZI, O. *De mascates a doutores: sírios e libaneses em São Paulo*. São Paulo: Sumaré, 1991.

TRUZZI, O.; SACOMANO NETO, Mário. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. *Revista de Administração de Empresas*, v. 47, n. 2, p. 1-12, 2007.

VAN TUBERGEN, Frank; MAAS, Ineke; FLAP, Henk. The economic incorporation of immigrants in 18 western societies: origin, destination, and community effects. *American Sociological Review*, [S. l.], v. 69, n. 5, p. 704-727, 2004.

VILELA, E. M. *Imigração internacional e estratificação no mercado de trabalho brasileiro*. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia e Antropologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

VILELA, E. M. Desigualdade e discriminação de imigrantes internacionais no mercado de trabalho brasileiro. *Dados: revista de ciências sociais*, v. 54, n. 1, p. 89-129, 2011.

VILELA, E. M.; LOPES, L. B. F. Balanço da produção acadêmica sobre migração internacional no Brasil. *BIB*, São Paulo, n. 72, p. 55-88, 2. sem. 2011.

VILELA, E. M.; NORONHA, C. L. A. *Trabalhadoras argentinas, bolivianas, paraguaias, peruanas e uruguaias: minorias étnicas/nacionais discriminadas no Brasil?* Trabalho apresentado no 29. Congresso ALAS, 2013, Santiago.

VILELA, E. M.; XAVIER, F. P. Imigrantes internacionais e as localizações intermediárias de classes. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 8-38, 2011.

WALDINGER, R. The ethnic enclave debate revisited. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 17, n. 3, p. 444-452, 1993.

WILSON, Kenneth; MARTIN, W. Allen. Ethnic enclaves: a comparison of the Cuban and black economies in Miami. *American Journal of Sociology*, v. 88, p. 135-160, 1982.

WILSON, Kenneth; PORTES, Alejandro. Immigrant enclaves: an analysis of the labor market experiences of Cubans in Miami. *American Journal of Sociology*, v. 86, p. 295-319, Sept. 1980.

XAVIER, F. P. *Transmissão intergeracional de status, mercados regionais, setores e crescimento econômico no Brasil*. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

ZAVALA, E. M.; MORALES, O. W. Participación laboral y autoempleo de las mujeres mexicanas en Phoenix, Arizona: el caso de las estilistas. In: ARAGONES, A. M. O. (Ed.). *Mercado de trajo y migración internacional*. Ciudad de México, 2011. p.195-232.

ZHOU, Min. Revisiting ethnic entrepreneurship: convergencies, controversies, and conceptual advancements. *International Migration Review*, v. 38, n. 3, p. 1040-1074, 2004.

ZHOU, Min. *New York's Chinatown: the socioeconomic potential of an urban enclave*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.



---

Imprensa e esfera pública:  
retomando o debate  
Lippmann-Dewey

---

Luiz Augusto Campos

---

## Luiz Augusto Campos

Professor de Sociologia do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) e doutor em Sociologia pela mesma instituição. Coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA). Autor de vários artigos acadêmicos sobre relações raciais, ações afirmativas, ensino superior, gênero, mídia, esfera pública, teoria social e teoria política. Realiza atualmente pesquisas sobre a politização da questão racial no Brasil, negros e eleições, multiculturalismo, interseccionalidade e estudos sobre análise de corpus linguísticos.

## Resumo

O papel desempenhado pela imprensa na esfera pública costuma ser qualificado de modo contraditório: ao mesmo tempo em que ela é reconhecida como instituição de base das democracias de massa, é também frequentemente acusada de restringir e manipular o debate público. Essa contradição aparece como oscilação teórica, por exemplo, na obra seminal de Jürgen Habermas, que ora enfatiza o potencial democratizante da imprensa, ora seu papel manipulador do debate público. Contudo, muito antes de Habermas se dedicar ao tema, tal contradição foi objeto de uma intensa controvérsia entre dois polemistas: Walter Lippmann e John Dewey. O objetivo deste texto é retomar o debate travado entre esses autores no início do século XX para repensar suas contribuições acerca das discussões atuais sobre a esfera pública moderna. A despeito da aparente incompatibilidade entre suas opiniões sobre o tema, argumenta-se que elas contêm elementos interessantes para a construção de uma sociologia da esfera pública moderna e do papel da imprensa em seu interior.

Palavras-chave: Esfera pública. Imprensa. Mídia. Justificação. Imparcialidade.

## Abstract

*The role of the press in the public sphere is often qualified in contradictory way: it is recognized as the basic institution of mass democracies and, at the same time, it is accused of restricting and manipulating the public debate. This contradiction appears as a theoretical oscillation, for example, in the seminal work by Jürgen Habermas, which, on the one hand, emphasize the democratic potential of the press, and, on the other, its manipulative role of the public debate. However, long before Habermas, such contradiction was the subject of an intense controversy between Walter Lippmann and John Dewey. This text intends to return to this debate among the authors in the early 20th century to review and renew the actual discussions about the modern public sphere. Despite the apparent incompatibility between their visions, the text argues that this debate contains interesting elements for the construction of a sociology of modern public sphere and the role of the press in its interior.*

Keywords: Public sphere. Press. Media. Justification. Impartiality.

## Introdução

Uma parte importante dos teóricos da democracia do século XIX depositaram na imprensa a expectativa de que ela se tornasse um dos principais sustentáculos da esfera pública moderna. Sem ela, argumentavam, os enormes contingentes populacionais das sociedades contemporâneas dificilmente poderiam se informar sobre as questões coletivas, o que certamente inviabilizaria um debate público minimamente qualificado e autônomo em relação ao Estado. Por outro lado, se a imprensa permanece sendo vista como pilar da esfera pública contemporânea, é difícil encontrar no mundo atual um só veículo de comunicação de massa que seja amplamente reconhecido dessa forma. As empresas de mídia costumam ser mais lembradas quando acusadas de manipuladoras da opinião pública, partidos golpistas<sup>1</sup> e obstáculos à realização do governo popular.

Própria dos debates entre teóricos políticos setecentistas e oitocentistas como Edmund Burke e John Stuart-Mill, essa polarização deslizou para as reflexões mais sociológicas e contemporâneas sobre a esfera pública moderna. Como notou Seyla Benhabib (2000), a literatura sociológica sobre a questão ainda oscila entre uma retórica funerária, que decreta o caráter fantasmagórico do público moderno, e uma retórica otimista, que enfatiza sua vitalidade e importância política. Noutros termos, essa bibliografia oscila entre uma visão da esfera pública como uma ficção ideológica ou “fantasma”, e outra perspectiva que a enxerga como sustentáculo ou “alma” das democracias modernas (BENHABIB, 2000).

É curioso notar que nas reflexões mais elaboradas sobre o tema, a polarização entre essas duas visões se transforma em contradição ou oscilação interna. Esse parece ser o caso da extensa e seminal obra de Jürgen Habermas sobre a história da esfera pública burguesa. Em seu principal livro sobre o tema (HABERMAS, 1989a), o teórico alemão destaca como o advento da imprensa ainda no século XVII foi importante para a articulação de um espaço de debate político autônomo na Europa central. Contudo, à medida que o tempo avança, Habermas considera que a imprensa estaria se autonomizando como sistema empresarial-mercantil e, assim, minando a autonomia que outrora caracterizaria o público moderno (HABERMAS, 1989a, p. 181-235). A despeito das reconsiderações

sobre o tema feitas pelo autor mais recentemente (HABERMAS, 1997a, 2006), permanece uma oscilação entre a esperança de que a imprensa permita que o público moderno realize todo seu potencial democrático e o ceticismo em relação a essa própria expectativa.

Contudo, muito antes da década de 1960, quando Habermas publica sua referida tese de livre-docência, dois teóricos e polemistas estadunidenses travaram um debate em torno justamente dessa contradição constitutiva da esfera pública moderna. De um lado, o jornalista e filósofo Walter Lippmann argumentava que embora o público moderno fosse uma ficção, um ideal irrealizável no mundo moderno, tal fantasmagoria política era de fundamental importância para a manutenção das (ditas) democracias representativas (LIPPMANN, 1920, 1993, 1998). Contra essa tese, o também filósofo estadunidense John Dewey se colocou contra Lippmann ao defender que o público deveria ser entendido como conceito prático que aponta para uma potencialidade e, por isso, indica um vir a ser político que depende do engajamento coletivo (DEWEY, 1991).

Tomadas em separado, as ideias de Lippmann e Dewey sobre o público moderno tiveram grande influência nas Ciências Sociais, mormente nos estudos sobre os efeitos da mídia (MCCOMBS; GHANEM, 2001; MCCOMBS; SHAW, 1972), na psicologia dos estereótipos (NEWMAN, 2009), na teoria democrática normativa (POGREBINSCHI, 2004) e na emergência recente de um “neopragmatismo” na Sociologia e na Filosofia (CEFAÏ, 2013; CEFAÏ; PASQUIER, 2003; LATOUR, 2008; RORTY, 1979). Contudo, o cerne do debate entre os dois polemistas foi ignorado, não apenas pela obra de Habermas, mas também pelas investigações sociológicas posteriores sobre os dilemas da esfera pública moderna.

O objetivo deste texto é retomar o debate Lippmann-Dewey e indicar os elementos nele presentes que podem contribuir para uma sociologia pragmatista da esfera pública moderna. Particularmente, espera-se que tal sociologia da esfera pública tenha decorrências específicas para os estudos em torno do papel democrático da imprensa. Mais do que solucionar as contradições do público moderno, pretende-se chamar a atenção para o fato de que o modo como tal público é definido possui decorrências sociológicas práticas para a atuação política da imprensa. Se comparada à ágora grega – referente implícito da “ideologia do público moderno”, nos termos de Habermas –, a esfera pública moderna é, de

fato, uma entidade opaca, como dizia Lippmann. A esfera pública das sociedades de massa não possui limites geográficos claros e dinâmicas deliberativas face a face. Mas enquanto ideal normativo, a esfera pública ainda tem um papel fundamental nas democracias liberais, o que tem decorrências práticas, como destaca Dewey.

Isso quer dizer que a legitimidade das democracias liberais demanda a constituição de uma esfera pública deliberativa, mas não institui espaços deliberativos capazes de preencher os requisitos de suas próprias exigências normativas. Esse “déficit público” das democracias modernas dá margem para que diferentes instituições se apresentem como espaços de debate e reivindiquem para si o status de sustentáculo do público moderno. Em outras palavras, o fato de a esfera pública moderna não possuir instituições e fronteiras claras, mas permanecer ao mesmo tempo como um ideal vital nas democracias representativas, abre espaço para diferentes instituições se candidatarem ao posto de esferas públicas.

Por conta disso, mais do que uma realidade objetiva ou uma ficção política, a esfera pública também deve ser entendida como um *status a ser reivindicado*. Para tal, é preciso compreender como a imprensa tem de se basear numa dada concepção teórica de esfera pública para se legitimar enquanto um de seus pilares. Nesse sentido, tão importante quanto estabelecer se a esfera pública é uma realidade ou uma quimera é compreender como algumas instituições, mormente os veículos de comunicação de massa, reivindicam o posto de suportes da esfera pública moderna.

Esse argumento está desenvolvido em três seções, além desta. A primeira delas reconstrói o paradoxo que marca as teorias da esfera pública moderna, ora apresentada como ficção ideológica, ora como entidade objetiva de sustentação das democracias modernas. A obra de Habermas sobre a questão é retomada como ilustração, não apenas pelo seu lugar de destaque na literatura especializada, mas também porque ela nos fornece um caso exemplar de como a contradição constitutiva do público moderno leva às oscilações teóricas. Ao não considerar com a devida atenção o papel prático que as teorias políticas têm na constituição de um público liberal, Habermas ora toma a ideologia do público moderno como fato, ora como falácia, o que suscita algumas antinomias. A segunda seção resenha a polêmica travada entre Walter Lippmann e John Dewey nos anos 1920, quando essa tensão constitutiva do público mo-

dermo emerge com mais clareza. A terceira seção retoma seletivamente alguns dos elementos dessas três teorias com o intuito de produzir uma síntese capaz de estabelecer os marcos analíticos para uma sociologia interessada nos processos de legitimação pública da imprensa enquanto esfera pública. Ao termo, apresentamos algumas considerações finais sobre os ganhos heurísticos dessa orientação pragmatista em relação ao público moderno.

### Entre céu e inferno: Habermas e a esfera pública burguesa

Quando aplicado às democracias representativas contemporâneas, o conceito de esfera pública faz referência a espaços deliberativos muito mais complexos do que aqueles existentes na polis grega, nas repúblicas renascentistas ou nas pequenas cidades inglesas do iluminismo, os três referentes originais-implícitos mais comuns quando se mobiliza o conceito (BENHABIB, 2000, p. 164). A dita “esfera pública moderna” não possui um endereço fixo como a ágora ateniense e, portanto, sua localização, fronteiras e instituições estão em constante disputa. É por isso que desde o século XIX, se tornou cada vez mais evidente o papel assumido pelos meios de comunicação de massa – notadamente a imprensa, o rádio e posteriormente a TV – na construção de um espaço comum de deliberação, equivalente funcional do público clássico.

Ainda no limiar do século XIX, autores de diferentes contextos acadêmicos como Robert Park ou Gabriel Tarde já chamavam atenção para o modo como a imprensa possibilitava que a massa se transformasse em público ao criar “uma coletividade puramente espiritual, como uma disseminação de indivíduos fisicamente separados e na qual a coesão é totalmente mental” (TARDE, 1989, p. 8-9). Mas é basicamente entre as décadas de 1930 e 1960 que os debates em torno do público moderno atingem seu zênite, particularmente na academia estadunidense. É nesse período que vêm a público as pesquisas massivas sobre a assim chamada “opinião pública”, promovidas por nomes como Harold Lasswell (2011) e Paul Lazarsfeld (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1944). No mesmo período, começam a se articular as críticas a essas investigações e seus princípios epistemológicos. A despeito das profundas diferenças entre nomes como Theodor Adorno ou Hannah Arendt, ambos se mostram céticos em

relação à reivindicação de que a república estadunidense inauguraria uma nova modalidade de espaço público e, assim, uma nova modalidade de democracia na modernidade (ADORNO, 1957; ARENDT, 1966, 1981; HORKHEIMER; ADORNO, 1972).

É nesse contexto intelectual que Jürgen Habermas redige *Transformação estrutural da esfera pública* (HABERMAS, 1989a), uma tentativa de historicizar a noção de esfera pública moderna para avaliar seus potenciais e limites. Escrito pelo autor como sua tese de livre-docência, o livro argumenta que a esfera pública burguesa surgiu a partir de diversas transformações coincidentes com a transição para a modernidade. Num primeiro momento, o desenvolvimento da prensa de tipos móveis possibilitou a difusão de informações mercadológicas (preços, estoques, cotações etc.) para além do controle estatal, viabilizando a autonomização em relação ao Estado de um mercado e, destarte, de uma sociedade civil burguesa (HABERMAS, 1989a, p. 18-21).

Contudo, ao disputar o controle desse mercado insubordinado, o Estado passa a instrumentalizar esses meios de comunicação para a divulgação das normatizações oficiais, criando uma zona de contato entre a administração política e a sociedade como um todo. Segundo Habermas, essa zona de contato paulatinamente se torna “crítica” ao submeter os desígnios estatais ao julgamento da sociedade burguesa. E para que essa crítica à autoridade se institucionalizasse, bastou à sociedade “apenas mudar a função do instrumento que ajudou a administração estatal a tornar a sociedade um assunto público num sentido específico – a imprensa” (HABERMAS, 1989a, p. 24). É aqui que a imprensa passa a ser utilizada para a edição dos primeiros panfletos políticos, os quais buscavam informar um público mais amplo das arbitrariedades das ações estatais, submetendo-as ao escrutínio popular.

É nos salões, nos cafés e nas sociedades de comensais da Europa central que essa burguesia culta se reúne para debater os assuntos políticos divulgados por essa imprensa ainda embrionária (HABERMAS, 1989a, p. 35). Esse novo espaço social torna-se a esfera pública burguesa, ou seja:

[...] uma esfera de pessoas privadas reunidas em um público; [que] reivindicam esta esfera pública regulamentada pela e contra as autoridades públicas em si, a fim de engajá-los no debate sobre as leis gerais que governam as relações na esfera fundamentalmente privada, mas publica-



mente relevante esfera de intercâmbio de mercadorias e trabalho social (HABERMAS, 1989a, p. 27).

As regras de funcionamento dessa esfera pública refletem o seu processo de formação. Para Habermas, a primeira delas, e talvez a mais importante, é a de que os seus desígnios são formados a partir da discussão racional entre burgueses que suspendem, ainda que temporariamente, suas desigualdades materiais (HABERMAS, 1989a, p. 96). A opinião pública, unificada nesses contextos de debate, pretenderá racionalizar a política a partir da descoberta da verdade moral via discussão racional informada pela imprensa. Ela se torna, assim, a destinatária e a controladora das ações estatais, possibilitando que a burguesia se transforme na primeira classe a dominar sem necessariamente assumir o poder direta e oficialmente (HABERMAS, 1989a, p. 103).

Embora a maior parte de *Transformação estrutural da esfera pública* apresente uma visão apologética da esfera pública burguesa, os capítulos finais do livro são mais ambíguos. Neles, Habermas argumenta que as bases da esfera pública estariam sendo minadas com o advento da sociedade de massas, o Estado de bem-estar social e a mercantilização da comunicação. Ademais, a separação entre Estado e sociedade, fundamento da esfera pública burguesa, começaria a se complexificar e se dissolver, seja porque as empresas capitalistas se desenvolvem ao ponto de deixarem de pertencer estritamente à esfera privada, seja porque a administração estatal passa regular a sociedade a ponto de colonizar a esfera privada (HABERMAS, 1989a, p. 141-151).

Ademais, a expansão do mercado de bens culturais e a mediatização do entretenimento subtrairiam as pessoas das esferas públicas propriamente culturais (HABERMAS, 1989a, p. 160). Em grande medida, é a transformação dos meios de comunicação de massa que teria tornado a opinião pública uma instância meramente receptora de conteúdos e, por isso, manipulável. Nesse cenário, a opinião pública, já convertida em base jurídica de legitimação do Estado, deixa de ser identificável e sua formação deixa de obedecer às regras que lhe garantiam legitimidade: a discussão racional, aberta e livre entre iguais (HABERMAS, 1989a, p. 238).

A visão de Habermas sobre a esfera pública foi notabilizada não somente pelo seu pioneirismo, mas também por suas antinomias. A relativa abertura da esfera pública burguesa foi contestada por autores que apontaram

o seu fechamento para as mulheres, operários e membros de minorias étnicas (NEGT; KLUGE, 1993; RYAN, 1993); o suposto caráter racional, universalista e igualitarista de seus debates também é alvo de críticas (ELEY, 1993); bem como o elogio feito por Habermas à nítida separação entre Estado e sociedade (FRASER, 1993). Essas e outras críticas levaram o autor a rever seus apontamentos em diferentes textos (HABERMAS, 1993, 1995, 1997b). Mas somente alguns anos depois da publicação de *Transformação estrutural* foi que ele expôs de forma estruturada uma nova teoria da esfera pública, incorporando ao conceito não somente algumas dessas críticas, mas também muitos dos princípios que desenvolveu na sua teoria da ação comunicativa (HABERMAS, 1989b).

Nessa segunda fase, a esfera pública deixa de ser apenas um conceito histórico, com algumas pretensões sociológicas, para ser tratada como um projeto normativo cujo potencial pode ser detectado em diferentes contextos sociais. Ela também deixa de ser identificada como uma experiência histórica restrita para ser considerada “um fenômeno social elementar” (HABERMAS, 1997b, p. 92) e que, por isso, “não pode ser entendid[o] como uma instituição, nem como uma organização”, pois “se caracteriza através de horizontes abertos permeáveis e deslocáveis [...] implicando apenas o domínio de uma linguagem natural” (HABERMAS, 1997b, p. 92). Noutros termos, a esfera pública passa a ser encarada como uma modalidade de comunicação:

qualquer encontro que não se limita a contatos de observação mútua, mas que se alimenta da liberdade comunicativa que uns concedem aos outros, movimenta-se num espaço público, constituído através da linguagem (HABERMAS, 1997b, p. 94).

Por isso, a esfera pública pode emergir das situações mais diversas, desde um simples encontro de bar (o que Habermas chama de esfera pública episódica) até a comunicação mediada pelos meios de comunicação de massa, formando uma “esfera pública abstrata”, passando por contextos comunicativos mais estruturados como “concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas” produzindo uma esfera pública da presença organizada (HABERMAS, 1997b, p. 107). É nesse sentido que a mídia desponta como uma esfera pública em si. Sua função não é tanto informar a sociedade, mas, sobretudo, representar abstratamente o debate público. Não obstante sua estrutura seja profundamente hierarqu-

zada entre um palco controlado pelos operadores da mídia e uma plateia receptiva, “os processos públicos de comunicação são tanto mais isentos de distorções quanto mais estiverem entregues a uma sociedade civil oriunda do mundo da vida” (HABERMAS, 1997b, p. 108).

As reconsiderações contidas em *Direito e democracia* em torno da mídia suscitaram uma nova rodada de críticas. Embora o conceito passe a abranger uma miríade de fenômenos etéreos, seu núcleo semântico não é radicalmente alterado: ele permanece atrelado à comunicação racional livre de impedimentos e direcionada ao controle da autoridade. Mas ao termo, os retoques propostos em *Direito e democracia* fornecem uma visão muito mais glorificante da esfera pública liberal. Se *Transformação estrutural* já apresentava um relato positivo das origens do público burguês, seus capítulos finais conferem à obra algum verniz crítico, verniz este que praticamente desaparece dos trabalhos mais recentes do autor. Como corrobora Wilson Gomes:

Habermas deixa certamente espaço, ao menos verbal, para uma esfera pública que funcione antidemocraticamente e anticivicamente. Menciona, de fato, várias vezes, como possibilidade, a ‘esfera pública dominada pelos meios de massa’ ou a ‘esfera pública dominada pelo poder’. A rigor, não diz, contudo, como poderia tal coisa acontecer, se a esfera pública é escoadouro do mundo da vida, se é a representação da rede de relações por meio da qual se estabelecem as interações comunicativas básicas, se é reflexo da sociedade civil (GOMES, 2007, p. 5).

Não é o objetivo aqui discutir todas essas censuras à obra de Habermas, mas apenas notar que elas têm um ponto de contato. Tanto as críticas direcionadas à obra de 1962 quanto aquelas feitas aos escritos de 1992 defendem que Habermas toma a ideologia da esfera pública liberal (abertura, dialogismo, igualitarismo, racionalidade, universalidade etc.) como descrição fática das esferas públicas concretas. Assim, os discursos de autolegitimação da esfera pública seriam tomados por ele como meros relatos descritivos. Essa confusão entre ideologia e fato levaria Habermas a produzir uma visão edulcorada da esfera pública originária e, ao mesmo tempo, a nutrir expectativas irrealizáveis e irreais em relação à esfera pública contemporânea.

Porém, mais do que uma confusão incauta e circunstancial, esses problemas da teoria habermasiana expressam uma visão estreita do papel

prático e político que a ideologia da esfera pública burguesa teve na sua própria constituição. Por operar na obra de 1962 ainda num registro materialista, Habermas escrutina as teorias políticas sobre o público moderno sob um olhar que procura quais delas de fato traduziam as dinâmicas concretas da esfera pública nascente. Ele ignora, assim, que tais teorias participaram ativamente na legitimação de determinados espaços sociais como suportes legítimos da esfera pública. Mais do que descrições modelares da estrutura da esfera pública nascente, tais teorias foram instrumentos de luta centrais para sua fundação e legitimação.

Embora Habermas posteriormente incorpore às suas teorias sociais o pragmatismo estadunidense, em especial a noção de comunicação de G. H. Mead, as suas considerações sobre a esfera pública moderna ignoram uma premissa fundamental dessa corrente teórica: a de que ideias, conceitos, pensamentos e teorias não têm apenas a função de descrever um dado conjunto de relações, mas também de antecipar possíveis acontecimentos, orientar a ação e resolver problemas práticos. Nesse sentido, as teorias sobre (ou a ideologia da) esfera pública não apenas devem ser avaliadas pela capacidade de descrição das dinâmicas que a caracterizam, mas também como instrumentos práticos da ação política que foram fundamentais para a construção e legitimação dessa esfera.

A contenda entre Walter Lippmann e John Dewey, dois autores fortemente influenciados pelo pragmatismo de Charles Peirce e Willaim James, versava justamente sobre o papel que o conceito moderno de público tinha para a própria estruturação da democracia. Sendo assim, esse debate contém elementos valiosos para uma sociologia pragmatista da esfera pública contemporânea e, em especial, para o papel que a imprensa tem na sua constituição. Tal sociologia pode contornar parte das antinomias citadas justamente ao entender o papel prático-político das teorias sobre o público moderno.

## O debate Lippmann-Dewey

Muito antes desses debates em torno da existência ou efetividade de uma esfera pública moderna, houve nos Estados Unidos uma polêmica que já deslindava alguns dos problemas que posteriormente seriam abordados por Habermas. Já na década de 1920, a *intelligentsia* estadunidense debatia

questões como em que medida a democracia representativa é realmente democrática, qual a viabilidade de arranjos institucionais mais participativos ou qual o papel democrático do conhecimento científico em contextos políticos altamente complexos e burocratizados.

É nesse cenário que Walter Lippmann publica, em 1922, *Public Opinion*, uma avaliação crítica da democracia moderna (LIPPMANN, 1998). Jornalista de profissão, homem de Estado,<sup>2</sup> o filósofo leigo<sup>3</sup> Lippmann defendia que o cidadão comum não é capaz de se manter informado suficientemente para opinar sobre os complexos problemas da sociedade moderna. O homem moderno “vive num mundo que ele não pode ver, não pode entender e é incapaz de dirigir” (LIPPMANN, 1993, p. 4), o que torna inatingível o ideal de um público composto por cidadãos soberanos e onicompetentes, reunidos para deliberar sobre os problemas coletivos. Mais do que um contexto de deliberação intensa, racional e com vistas ao bem comum, o público nada mais seria do que um “fantasma” que ronda o Estado moderno, convencendo todos os seus membros de sua existência e facticidade.

Ao contrário de certos elitistas que compartilham parte dessa opinião, Lippmann considera essas limitações cognitivas como traços intrínsecos a todos os seres humanos: “do presidente dos Estados Unidos ao professor de ciência política” (LIPPMANN, 1993, p. 11). Logo, todos somos incapazes de agir de acordo com o ideal democrático de público. Mas se os comportamentos humanos são sempre uma resposta a um pseudoambiente, isto é, às nossas visões estereotipadas da realidade, as consequências desses comportamentos são sempre sentidas pelo ambiente tal qual ele é (LIPPMANN, 1993, p. 15). Diante desse cenário de incapacidade generalizada, a única opção para os governos ditos democráticos seria recorrer ao auxílio de profissionais reconhecidamente especializados. Na formação desses “públicos especializados”, dever-se-ia levar em conta que cada um opina melhor sobre os assuntos relativos à sua área de atuação profissional, não por que tais especialistas são mais sábios que a opinião pública, mas porque eles têm mais tempo para experimentar os efeitos de suas ideias em determinadas áreas do ambiente (realidade). Mas posto que até os especialistas são seres falíveis, a atuação deles deve se restringir apenas às demandas imediatas da problemática que aflige a sociedade num dado momento.

Mas se nem os representantes políticos, nem os especialistas são infalíveis na administração dos problemas públicos, em quem confiar quando eles falharem? Segundo Lippmann, é somente aqui que “A Opinião Pública” – em maiúsculas – entra em cena: “O público chega no meio do terceiro ato e antes das cortinas fecharem, ficando o suficiente para decidir quem é o herói e quem é o vilão da peça” (LIPPMANN, 1993, p. 55). Isto é, O Público deve intervir apenas quando os especialistas e os funcionários estatais – eleitos ou não – não forem capazes de dar um bom termo a uma crise. Sua atuação é reservada à crise em tela e, mais importante, deve se restringir à escolha do lado da controvérsia que está certo, definindo quem é o “herói” e o “vilão”:

*Devemos assumir que um público é inexperiente e intermitente na sua curiosidade, que ele discerne somente distinções grosseiras, é despertado lentamente e rapidamente distraído; que, na medida em que ele age apenas se alinhando [a uma opinião], ele personaliza não importa o que se considere e é interessado somente em eventos que tenham sido melodramatizados como um conflito (LIPPMANN, 1993, p. 55).*

Daí a centralidade dos meios de comunicação de massa. Eles são encarados por Lippmann como os principais difusores de estereótipos do ambiente que orientarão o veredito do público quando ele tiver de ser convocado (LIPPMANN, 1998, p. 30). Mais do que ninguém, os jornalistas saberiam que toda notícia deve ser estereotipada o suficiente para capturar a atenção do público-leitor (LIPPMANN, 1998, p. 347). Seriam estratégias de estilização jornalística como essas que permitiriam a simplificação dos problemas coletivos, tornando-as palatáveis ao cidadão comum.

Ainda que se pense que a imprensa seja o meio principal de contato do homem com a realidade, para Lippmann, no entanto, não há absolutamente nada que justifique conferir aos jornalistas uma capacidade maior de acessar o ambiente. Do seu ponto de vista, as notícias divulgadas pela imprensa são determinadas muito mais pelo tipo de relação estabelecida por cada jornal com seu público e com a política como um todo do que com a realidade factual. Afinal, para que um fato seja transformado em notícia, ele precisa antes ser “noticiável”, isto é, passível de ser contado numa narrativa estereotipada de acordo com as limitações de tamanho e estilo próprias do texto jornalístico (LIPPMANN, 1998, p. 339-345). A única prerrogativa da imprensa é a sua capacidade de

“manufaturar o consenso” (LIPPMANN, 1920), para usar outra das expressões modelares de Lippmann.

O público ao qual ele faz referência mantém muito pouco do público que a tradição democrática defende. Esse público deve ser convocado a opinar somente depois da falência das soluções apresentadas pelos especialistas e, ainda assim, ele deve se restringir ao apoio a uma solução previamente formalizada. Nesse cenário, a função dos meios de comunicação de massa é simplificar ao máximo os problemas coletivos a ponto de permitir que o público maior possa ratificar uma das alternativas formuladas pelos especialistas, pondo fim à crise em questão. Portanto, Lippmann aceita de bom grado a ideia de que a mídia manipula a deliberação pública com vistas a garantir a estabilidade política e a legitimar a autoridade.

Note-se que a crítica ao público como mistificação não faz com que Lippmann busque desmitificar as teorias ou ideologias sobre o público moderno, ao contrário. A crença de que o público moderno de fato “existe” ou “funciona” é fundamental em sua visão para manter a estabilidade dos regimes políticos e das sociedades atuais. Antecipando o que Joseph Schumpeter (1947) afirmaria mais de duas décadas depois, Lippmann considera que, embora inocente, a crença na democracia ocupa um lugar central na conservação dos regimes políticos modernos.

A despeito do caráter conservador e algo elitista de seu pensamento, Lippmann percebe que as teorias que depositam expectativas sobre o público moderno têm uma função ideológica central na medida em que mantêm a fé da massa naqueles que a governam e, também, na imprensa. Esse olhar para o papel prático e político que o conceito de público tem é algo que ele compartilha com seu principal opositor: John Dewey.

Professor e intelectual já estabelecido na década de 1920, Dewey era e ainda é considerado um dos principais continuadores do pragmatismo, o que fazia dele um ator especialmente sensível a esses problemas. Além disso, Dewey também concorda com Lippmann quando reconhece que a magnitude demográfica e a complexidade das sociedades industriais tornam o público moderno uma entidade sem forma aparente e de difícil identificação (DEWEY, 1991, p. 116). Mas ao contrário das conclusões de seu interlocutor, Dewey não acredita que todas as doutrinas desenvolvidas

em torno do conceito de público devam ser descartadas como meras ilusões e que o público seja visto como uma simples fantasmagoria. Isso porque a ideia de público ainda possui efeitos práticos, capacitando os indivíduos a se organizarem politicamente.

Segundo Dewey, nenhum esforço de teorização analítica pode ignorar que toda teoria política participa e modela seu objeto. Assim, conceitos políticos não podem ser reduzidos à redescritção ou à simplificação de uma realidade factual. Há aqui uma crítica tanto às posturas ditas “realistas”, preocupadas em estabelecer definitivamente a verdade objetiva dos fatos políticos, quanto uma crítica às especulações excessivamente normativas que desconsideram o papel prático dos conceitos filosóficos. Contra esses dois reducionismos, Dewey tenta levar em conta o papel que as teorias políticas têm, não somente quando traduzem as características básicas de uma dada realidade, mas também quando são forças capazes de plasmar a prática humana:

*As diferentes teorias que marcam a filosofia política não crescem externamente aos fatos que elas pretendem interpretar; elas são amplificações de fatos selecionados dentre outros fatos. Hábitos humanos modificáveis e alteráveis sustentam e geram o fenômeno político. Esses hábitos não são totalmente informados por propósitos refletidos e escolhas deliberadas – longe disso – mas eles são mais ou menos suscetíveis a eles. Contingentes humanos estão constantemente engajados em atacar e tentar mudar alguns hábitos políticos, enquanto outros contingentes humanos os suportam e os justificam ativamente. É pura pretensão, então, supor que nós podemos fixar um juízo de facto, e não levantar algumas questões de jure: a questão de por que algo é certo, a questão da legitimidade (DEWEY, 1991, p. 6).*

Conceitos políticos, definidos como entidades descritivas e metafísicas fornecem, no máximo, uma fotografia momentânea e redutora das dinâmicas históricas numa dada ocasião. Sobretudo quando apresentados ao lado de artigos definidos (“a nação”, “a sociedade”, “o Estado” etc.), tais conceitos congelam uma dada situação social e se tornam incapazes de captar o papel prático das ideias políticas (DEWEY, 1991, p. 8). Aquilo que eventualmente se define como “a esfera pública”, por exemplo, pretende resumir uma multiplicidade absurda de ideias, ideais, práticas e momentos históricos diversos. Mas por mais “elegante” ou “sistemática” que essa definição seja, ela no máximo nos dará uma imagem circunstancial



do que se entende como “a esfera pública” em um momento particular (DEWEY, 1991, p. 8).

A partir dessas considerações de Dewey, é possível perceber que essa “metafísica dos grandes conceitos” induz determinados autores que lidam com o conceito de público à polarização entre um ceticismo realista e um idealismo ingênuo. Lippmann, por exemplo, pretende avaliar se o público existe de fato e, para tal, compara a realidade à concepção clássica de público. Ao proceder dessa maneira, ele detecta a distância entre a teoria e a prática para, em seguida, decretar o caráter ficcional e moribundo da esfera pública moderna. Mas, de acordo com Dewey, Lippmann apenas estaria comparando uma realidade dinâmica com imagens simplificadas de outras esferas públicas, pertencentes a contextos sociais anacrônicos. Ele não perceberia, portanto, o tipo de prática que essas concepções de público engendram.

Paralelamente, os filósofos mais normativistas costumam realçar o papel político que os conceitos filosóficos têm ao fornecerem uma descrição de uma realidade ideal, passível de ser alcançada pelos esforços humanos. E enquanto um ideal plausível, a concepção de esfera pública serviria de guia para a avaliação e transformação de uma dada configuração social. Mas essa defesa da relevância normativa dos conceitos e teorias políticas desconsidera o modo como eles são instrumentalizados na prática social concreta. Um conceito ou ideal serve não somente para nos guiar rumo a um futuro inexistente e transcendental, mas para indicar quais soluções dar a problemas factuais. Consequentemente, entender o papel prático dos conceitos passa por considerar o papel que eles tiveram no passado, fazendo com que nós chegássemos ao estado atual de coisas. Para Dewey, conceitos são importantes porque funcionam como ferramentas práticas. Como interpreta Hildebrand, o pragmatismo do autor entende que “a filosofia é responsável não somente pela interpretação e reconstrução de conceitos-chave, mas pelos esclarecimentos de como nós acabamos ocupando nossa situação atual” (HILDEBRAND, 2008, p. 97).

Como todo conceito, a ideia de público serve para que determinados grupos resolvam problemas práticos. Para Dewey, o conceito de público tem importância ao permitir que determinados grupos generalizem suas questões para toda a coletividade, fazendo com que um problema localizado e sem importância seja visto pelo Estado e pela sociedade como

um problema coletivo (logo, público) (DEWEY, 1991, p. 35). Como bem notou Daniel Cefaï, Dewey não estava propriamente preocupado em *The Public and its Problems* com os problemas da ideia de público, mas com o modo como o trabalho de problematização engendra públicos. Por isso, “a questão é menos a do ‘público e seus problemas’ que do ‘problema e de seus públicos’” (CEFAÏ, 2009).

Como Lippmann, Dewey já estava atento para o papel da imprensa ainda nos anos 1920 nesse processo de publicização dos problemas sociais. Porém, ele tende a reduzi-la a um instrumento, uma ferramenta à qual um grupo social deveria recorrer para se fazer ouvir (DEWEY, 1991, p. 179-181). Todavia, o fato é que nem nesse período, mas muito menos hoje, a imprensa pode ser entendida como uma mera ferramenta ou instrumento. A imprensa forma um sistema relativamente autônomo com regras, rotinas, estruturas, conflitos e interesses que lhe são próprios (HALLIN; MANCINI, 2004; LUHMANN, 2000; NOELLE-NEUMANN, 1973; THOMPSON, 1995).

Esse equívoco deu margem para que as considerações de Dewey sobre a imprensa fossem criticadas como excessivamente simplórias ou mesmo inocentes. Apesar de desenvolvida no início do século XX, tal visão refletiria o funcionamento de uma versão mais antiga e embrionária da esfera pública moderna e, assim, seria cega à autonomia da imprensa e ao papel colonizador que a mercantilização dos grandes conglomerados midiáticos teve sobre as sociedades de massa.

As ponderações de Lippmann e Dewey sobre o público moderno e, em particular, sobre o papel da imprensa na sua constituição, podem ser lidas como perspectivas parciais de um mesmo problema. No que concerne à imprensa, a visão de Dewey de fato é mais simplória que o ponto de vista de Lippmann. Este é perfeitamente consciente de que ela não pode ser mais reduzida a um simples instrumento e de que se transformou em um sistema com regras e funções próprias, relativamente autônomo. Por outro lado, ao não considerar a totalidade das funções práticas que o conceito de público tem ou pode assumir em termos prático-políticos, Lippmann limita as contribuições que as premissas pragmatistas podem ter para uma sociologia da esfera pública, contribuições essas percebidas por Dewey.

## Considerações finais

Numa teoria democrática ideal, cabe à esfera pública administrar os problemas coletivos e, assim, determinar qual curso de ação o Estado deve tomar. Mas como Lippmann e Dewey concordavam, essa esfera pública não tem fronteiras ou suportes fixos na modernidade, o que a torna uma entidade opaca. Isso abre margem para que Lippmann defenda a inviabilidade de tal espaço e aponte seu caráter fantasmagórico. Por outro lado, Dewey tem razão ao apontar que a opacidade do público moderno capacita determinados coletivos a se organizarem como públicos e, assim, reivindicarem uma atenção do Estado.

De um ponto de vista sociológico, no entanto, mais importante do que resolver tal paradoxo é compreender os seus efeitos práticos. Como percebeu Dewey, o público é um ideal com decorrências práticas palpáveis justamente por ser uma potencialidade difícil de ser concretizada de modo pleno. Ao mesmo tempo em que é uma realidade opaca, a esfera pública moderna é objeto de esperanças democráticas, o que faz com que diferentes atores e instituições busquem se apresentar como suportes do debate público. Em outras palavras, o fato de a esfera pública não possuir suportes evidentes, mas permanecer ao mesmo tempo no horizonte de expectativas políticas, dá margem para que diferentes instituições se candidatem ao posto de suportes do debate público. Portanto, mais do que uma realidade objetiva ou uma ficção política, a esfera pública deve ser entendida como um status a ser reivindicado.

Mais do que indicar um espaço social estruturado e claramente delimitável, ou ainda uma potencialidade inscrita na prática, o conceito de público funciona nas sociedades contemporâneas como um adjetivo que qualifica as demandas de determinados grupos e, sobretudo, as prerrogativas de algumas instituições. De acordo com Daniel Cefaï e Domini-que Pasquier:

Substantivo, [o conceito de público] parece apontar na direção de uma ‘pessoa coletiva’, no estatuto gramatical de sujeito ativo ou passivo, um tanto problemático de se perceber. Ele designa ‘um ser’ dotado de capacidade de se autogovernar, de deliberação ou de participação, ou de competências de recepção midiática e cultural. Adjetivo, ele qualifica a multiplicidade de registros de experiência e de atividade que se configuram

depois de séculos dentro dos regimes democráticos à prova de uma semântica do público e do privado. Ele nos fala de jogos de linguagem que dão forma às provações da nossa vida cotidiana e às regras do jogo que nós respeitamos na prática daquilo que fazemos. Na forma verbal, o neologismo – ou o anglicismo – ‘publicizar’ tende a se impor para responder à dimensão dinâmica de um ‘dever público’ ou de um ‘tornar público’ (CEFAÏ; PASQUIER, 2003, p. 3).

Isso quer dizer que as concepções modernas de esfera pública funcionam como gramáticas, às quais os operadores da imprensa – ou seja, diretores, editores, jornalistas e colaboradores – podem recorrer para autolegitimar suas condutas, instituições, regras etc, Parafraçando Cefaï e Pasquier, a concepção de esfera pública entronizada pela democracia liberal fornece a “semântica” para que a imprensa se “publicize”, isto é, para que a imprensa seja tomada como um pilar da esfera pública moderna.

Não é gratuito, portanto, que o discurso de autolegitimação da imprensa continue “falando de opinião pública, liberdade de imprensa e de interesse público praticamente no mesmo sentido em que essas categorias eram usadas há duzentos anos” (GOMES, 2009, p. 76). Para se autolegitimar como esteio do debate público, a imprensa tem de ser capaz de se apresentar para sua audiência de acordo com as expectativas que a concepção liberal de esfera pública deposita sobre ela. Tal concepção fornece assim as balizas necessárias para que cada jornal produza uma imagem de si capaz de justificar seu engajamento nas questões políticas.

Evidentemente, ao reivindicar para a imprensa a prerrogativa de pilar dos debates públicos, seus operadores (editores, jornalistas, donos de empresas de mídia etc.) recorrem a procedimentos retóricos que visam apresentar uma dada cobertura como comprometida com um dado ideal de esfera pública. Muitos deles, aliás, já fazem parte das mais arraigadas rotinas de produção da notícia. Todo jornalista e editor sabe da necessidade de separar textualmente juízos de valor e juízos de fato, de sempre que possível ouvir os lados envolvidos na questão em tela, ou de sempre desconfiar das fontes oficiais. Obviamente, essa “etiqueta” da imparcialidade jornalística, presente até hoje na maioria dos manuais de jornalismo (HOHLFELDT, 2001), não é capaz de realizar sozinha um ideal deliberativo de esfera pública, como parecem crer alguns deliberacionistas.

Mas ela também não pode ser reduzida a um mero ritual utilitário, como alguns autores parecem fazer (cf. TUCHMAN, 1972).

Nesse sentido, a concepção liberal de esfera pública funciona como um modelo para as reivindicações de editores e jornalistas, que plasma os processos de produção da notícia. E, por isso, ela possibilita que a imprensa se autolegitime não só ao fornecer um discurso de justificação para ela, mas sobretudo ao constranger sua atuação. Mesmo que tais constrangimentos pareçam insuficientes de um ponto de vista normativo, eles não podem ser reduzidos a meros simulacros, sob o prejuízo de não se conseguir entender os processos de autolegitimação da imprensa. Nesse sentido, as gramáticas de justificação pública da imprensa se aproximam das ideologias de legitimação do capitalismo, tal qual tratadas por Boltanski e Chiappello (2009). Segundo os autores, cada fase do capitalismo dependeu de uma determinada ideologia de legitimação capaz de justificar a acumulação do capital e, assim, engajar os indivíduos nos processos de reprodução capitalista. Mas seria equivocados tomar esses “espíritos do capitalismo” como meras “demonstrações de boas intenções, ‘pudores espiritualistas’ ou ‘superestruturas’, como suporia uma abordagem marxista das ideologias” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 58). Essas ideologias de justificação não só viabilizam a legitimação da acumulação e, portanto, a acumulação em si, mas também a condicionam, fazendo com que “nem todo lucro [seja] legítimo, nem todo enriquecimento [seja] justo, nem toda acumulação, mesmo grande e rápida, [seja] lícita” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 59).

Considerar que a condição de esfera pública da imprensa reflete um conjunto de reivindicações feitas pelos seus operadores tem decorrências específicas para os estudos sobre a relação entre mídia e política. Em primeiro lugar, tal postura permite trazer para o centro das investigações o papel que as teorias da esfera pública tiveram na própria instituição da imprensa e de suas práticas. A concepção liberal de esfera pública fornece um repertório plural de gramáticas de ação e legitimação para a imprensa e seus atores. Como bem notou Le Bohec (1997), as diferentes funções democráticas atribuídas historicamente à imprensa refletiram não apenas as mudanças nos contextos sociais e institucionais de cada período histórico, mas também as teorias sobre a democracia de cada período e as funções e expectativas que cada uma delas depositava sobre

a imprensa. Portanto, tão importante quanto avaliar em que medida a imprensa está de fato se comportando como um suporte da esfera pública é investigar quais estratégias ela emprega para disputar a prerrogativa de administrar determinadas controvérsias públicas.

## Notas

- 1** A expressão “Partido da Imprensa Golpista” (ou simplesmente “PIG”) foi notabilizada recentemente nas redes sociais a partir do seu emprego pelo jornalista e blogueiro Paulo Henrique /Amorim. Ela costuma ser empregada para denunciar as supostas intenções golpistas da imprensa brasileira em relação aos governos Lula e Dilma Rousseff (NASCIMENTO, 1950).
- 2** Lippmann teve uma breve passagem pelo Estado, como assessor do presidente Woodrow Wilson.
- 3** Apesar de ter feito inúmeros cursos na área, Lippmann não era diplomado em Filosofia.

## Referências

ADORNO, T. Television and the patterns of mass culture. In: ROSENBERG, B.; WHITE, D. M. (Ed.). *Mass cultures: the popular arts in America*. New York: Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1957. p. 474-488.

ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981

ARENDT, H. *The origins of totalitarianism*. New York: Harcourt, Brace & World, 1966.

BENHABIB, S. The embattled public sphere: Hannah Arendt, Jürgen Habermas and Beyond. In: ULLMANN-MARGALIT, E. (Ed.). *Reasoning practically*. Oxford: Oxford University Press, 2000. cap. 11, p. 164-181.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: M. Fontes, 2009.

CEFAÏ, D. Como nos mobilizamos?: a contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009. Disponível em: <<http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/Dilemas4Art1.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

CEFAÏ, D. Public, socialisation et politisation : relire Dewey à l'épreuve de Mead. In: CUKIER, A. e DEBRAY, E. (Ed.). *La théorie sociale de George Herbert Mead: etudes critiques et traductions inédites*. Lormont: Le Bord de l'Eau, 2013. p. 342-368.

CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. Introduction. In: CEFAÏ, D.; PASQUIER, D. (Ed.). *Les sens du public: publics politiques, publics médiatiques*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003. p. 1-38.

DEWEY, J. *The public and its problems*. Ohio: Ohio University Press, 1991.

ELEY, G. Nations, publics, and political cultures: placing Habermas in the Nineteenth Century. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 289-339.

FRASER, N. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993. cap. 5, p. 109-142.

GOMES, W. *Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2009.

GOMES, W. *Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política*. Curitiba: [s.n.], 2007. Trabalho apresentado no XVI COMPOS.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997a. v. 1.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997b. v. 2.

HABERMAS, J. Further reflections on the public sphere. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 510.

HABERMAS, J. Political communication in media society: does democracy still enjoy an epistemic dimension?: the impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, v. 16, p. 411-426, 2006.

HABERMAS, J. Reconciliation through the public use of reason: remarks on John Rawls's political liberalism. *Journal of Philosophy*, v. 92, n. 3, p. 109-31, 1995.

HABERMAS, J. *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press, 1989a.

HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press, 1989b.

HALLIN, D.; MANCINI, P. *Comparing media systems: three models of media and politics*. New York: Cambridge University Press, 2004.

HILDEBRAND, D. *Dewey: a beginner's guide*. Oxford: Oneworld, 2008.

HOHLFELDT, A. *Objetividade: categoria jornalística mitificada*. Campos de Jordão: [s.n.], 2001. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialectic of enlightenment*. New York: Herder and Herder, 1972.

LASSWELL, H. *Politics: who gets what, when, how*. New York: Literary Licensing, 2011.

LATOUR, B. Préface: le fantôme de l'esprit public: des illusions de la démocratie aux réalités de ses apparitions. In: LIPPMANN, W. (Ed.). *Le public fantôme*. Paris: Demopolis, 2008.

LAZARSELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. *The people's choice; how the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York,: Duell, 1944.

LE BOHEC, J. *Les rapports presse-politique: mise en point d'une typologie "idéale"*. Paris: L'Harmattan, 1997.

LIPPMANN, W. *Liberty and the news*. New York: Harcourt, Brace and Howe, 1920.

LIPPMANN, W. *The phantom public*. New Brunswick: Transaction Publ., 1993.

LIPPMANN, W. *Public opinion*. 2nd. ed. New Brunswick: Transaction Publ., 1998.



LUHMANN, N. *The reality of the mass media*. Stanford: Stanford University Press, 2000.

MCCOMBS, M.; GHANEM, S. The convergence of agenda setting and framing. In: REESE, S.; GANDY JUNIOR, O. (Ed.). *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social world*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates Publ., 2001. p. 67-82.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. *Public Opinion Quarterly*, v. 36, n. 2, p. 176-87, 1972.

NASCIMENTO, A. Cartaz: Guerreiro Ramos. *Quilombo*, v. 9, 1950.

NEGT, O.; KLUGE, A. *Public sphere and experience: toward an analysis of the bourgeois and proletarian public sphere*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993.

NEWMAN, L. S. Was Walter Lippmann interested in stereotyping?: public opinion and cognitive social psychology. *History of Psychology*, v. 12, n. 1, p. 7, 2009.

NOELLE-NEUMANN, E. Return to the concept of powerful mass media. *Studies of Broadcasting*, v. 9, p. 67-112, 1973.

POGREBINSCHI, T. A democracia do homem comum: resgatando a teoria política de John Dewey. *Revista de Sociologia e Política*, n. 23, p. 43-53, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782004000200005&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200005&nrm=iso)>. Acesso em: 17 ago. 2015.

RORTY, R. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

RYAN, M. Gender and public access: women's politics in Nineteenth-Century America. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Habermas and the public sphere*. Cambridge: MIT Press, 1993. p. 259-288.

SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. New York: Harper, 1947.

TARDE, G. *L'opinion et la foule*. Paris: Les Presses Universitaires de France, 1989.

THOMPSON, J. *The media and modernity: a social theory of the media*. Cambridge: Polity Press, 1995.

TUCHMAN, G. Objectivity as strategic ritual: an examination of Newsmen's notions of objectivity. *American Journal of Sociology*, v. 77, n. 4, p. 660-679, 1972. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/2776752>>. Acesso em: 17 ago. 2015.



---

Convenções de qualidade e a  
inserção da agricultura familiar  
na cadeia produtiva do leite na  
região de Imperatriz/MA

---

Marcelo Sampaio Carneiro

---

## Marcelo Sampaio Carneiro

Doutor em Sociologia pela UFRJ, com estágio na EHESS (França). Professor II Associado na UFMA, onde realiza pesquisas sobre o funcionamento de mercados, construção de dispositivos de certificação e dinâmicas sociais. Publicou recentemente: *Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo* (Annablume, 2013); "Entre o Estado, a sociedade e o mercado: análise dos dispositivos de governança da indústria florestal na Amazônia" (*Caderno CRH*, UFBA, 2012); e "Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento" (*Sociologia & Antropologia*, UFRJ, 2012).

## Resumo

Esse artigo tem como objetivo discutir o processo de inserção da agricultura familiar na cadeia da produção de leite bovino na região de Imperatriz, considerando o papel desempenhado pela introdução da Instrução Normativa nº 51, do Ministério da Agricultura e Pecuária, que elevou o patamar de exigência sanitária da qualidade do leite produzido. A análise realizada utiliza como referencial a contribuição da economia das convenções, abordagem teórica que considera a qualidade dos produtos como uma construção social e um elemento central para a coordenação dos atores envolvidos no processo de produção e circulação de bens e serviços. O estudo mostra a disputa entre três tipos de convenções de qualidade (industrial, mercantil e artesanal) na cadeia de produção de leite regional, chamando atenção para os efeitos negativos do estabelecimento de um único padrão de qualidade (industrial) sobre a reprodução da agricultura familiar.

Palavras-chave: Qualidade. Agricultura familiar. Economia das Convenções. Indústria do leite.

## Abstract

*The aim of this article is to discuss the insertion of family farming into the dairy supply chain in the region of Imperatriz, considering the role of Normative Instruction Nº 51 of the Ministry of Agriculture and Livestock, which increased sanitary requirements for the quality of milk. The analysis is based on the Economics of Conventions, a theoretical approach which considers the quality of products a social construction and a central coordination mechanism for the actors involved in production and circulation of goods and services. The study shows the dispute between three types of quality conventions (industrial, market and handcraft) in the regional dairy chain and draws attention to the negative effects of having a single quality standard (industrial) on family farming.*

*Keywords: Quality. Family farming. Economics of Conventions. Dairy industry.*

## Introdução

Esse artigo tem como objetivo discutir o processo de inserção da agricultura familiar na cadeia da produção de leite bovino na região de Imperatriz.<sup>1</sup> A análise desse processo tem como pano de fundo a disputa entre diferentes concepções de qualidade (EYMARD-DUVERNAY, 1995; VALCESCHINI; NICOLAS, 1995, SALAIS, 2003) nessa cadeia produtiva, a partir da mobilização de agentes econômicos e estatais para estabelecer novos padrões de qualidade para a produção e comercialização do leite, com base nos parâmetros definidos pelas Instruções Normativas (IN) 51 e 62 do Ministério da Agricultura e Pecuária.

Como apontam os autores da economia das convenções, a definição da qualidade de um produto é um elemento central para o funcionamento da troca mercantil, pois, ao contrário do que pressupõe a economia convencional, a definição das características de um produto é resultante de uma disputa, envolvendo diferentes atores, localizados nas esferas da produção, da distribuição e do consumo.

*A difusão de um produto passa por uma série de negociações entre atores que se busca envolver ou impedir a defecção. De forma diferente da abordagem econômica tradicional, nós consideramos que essas negociações não concernem somente ao preço de troca, a qualidade do produto é também negociada. [...] O preço de mercado constitui uma dessas referências: um vendedor argumentará sobre a validade de sua oferta se referindo ao preço de mercado. Ao mesmo tempo, ele se apoiará no renome de sua marca ou sobre o respeito de certos padrões (standards) para justificar a qualidade (EYMARD-DUVERNAY, 1995, p. 45, tradução nossa).*

A abordagem da economia das convenções é interessante para a análise do caso em questão, pois, como o processo de implantação das IN vem gerando mobilizações favoráveis e contrárias, essa disputa permite observar o papel desempenhado por diferentes convenções de qualidade na coordenação dos agentes econômicos que integram a cadeia de produção e comercialização do leite na região de Imperatriz/MA. Espera-se, portanto, que ao final desse processo, uma convenção de qualidade torne-se hegemônica, estabelecendo os parâmetros para o desenvolvimento dos diferentes tipos de intercâmbio nessa cadeia produtiva.

No caso estudado, observamos a disputa entre três tipos principais de convenções de qualidade, que, seguindo a tipologia proposta por Salais

& Storper (1993), podem ser classificadas em industrial, mercantil e de interconhecimento (ou artesanal).<sup>2</sup> A convenção industrial caracteriza-se pelo caráter padronizado, tecnicamente definido, do processo de produção do leite e pelo fato de destinar-se a um mercado consumidor genérico; a convenção interpessoal representa a situação oposta, pois o processo de produção segue procedimentos artesanais e o produto elaborado atende a demanda de clientes específicos. A convenção mercantil assemelha-se à industrial, uma vez que também parte de processos produtivos padronizados, mas, ao contrário desta última, é orientada para o atendimento de clientes específicos, que encomendam e estabelecem os requisitos do produto desejado (SALAIS; STORPER, 1993, p. 42-45).

Passado o momento da disputa, a convenção predominante passa a ser elemento central para a coordenação dos agentes, funcionando como um quadro interpretativo a partir do qual as práticas e os produtos que circulam na cadeia produtiva (o leite e/ou o queijo) são qualificados.

*As convenções podem ser apreendidas como quadros interpretativos elaborados e utilizados pelos atores para realizarem a avaliação de situações da ação e de sua coordenação. [...] Os atores recorrem às convenções a fim de fazer valer e de justificar as qualidades e as formas de fazer. A relação interativa e interpretativa aos objetos e a formatação da informação constituem uma maneira convencional de qualificar uma pessoa, uma ação ou um objeto (DIAZ-BONE; THEVENOT, 2014, p. 4, tradução nossa).*

Como dispositivo central para a coordenação dos agentes presentes na cadeia produtiva do leite, a convenção de qualidade estabelecida define um espaço de possibilidades para atuação, em termos de ações de colaboração e de competição entre esses agentes. Destarte, como veremos na terceira seção desse artigo, a introdução das Instruções Normativas 51 e 62 vem sendo acompanhada de um conjunto de ações repressivas sobre os chamados leite e queijo *clandestinos*, que atingiu fortemente a forma tradicional de atuação de agricultores familiares e produtores informais de leite (as chamadas queijeiras) na região do estudo.

Portanto, compreender os efeitos dessa nova convenção de qualidade sobre a organização dessa cadeia regional de produção de leite e seus efeitos sobre a agricultura familiar é importante. Como indicam alguns estudos (SOUZA; BUAINAIN, 2013), o leite é uma das *commodities* agrícolas

em que a produção familiar é competitiva, principalmente pelo uso mais flexível que essa forma social de produção é capaz de realizar do trabalho. É por meio da mobilização das chamadas forças de trabalho não transferíveis (idosos, mulheres e crianças) (TEPICHT, 1973) e das sinergias que ela é capaz de estabelecer, pela articulação entre a produção animal e vegetal, que desloca, por exemplo, quando os preços de mercado são considerados desfavoráveis, parte da produção leiteira para a alimentação animal (suinocultura).

Outro aspecto a ser considerado diz respeito às características da cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz, pois, ao contrário do observado por Carvalho (2010) para o setor da indústria de laticínios no Brasil, cujas principais tendências indicam um processo de consolidação setorial (aquisição e fusão de laticínios) e a crescente dependência da grande distribuição, a situação dessa cadeia regional aponta para a existência de um número elevado de laticínios de pequeno porte, de *queijeiras*<sup>3</sup> (laticínios informais) e um sistema de distribuição que envolve supermercados locais, venda em feiras e à distância, para pequenas e médias cidades do Maranhão, por meio de uma vasta cadeia de intermediários.

Ou seja, trata-se de uma cadeia produtiva fragmentada, sem uma firma líder, operando com elevado nível de ociosidade (SILVA, 2012), com uma forte disputa pelos fornecedores de leite (agricultores familiares, grandes e médios pecuaristas). Operando nesse contexto, os agricultores familiares vêm recebendo uma remuneração considerada satisfatória pelo leite vendido, ao mesmo tempo em que vêm sendo pressionados a se adaptarem às exigências da convenção de qualidade em processo de implantação.

Realizadas essas observações, que apresentam o enquadramento teórico proposto pela pesquisa, passo a expor a estrutura de organização do artigo. Na primeira seção descrevo as características gerais da evolução recente da pecuária maranhense e a organização da atividade leiteira na MRH de Imperatriz. Na segunda parte, analiso o processo de implantação da IN 51 e da IN 62, destacando o papel desempenhado por alguns agentes nesse processo. Na terceira seção, trato do papel desempenhado pela economia do leite para a reprodução da agricultura familiar, apresentando o caso do assentamento São Jorge.<sup>4</sup> Na parte final do artigo, retomo a discussão sobre a disputa entre os agentes acerca dos diferentes padrões



de qualidade do leite comercializado, procurando mostrar como o estabelecimento de um determinado tipo de convenção de qualidade pode ser compreendido como uma estratégia concorrencial, visando à exclusão de competidores, e afetar profundamente o processo de reprodução da agricultura familiar na região estudada.

### O desempenho recente da pecuária maranhense e a organização da cadeia da pecuária leiteira na MRH de Imperatriz

O rebanho bovino maranhense praticamente dobrou nas duas últimas décadas, passando de 3.900.158 cabeças em 1990 para 7.264.106 em 2011, segundo os dados do levantamento da Pecuária Municipal feito pelo IBGE (apud CARNEIRO; ASSIS, 2013). De acordo com os dados da Produção Pecuária Municipal (IBGE apud CARNEIRO; ASSIS, 2013) para o ano de 2011, duas Microrregiões Homogêneas (MRH) concentraram a maior parcela do rebanho bovino maranhense, a MRH de Imperatriz e a MRH de Pindaré, respondendo, respectivamente, por 22% e 20% do rebanho total (CARNEIRO; ASSIS, 2013).

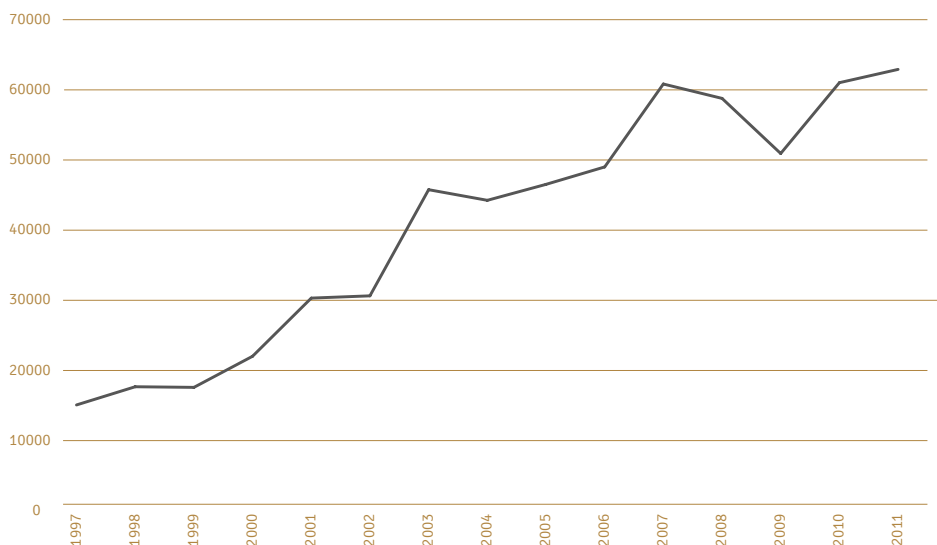
Uma característica também importante da pecuária maranhense é a relevante participação da agricultura familiar no total do rebanho bovino. Segundo estudo de Porro, Mesquita e Santos (2004), com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995/1996, sobre a expansão e a trajetória da pecuária na Amazônia:<sup>5</sup>

Um dos fatores que chama atenção na análise da pecuária maranhense é a elevada percentagem do rebanho pertencente a pequenos e médios produtores. [...] 20% das reses criadas no Maranhão encontram-se em estabelecimentos de até 50 hectares. Tais números contrastam com percentagens significativamente inferiores nos estados de Rondônia (14%), Pará (9%), Mato Grosso (4,5%) e Tocantins (4%). (PORRO; MESQUITA; SANTOS, 2004, p. 38).

Um dos efeitos do crescimento do rebanho é o aumento da produção de leite estadual. Acompanhando o crescimento observado na região Nordeste, o estado do Maranhão passou a ser considerado como uma nova fronteira da expansão da produção de leite, o que provocou a expansão da indústria de laticínios e o deslocamento de grupos empresariais desse segmento para o estado (CAMAROTTO, 2011).

O gráfico a seguir apresenta a evolução da produção maranhense de leite cru e ilustra o crescimento apontado no parágrafo anterior. De acordo com a Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE, 2014), entre 1997 e 2011, a produção maranhense de leite cru quadruplicou, passando de 15,08 milhões de litros para 62,9 milhões de litros.<sup>6</sup>

GRÁFICO 1 - Evolução da produção maranhense de leite cru, resfriado ou não, adquirido (em mil litros) (1997 a 2011)



Fonte: Pesquisa Trimestral do Leite (IBGE, 2014).

O crescimento dessa produção de leite acompanha o crescimento do rebanho estadual, que, como vimos, tem se concentrado nas MRH de Imperatriz e Pindaré. No caso específico da indústria de leite e derivados instalada no estado, das 25 usinas de beneficiamento de leite/fábricas de laticínios implantadas no Maranhão, com registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou no Sistema de Inspeção Estadual (SIE), 15 encontram-se instaladas na região de Imperatriz (Quadro 1).

Quadro 1 - Usinas de Beneficiamento e Fábricas de Laticínio com SIF ou SIE localizadas na MRH de Imperatriz

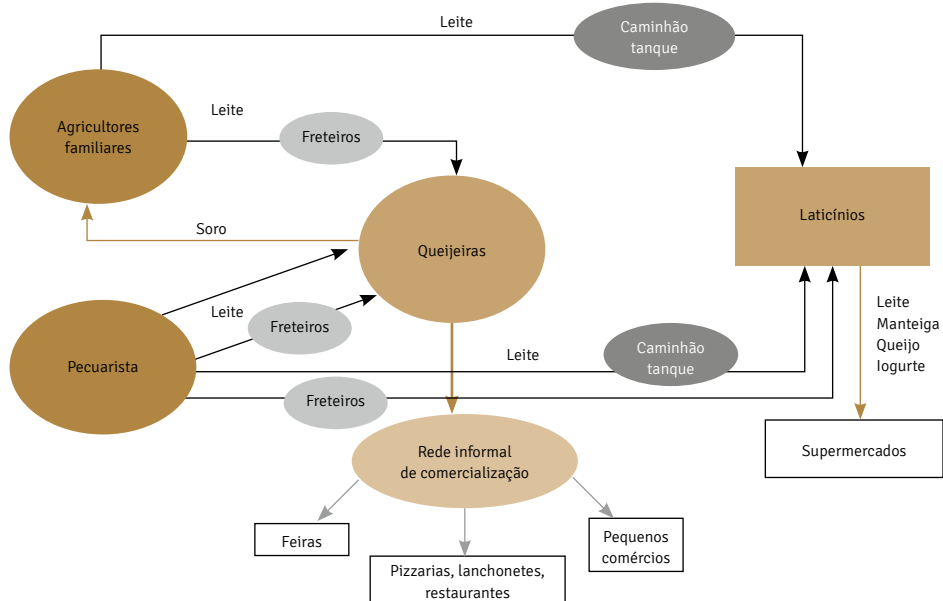
Município	Categoria	Razão Social	Selo
Açailândia	Fábrica de Laticínios	Laticínio Vovó Lenita	SIF
Açailândia	Fábrica de Laticínios	Ind. de Laticínios Córrego Novo	SIF
Açailândia	Fábrica de Laticínios	S. F. Silva & Cia. Ltda.	SIF
Açailândia	Fábrica de Laticínios	C & D Ind. e Com. de Laticínios do MA Ltda.	SIF
Açailândia	Fábrica de Laticínios	Indústria de Queijo Tina Ltda.	SIE
Cidelândia	Fábrica de Laticínios	Laticínios Mayla Ltda.	SIE
Imperatriz	Usina de Beneficiamento	Ind. & Com. de Produtos do Laticínio Carneiro Ltda.	SIF
Imperatriz	Usina de Beneficiamento	M. J. Empreendimentos Ltda.	SIF
Imperatriz	Usina de Beneficiamento	Melki Ind. de Alimentos Ltda.	SIE
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	R.G. Vieira Ind. de Laticínio	SIE
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	Delcor – Delgado Com. e Representação Ltda.	SIE
Imperatriz	Fábrica de Laticínios	M. do S. da Silva Leite	SIE
São Pedro da Água Branca	Fábrica de Laticínios	Indústria de Alimentos Tropical Ltda.	SIF
São Francisco do Brejão	Fábrica de Laticínios	Laticínio Vale do São Francisco	SIF
Senador La Roque	Fábrica de Laticínios	Ind. e Comércio de Laticínio Larissa	SIE

Fonte: Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED/MA) (informação verbal).<sup>7</sup>

O aumento da importância da produção de leite da região de Imperatriz é confirmado por análises sobre o mercado nacional de leite. Ferro, Ozaki e Gegotte (2011), por exemplo, identificaram o Oeste maranhense como a mesorregião que apresentou o segundo maior crescimento (14% ao ano) da produção de leite entre todas as mesorregiões brasileiras, no período entre 1999 e 2009.<sup>8</sup>

No diagrama seguinte, apresento um esboço da organização da cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz, destacando os principais atores presentes na esfera da produção (agricultores familiares e pecuaristas), do transporte (freteiros, atravessadores), da transformação (indústria de laticínios e queijarias) e do consumo final (venda direta, feiras, supermercados, pizzarias, etc.). Nele, procuro identificar os principais fluxos de circulação do leite no interior da cadeia produtiva, para, em seguida, mostrar que tipo de convenção de qualidade predomina em cada um dos tipos de relação estabelecida entre produtores/consumidores (diretos ou indiretos).

DIAGRAMA 1 - Configuração esquemática das relações entre os diferentes agentes presentes na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados levantados por Silva e colaboradores (2012), junto a 345 produtores de leite da região de Imperatriz, ajudam-nos a compreender os diferentes circuitos de comercialização do leite na cadeia produtiva. Segundo essa pesquisa, os laticínios são o principal destino do leite vendido, absorvendo aproximadamente metade (50%) da produção; em seguida vêm as chamadas *queijeiras* (15%), os atravessadores (15%) e a venda direta aos consumidores (15%). Ainda segundo esses autores, o fator fundamental para o predomínio de uma ou outra estratégia na venda do leite pelos produtores é o preço de compra. Contudo, como indicam os dados de nossa pesquisa de campo, outros fatores intervêm nesse processo, caso das relações sociais (de confiança) que articulam a relação entre alguns produtores e laticínios, a possibilidade de utilização de subproduto da fabricação de queijo para a alimentação de pequenos animais e os diferentes prazos de pagamento pelo leite que são oferecidos pelos diversos laticínios.

A partir desse diagrama é possível apresentar também, de forma necessariamente esquemática, os diferentes tipos de convenções de qualidade que estruturam as relações entre os vários agentes (produtores/consumidores) na cadeia produtiva. Nesse sentido, argumento que a relação estabelecida entre fornecedores de leite (pecuaristas ou agricultores familiares) com os laticínios formais (dispondo de certificação do SIE ou do SIF) é balizada por uma convenção de tipo industrial, definida segundo os parâmetros técnicos contidos na IN 51 e na IN 62. No caso da venda direta (de leite ou queijo) realizada por agricultores familiares para consumidores (diretos ou intermediários), a convenção de qualidade vigente é a interpessoal, fundada no costume e na repetição do intercâmbio entre os mesmos. Já a convenção mercantil pode ser observada no intercâmbio realizado entre os produtores de leite e as chamadas *queijeiras* (pequenos laticínios em situação de informalidade), cujo elemento determinante é o fato de o produto ser elaborado de forma a atender uma demanda específica (das *queijeiras*) e não um mercado genérico.

### O processo de fiscalização do leite segundo a IN 51 e a IN 62: a qualidade do ponto de vista da indústria de laticínios

Apesar de a IN 51 ter entrado em vigor em 2004 e a IN 62 em 2011,<sup>9</sup> foi somente a partir do ano de 2012 que os efeitos dessa legislação sanitária federal passaram a ser sentidos pelos atores da cadeia do leite na MRH de Imperatriz, pois foi nesse ano que o Sindicato das Indústrias de Leite e Derivados do estado do Maranhão (Sindileite) acionou o Ministério Público Estadual, com uma representação na Promotoria do Consumidor, solicitando medidas de combate à venda de leite *in natura* e do queijo produzido em estabelecimentos informais.

Como resultado dessa representação foi elaborada uma campanha interinstitucional, coordenada pelo Ministério Público Estadual e contando com a participação dos Serviços de Inspeção Federal e Estadual (Aged), do Sebrae, das Universidades (UEMA, UFMA), Embrapa, Agerp, etc., visando coibir o comércio de produtos da cadeia leiteira que não se encontrassem em conformidade com a legislação sanitária. Os argumentos utilizados para justificar as ações de combate se embasavam na defesa da saúde pública, dos direitos do consumidor e da ordem econômica,

com destaque especial para a questão sanitária, pois como argumentou o Promotor de Justiça do Consumidor da Comarca de Imperatriz, com base em estudo realizado pela Universidade Estadual do Maranhão (Uema), “o leite clandestino, dadas suas condições absolutamente precárias de produção, acondicionamento e transporte, pode causar de uma simples diarreia até a morte” (ORLANDA, 2009 apud PROMOTORIA, 2009).<sup>10</sup>

A campanha possui dois componentes, um de caráter educativo, orientado para a população em geral, com o objetivo de alertar sobre os riscos embutidos no consumo de produtos oriundos da produção informal, e com os produtores de leite e derivados, buscando sensibilizá-los para a necessidade de se adequar à legislação sanitária; o outro componente, de natureza repressiva, é voltado para a intensificação da fiscalização sanitária, que redundou na interdição e multas às chamadas *queijeiras* – laticínios em situação de informalidade (SEBRAE, 2011) – com a apreensão dos produtos oriundos desses estabelecimentos, que até então eram classificados como informais e que passam, a partir destas ações, a serem denominados de *clandestinos*.

Do ponto de vista da indústria de laticínios, o desenvolvimento dessa campanha é apresentado como uma exigência relacionada com a defesa da saúde dos consumidores, que seria garantida pelo estabelecimento de uma convenção de tipo industrial, organizando toda a cadeia produtiva – a partir dos parâmetros técnicos estabelecidos pelas IN – da captação ao processamento do leite, como pode ser verificado no depoimento seguinte, do gerente industrial de um laticínio da região.

[...] O primeiro tratamento que o leite vai receber lá na fazenda é o resfriamento. Na verdade não era – com dez anos da Instrução Normativa – não era para ter um litro de leite em latões, era para nós termos isso tudo em tanques instalados nas propriedades ou em pontos chamados de comunitários, esses produtores se unem lá na fazenda e reúnem esse leite todo lá, isso não superior a um tempo de duas horas após a ordenha [depois coloca] no tanque num tempo não superior a 3 horas [passando com] o resfriamento de uma temperatura de 35 para 4 graus celsius, para manter a característica qualitativa do leite e microbiológica para, posteriormente, num prazo não superior a 48 horas, ser transferido para dentro da indústria processadora (informação verbal).<sup>11</sup>

Contudo, como vimos no diagrama exposto na seção anterior, esses laticínios disputam a produção de leite da região com outros agentes

econômicos, que operam por vezes com outras convenções de qualidade (mercantil ou interpessoal). Portanto, o investimento desses laticínios no estabelecimento dessa convenção de qualidade pode ser pensado como parte de uma estratégia para enfrentar o problema da operação com elevada capacidade ociosa (SILVA, 2012), procurando aumentar sua capacidade de captação de leite por meio da exclusão de outros concorrentes da cadeia produtiva. Essa é, por exemplo, a interpretação feita por análise do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (Deser), para quem a adoção da Instrução Normativa 51 representou a vitória dos grandes laticínios, que, a partir do argumento de respeito ao consumidor e de melhoria na qualidade do leite, se valem dessa IN para dificultar “a abertura de unidades industriais menores, que não se utilizam da pasteurização rápida” (DESER, 2007, p.10).

Por outro lado, como veremos na seção seguinte, essa estratégia produz efeitos também nos agricultores familiares, que, com o aperto da fiscalização contra a venda direta de leite e queijo, são compelidos a direcionar sua produção somente para os laticínios, reproduzindo uma situação ocorrida na Europa, na segunda metade do século XX, que colocou em polos opostos camponeses e a indústria de laticínios (VATIN, 1996).

### A inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite

Apesar do forte processo de grilagem de terras que marcou a história da ocupação do espaço agrário da MRH de Imperatriz, especialmente nos anos 1960/1970 (ASSELIN, 1982; CARNEIRO, 1997; KELLER, 1975), a agricultura familiar conservou uma presença importante nesse território, com destaque para os assentamentos de reforma agrária, que ocupam 1.551.869 hectares, representando cerca de 14% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Na MRH de Imperatriz identificamos três estratégias principais de inserção dos agricultores familiares na cadeia da produção de leite. Num primeiro caso temos aqueles produtores que se inserem nessa cadeia por meio da articulação com alguma indústria de laticínios, assinando um contrato formal e investindo na adequação às normas sanitárias exigidas pela convenção de qualidade industrial. Uma segunda situação é aquela dos agricultores familiares que realizam a venda informal de leite

e/ou queijo, diretamente para os consumidores de pequenas cidades, dos bairros populares dos maiores centros urbanos regionais (Imperatriz e Açailândia), cuja convenção de qualidade que orienta esse intercâmbio é do tipo artesanal. A última estratégia é a da inserção pela venda da produção de leite para pequenos laticínios informais (as *queijeiras*), geralmente sem formalização contratual, que é mediada pela convenção de qualidade mercantil, conforme definimos na primeira seção desse artigo.

### Os agricultores do assentamento São Jorge e a produção de leite

O Projeto de Assentamento São Jorge foi criado em 22/12/1997, com uma área de 4.792,55 hectares, contando atualmente 81 famílias assentadas, trabalhando em lotes com um tamanho médio de 50 hectares. Segundo diagnóstico socioeconômico realizado em 2006, que serviu de base para a elaboração do Plano de Consolidação do Assentamento, os agricultores praticavam dois tipos principais de sistemas de produção. Um sistema conjugava atividades agrícolas e de criação, com ênfase no plantio de culturas de ciclo curto (arroz, milho, feijão e mandioca), enquanto o outro tinha por base somente a criação de gado para a produção de leite<sup>12</sup> (INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA, 2006).

Quando começamos a pesquisar no assentamento, no segundo semestre de 2012, o sistema de produção que envolvia o cultivo de culturas agrícolas encontrava-se em processo de declínio,<sup>13</sup> enquanto o da pecuária leiteira estava em pleno desenvolvimento, com a presença de dois laticínios no assentamento, disputando a produção dos agricultores familiares.

Em outubro de 2013 havia somente um laticínio atuando no assentamento, coletando a produção de leite de 27 agricultores, cuja produção média se aproximava de 45 litros/dia. Além da venda para esse laticínio, os assentados também comercializam sua produção com algumas *queijeiras* que atuam na região. A principal diferença na relação com esses dois compradores está relacionada com o fato de os laticínios oferecerem maior segurança e regularidade no pagamento, ao passo que na venda para as *queijeiras* há sempre a possibilidade de que a carga seja apreendida pela vigilância sanitária e o pagamento não seja efetuado. Uma vantagem na relação com estes últimos agentes é que um subproduto



do leite comercializado – o soro – é devolvido ao agricultor, que, dessa forma, pode utilizá-lo na atividade de criação animal (suinocultura) (CARNEIRO, 2014).

Essa forte presença da atividade pecuária no assentamento é destacada pelo presidente da associação dos produtores, que registra a importância da venda de leite na obtenção de recursos monetários, enquanto sublinha a importância dos cultivos agrícolas para o autoconsumo dos agricultores (GARCIA JUNIOR, 1990), funcionando de forma complementar à criação de gado.

Minha avaliação é que o gado está sendo o carro-chefe de geração de emprego e renda pra boa parte das famílias que mora aqui. Não é todo mundo, mas boa parte das famílias que mora aqui vive dessa questão aí. É o leite, da venda de um bezerro. Não é a atividade única, eles têm lá o plantio de milho, feijãozinho, é esse aí o complemento. Mas, de 15 em 15 dias, todos fazem sua dívida pra pagar com aquele dinheiro do leite, certo? (informação verbal).<sup>14</sup>

Considerando o conjunto das atividades realizadas pelos assentados, podemos dizer que a produção de leite se insere no quadro de uma economia familiar, que envolve a venda e o autoconsumo de alguns produtos agrícolas (farinha de mandioca, por exemplo), a criação de pequenos animais (suínos principalmente) e o trabalho assalariado em atividades temporárias. A produção de leite, além da venda para os laticínios, é utilizada no autoconsumo doméstico e como insumo na produção animal (suinocultura).

Por conseguinte, a compreensão da inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite regional passa pela explicação dos diferentes usos que esse produto desempenha (venda e autoconsumo doméstico), bem como pela possibilidade de sua transformação artesanal em queijo para a venda em outros circuitos mercantis. Nesse último caso, a venda do leite *in natura* e/ou do queijo produzido de forma artesanal (diretamente ou por meio das chamadas *queijeiras*) faz parte de uma estratégia que é acionada quando o preço obtido na venda do leite para os laticínios da região atinge níveis muito baixos, como no caso destacado por uma matéria jornalística, na qual o produtor reclamava que preferia vender o leite *in natura* nas feiras (a R\$ 2,00) do que repassar para os laticínios ao preço de R\$ 0,65 o litro.<sup>15</sup>

## Conclusão

Como apontam vários autores, a agricultura familiar vem conseguindo se inserir de forma competitiva na produção de leite, mesmo em situações em que esse produto se torna uma *commodity* agrícola (LAMARCHE, 1993; SOUZA; BUANAIN, 2013; TEPICHT, 1973; VATIN, 1996). Contudo, como também destaca parte dessa bibliografia, o sucesso dessa inserção está relacionado com o tipo de arranjo institucional (FIANI, 2011) que engloba a atividade leiteira em questão (LAMARCHE, 1993; SOUZA; BUANAIN, 2013) e com a convenção de qualidade vigente (VALCESCHINI; NICOLAS, 1995), que é parte central no desenvolvimento desse arranjo institucional.

No caso da cadeia produtiva do leite da região de Imperatriz encontra-se em curso uma disputa entre diferentes agentes pelo controle do fornecimento e processamento do leite, que se materializa na concorrência entre diferentes tipos de convenção de qualidade para regular os diversos processos de comercialização do leite e seus derivados nessa cadeia.

Nesse processo, alguns agentes da cadeia produtiva, caso dos laticínios de maior porte, por meio de uma aliança com o Ministério Público Estadual, vêm investindo em uma estratégia de cumprimento imediato dos requisitos estabelecidos pelas IN 51 e 62, ao passo que outros atores, as chamadas *queijeiras*, trabalharam para a aprovação de uma legislação estadual que atenua (ou ofereça mais tempo) para a adequação às exigências da legislação federal.

A estratégia da indústria de laticínios, representada pelo Sindileite, passa pela limitação da atuação das *queijeiras* e dos outros usos que os agricultores familiares fazem do leite (produção artesanal de queijo, alimentação animal), de forma a poderem canalizar a produção da bacia leiteira para os seus objetivos e enfrentarem o problema da capacidade ociosa com que funcionam atualmente (SILVA, 2012).

Do ponto de vista dos agricultores familiares, o estabelecimento dessa convenção de qualidade como único parâmetro legal para mediar a produção e comercialização do leite coloca alguns problemas que envolvem os custos de adequação à legislação, a perda de outros canais de comercialização, o fortalecimento da capacidade de formação dos preços pelos laticínios, reproduzindo assim o confronto entre laticínios e agricultores

familiares observado em outras regiões com forte tradição na produção leiteira (VATIN, 1996).

Por conseguinte, dependendo do ritmo e das condições em que a convenção de tipo industrial vier a ser implantada, a reprodução da agricultura familiar nessa região pode vir a ser inviabilizada, com o estabelecimento de um processo de especialização desses agricultores, fragilizando uma das principais características da forma como esse grupo social se relaciona com o mercado, por meio da alternatividade (GARCIA JUNIOR, 1990), isto é, a possibilidade de utilizar de forma alternada, para venda ou para o autoconsumo (alimentar ou produtivo), o leite produzido pelos agricultores familiares.

## Notas

- 1 Definimos a região de Imperatriz/MA como equivalente à Microrregião Homogênea de Imperatriz na forma estabelecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2002), composta por dezesseis municípios, ocupando uma área total de 28.908 km<sup>2</sup> e uma população de 570.876 habitantes (estimativa para 2014). Ao longo do texto utilizarei a expressão região de Imperatriz para designar esse espaço geográfico, que representa o recorte espacial de nossa investigação.
- 2 Essa tipologia é construída segundo dois princípios de diferenciação, concernentes à organização do mercado (produtos genéricos x específicos) e à organização do processo de produção (produção padronizada x especializada). A tipologia original, além das convenções mencionadas (industrial, mercantil e interpessoal), apresenta um quarto modelo, a chamada convenção da produção imaterial, que relaciona produtos elaborados de forma específica, mas que são demandados de forma genérica (SALAIS; STORPER, 1993).
- 3 Segundo a definição do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), essas *queijeiras* são estabelecimentos especializados na produção de queijo que não estão regularizados na Inspeção Sanitária e que geralmente se localizam em fazendas, distantes das zonas mais urbanizadas do município (SEBRAE, 2011, p. 20).
- 4 O Projeto de Assentamento São Jorge está localizado no município de Cidelândia/MA, que integra a MRH de Imperatriz. A escolha desse assentamento para a realização do trabalho de campo foi precedida de reuniões com dirigentes de Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da região, nas quais obtivemos informações de assentamentos com um número importante de agricultores envolvidos na produção de leite e que mantinham relação com algum laticínio.
- 5 Os dados mais recentes do Censo Agropecuário do IBGE, para o ano de 2006, confirmam essa importância da pecuária familiar, pois quando consideramos

o rebanho bovino concentrado em estabelecimentos de até cem hectares, temos um total de 1.759.176 reses, o que representava cerca de 30,3% do total do rebanho estadual (CARNEIRO; ASSIS, 2013).

**6** Esses dados referem-se ao leite (cru ou resfriado) adquirido pela indústria de laticínios (IBGE, 2002, p. 56), portanto não consideram a produção total de leite realizada pelos estabelecimentos agropecuários, que pode ser objeto de venda direta ao consumidor ou de autoconsumo.

**7** Informação repassada pela Fiscal de Defesa Agropecuária Valnice Dias Pereira, da Unidade Regional de Imperatriz da Agência Estadual de Defesa Agropecuária (AGED), no dia 23 de janeiro de 2012.

**8** Vale destacar que a captação de leite realizada pelos laticínios pesquisados não se restringe aos municípios da região de Imperatriz, incluindo, segundo as informações que coletamos em entrevistas, a produção leiteira de municípios localizados no estado de Tocantins (especialmente da MRH do Bico do Papagaio) e no estado do Pará (Dom Eliseu e Brejo Grande do Araguaia), que se localizam na proximidade dos municípios maranhenses.

**9** A Instrução Normativa nº 51 estabeleceu regras mais exigentes quanto aos procedimentos de ordenha do leite, das condições de sua refrigeração e do transporte até os laticínios. A Instrução Normativa nº 62 aumentou o rigor desses padrões de qualidade, dificultando ainda mais as iniciativas de adequação dos pequenos produtores (proibindo a ordenha manual) e estabelecimentos informais (obrigando a pasteurização de todo leite a ser processado) (LIMA NETO, 2014).

**10** Cf. matéria publicada pela assessoria de imprensa do Ministério Público do estado do Maranhão, disponível em <http://elo.com.br/portal/noticias/ver/226673/promotoria-realiza-campanha-de-combate-a-laticinios-clandestinos-.html>.

**11** Entrevista com representante do Laticínio X, realizada em 14/2/2012, na sede da empresa em Imperatriz.

**12** A formação do rebanho bovino desses assentados está relacionada com a oferta de financiamentos subsidiados do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) e do Programa Nacional de Fortalecimento da Reforma Agrária (Pronaf).

**13** A explicação para o enfraquecimento desse tipo de sistema de produção na região está relacionada com vários fatores, dentre os quais se destaca o aparecimento de pragas e doenças, a redução da fertilidade dos solos, o baixo preço do arroz e a escassez de mão de obra para as etapas mais intensivas em trabalho, como o momento da colheita (COUTO, 2015).

**14** Entrevista realizada com LG, no PA São Jorge, em 25/11/2012.

**15** Cf. matéria: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2015/04/comercializacao-do-leite-natura-comeca-crescer-em-acailandia-ma.html>

## Referências

- ASSELIN, Victor. *Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- BENTO JUNIOR, F. A. et al. *Caracterização da bovinocultura de leite no assentamento Itacira I, município de Imperatriz/MA*. Recife: Associação Brasileira de Zootecistas, 2006. Disponível em: <<http://www.abz.org.br/publicacoes-tecnicas/anais-zootec/artigos-cientificos/ensino-extensao/3741-Characterizacao-Bovino-cultura-Leite-Assentamento-Itacira-Município-Imperatriz-Maranhão.html>>. Acesso em: 15 nov. 2012.
- CAMAROTTO, Murillo. Produção de leite deslancha no Nordeste. *Valor Econômico*, São Paulo, p. B-14, 29 set. 2011.
- CARNEIRO, Jonatha F. *Produção familiar e indústria leiteira: a inserção dos produtores de leite do assentamento São Jorge no APL da pecuária de leite da MRH de Imperatriz*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2014.
- CARNEIRO, Marcelo S. Do latifúndio pecuário à empresa latifundiária carvoeira: a estrada de ferro Carajás e a propriedade da terra no Oeste maranhense. In: COELHO, M. C.; COTA, R. G. (Org.). *Dez anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: EDUFPA, 1997. p. 95-130.
- CARNEIRO, Marcelo S.; ASSIS, William S. de. *Relatório final do projeto de pesquisa: crítica socioambiental e ação empresarial: estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira*. São Luís, 2013. Mimeografado.
- CARVALHO, Glauco R. A indústria de laticínios no Brasil: passado, presente e futuro. Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite. *Circular Técnica*, [s.l.], n. 102, 2010.
- COUTO, Xoán C. S. *A adoção de práticas agroecológicas por camponeses: estudo de caso no oeste maranhense*. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.
- DESER - DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS. *A cadeia produtiva do leite de vaca e de caprinos: estudos exploratórios*. Curitiba, 2007. Disponível em: <[http://www.deser.org.br/pub\\_list.asp?id=4#publi](http://www.deser.org.br/pub_list.asp?id=4#publi)>. Acesso em: 14 nov. 2014.
- DIAZ-BONE, R.; THEVENOT, L. La sociologie des conventions: la theorie des conventions, élément central des nouvelles sciences sociales françaises. *Trivium*, n. 5, 2010. Disponível em: <<http://trivium.revues.org/3626>>. Acesso em 10 set. 2014.
- EYMARD-DUVERNAY, François. La négociation de la qualité. In: NICOLAS, F.; VALCESCHINI, E. *Agro-alimentaire: une économie de la qualité*. Paris: INRA: Economica, 1995. p. 39-48.
- FERRO, A. B.; OZAKI, P. M.; GEGOLOTTI, I. G. O avanço do leite: onde o leite está ganhando espaço? *Boletim do Leite*, São Paulo, ano 17, n. 200, p. 2-3, 2011.

FIANI, Ronaldo. *Cooperação e conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GARCIA JUNIOR, Afrânio. *O sul: caminho do roçado*. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Ed. da UNB, 1990.

GOMES, Ézio J. *Dados do censo agropecuário confirmam a concentração da atividade leiteira no Brasil*. Curitiba: DESER, 2009.

IBGE. *Pesquisas agropecuárias*. Rio de Janeiro, 2002. (Série Relatórios Metodológicos, v. 6).

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática. [Pesquisa trimestral do leite]. Rio de Janeiro, [2014]. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=1086&n=0&z=t&o=24&i=P>>. Acesso em: 8 set. 2015.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA AGRICULTURA. *Plano de consolidação dos projetos de assentamento São Jorge e Itaiguara: relatório final*, v. 1. Brasília, DF, 2006.

KELLER, Francisca I. V. O homem da frente de expansão: permanência, mudança e conflito. *Revista de História*, n. 102, p. 666-709, 1975.

LAMARCHE, Hughes (Coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

LIMA NETO, Evaristo J. A implantação de normas sanitárias e a construção de uma convenção de qualidade no mercado do leite na microrregião de Imperatriz/MA. Projeto de Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2014.

PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamim A.; SANTOS, Itaan de J. P. *Expansão e trajetórias da pecuária na Amazônia: Maranhão, Brasil*. Brasília, DF: Ed. da UNB, 2004.

PROMOTORIA realiza campanha de combate a laticínios clandestinos. São Luís: Elo Internet, 2009. Disponível em: <<http://elo.com.br/portal/noticias/ver/226673/promotoria-realiza-campanha-de-combate-a-laticinios-clandestinos-.html>>. Acesso em: ago. 2015.

SALAIS, Robert. Postface. In: STANZIANI, A. *La qualité des produits en France (XVIII-XX siècles)*. Paris: Ed. Belin, 2003. p. 271-290.

SALAIS, Robert; STORPER, Michael. *Les mondes de production: enquête sur l'identité économique de la France*. Paris: Ed. de l'Ehess, 1993.

SEBRAE. *A produção leiteira da região Pré-Amazônia maranhense*. Açailândia: Sebrae, Unidade de Negócios de Açailândia, 2011.

SILVA, Antonio J. de Souza. *Agroindústria do leite na microrregião de Imperatriz –MA: análise dos direcionadores de competitividade*. 90 f. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Fundação Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2012.

SILVA, Z. F. Fatores limitantes da atividade leiteira na microrregião maranhense de Imperatriz na percepção dos produtores. *Revista de Ciências Agrárias*, v. 56, n. 2, p. 99-105, 2013.

SILVA, Z. F. et al. Características do sistema de produção de leite da Microrregião de Imperatriz, no estado do Maranhão. *Revista de Ciências Agrárias*, v. 55, n. 2, p. 92-97, 2012.

SOUZA, R. P.; BUAINAIN, A. M. A competitividade da produção de leite da agricultura familiar: os limites da exclusão. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 21, n. 2, p. 308-331, 2013.

TEPICHT, Jerzy. *Marxisme et agriculture: le paysan polonais*. Paris: Armand Colin Ed., 1973.

VALCESCHINI, E.; NICOLAS, F. La dynamique économique de la qualité agro-alimentaire. In: NICOLAS, F.; VALCESCHINI, E. *Agro-alimentaire: une économie de la qualité*. Paris: INRA: Economica, 1995. p. 15-38.

VATIN, François. *Le lait et la raison marchande: essais de sociologie économique*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996.





**NÚMEROS ANTERIORES**

## EDIÇÃO 24

*O americanista tardio: as relações entre o Brasil e os Estados Unidos nos escritos de Joaquim Nabuco*

Angela Alonso

*Anísio Teixeira: cultura e educação para a nova cidadania*

Carlos Guilherme Mota

*Pornografia e Shoah*

Jacques Fux

*Teoria do Estado Desenvolvimentista: uma revisão da literatura*

Marcus Ianoni

*As reflexões históricas de Sérgio Buarque de Holanda sobre agricultura (1936-1957)*

Robert Wegner

## EDIÇÃO 25

*O Estado Novo e o debate sobre o populismo no Brasil*

Angela de Castro Gomes

*Mundo desencantado e mundo desengajado*

Luis Carlos Fridman

*Henrique Galvão entre os descompassos no império lusitano*

Rita Chaves

*O marketing político no Brasil: da consolidação ao desafio das redes sociais*

Sérgio Ricardo Rodrigues Castilho

*Exílio e linguagem: a escrita de Samuel Rawet*

Vera Lins

DOSSIÊ

*Sustentabilidade*

Marta de Azevedo Irving (Organização)

*Sustentabilidade e O futuro que não queremos: polissemias, controvérsias e a construção de sociedades sustentáveis*

Marta de Azevedo Irving

*Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro*

Carlos Frederico B. Loureiro

*“Sustentabilidade líquida”: o consumo da natureza e a dimensão do capitalismo rizomático nos platôs da sociedade de controle*

Fred Tavares

*Sustentabilidade e justiça social*

Maryane Vieira Saisse

*Comunicação e sustentabilidade: reflexões sobre o papel da mídia na construção de novas práticas de cidadania*

Elizabeth Oliveira

*Evolução do trabalho infantil no Brasil*

Ana Lúcia Kassouf

*K., relato de uma busca: autoficção e efeitos políticos*

Anna Faedrich, Renato Lima e Jacques Fux

*Contribuições da experiência internacional ao gerenciamento das rendas do petróleo do pré-sal brasileiro*

Beni Trojbciz

*Governo representativo e democratização: revendo o debate*

Fernando Limongi

*Fome, pobreza e desenvolvimento: um convite à leitura de Josué de Castro*

Rosana Magalhães

## EDIÇÃO 28

### DOSSIÊ

#### *Florestan: 20 anos depois*

Gabriel Cohn (Organização)

#### *A margem e o centro. Travessias de Florestan Fernandes*

Gabriel Cohn

#### *Sessenta anos da publicação de um relatório exemplar*

Elide Rugai Bastos

#### *Modos de explicar o Brasil: o estruturalismo sociológico de Florestan Fernandes e o construtivismo institucional de Mangabeira Unger*

Carlos Sávio Teixeira

#### *Sobre cinema pago no contexto cultural pós-moderno.*

#### *Três teses sobre arte, estética e sociedade*

Ronaldo Rosas Reis

#### *A independência do poder judiciário em perspectiva comparada: Brasil e Argentina*

Luciléia Aparecida Colombo

Caso tenha interesse em receber a revista

*Sinais Sociais*, entre em contato conosco:

Assessoria de Comunicação do

Departamento Nacional do Sesc

[publicacoes@sesc.com.br](mailto:publicacoes@sesc.com.br)

tel.: (21) 2136-5149

fax: (21) 2136-5470

**NORMAS PARA PUBLICAÇÃO**

## Política editorial

A revista *Sinais Sociais* é editada pelo Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc) e tem por objetivo contribuir para a difusão e o desenvolvimento da produção acadêmica e científica nas áreas das ciências humanas e sociais. A publicação oferece a pesquisadores, universidades, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais um canal plural para a disseminação do conhecimento e o debate sobre grandes questões da realidade social, proporcionando diálogo amplo sobre a agenda pública brasileira. Tem periodicidade quadrimestral e distribuição de 5.000 exemplares entre universidades, institutos de pesquisa, órgãos públicos, principais bibliotecas no Brasil e bibliotecas do Sesc e Senac.

A publicação dos artigos, ensaios, entrevistas e dossiês inéditos está condicionada à avaliação do Conselho Editorial, no que diz respeito à adequação à linha editorial da revista, e por pareceristas *ad hoc*, no que diz respeito à qualidade das contribuições, garantido o duplo anonimato no processo de avaliação. Eventuais sugestões de modificação na estrutura ou conteúdo por parte da Editoria são previamente acordadas com os autores. São vedados acréscimos ou modificações após a entrega dos trabalhos para composição.

## Normas editoriais e de apresentação de artigos

O trabalho deve ser apresentado por carta ou e-mail pelos(s) autor(es), que devem se responsabilizar pelo seu conteúdo e **ineditismo**. A carta deve indicar qual ou quais áreas editoriais estão relacionadas ao trabalho, para que este possa ser encaminhado para análise editorial específica. A mensagem deve informar ainda endereço, telefone, e-mail e, em caso de mais de um autor, indicar o responsável pelos contatos.

Incluir também o **currículo** (com até cinco páginas) com a formação acadêmica e a atuação profissional, além dos dados pessoais (nome completo, endereço, telefone para contato) e um **minicurrículo** (entre 5 e 10 linhas, fonte *Times New Roman*, tamanho 10), que deverá constar no mesmo documento do artigo, com os principais dados sobre o autor: nome, formação, instituição atual e cargo, áreas de interesse de trabalho, pesquisa, ensino e últimas publicações.

Os textos devem ser encaminhados para publicação ao e-mail: [sinaissociais@sesc.com.br](mailto:sinaissociais@sesc.com.br), ou em CD ao endereço a seguir:

O corpo do texto deverá ter no mínimo 35.000 e no máximo 60.000 caracteres, digitado em editor de texto Word for Windows, margens 2,5 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entrelinhas 1,5. As páginas devem ser numeradas no canto direito superior da folha.

A estrutura do artigo deve obedecer à seguinte ordem:

- a) Título (e subtítulo se houver).
- b) Nome(s) do(s) autor(es).
- c) Resumo em português (de 100 a 250 palavras, fonte Times New Roman, tamanho 10, não repetido no corpo do texto).
- d) Palavras-chave (no máximo de cinco e separadas por ponto).
- e) Resumo em inglês (de 100 a 250 palavras, fonte Times New Roman, tamanho 10).
- f) Palavras-chave em inglês (no máximo de cinco e separadas por ponto).
- g) Corpo do texto.
- h) Nota(s) explicativa(s).
- i) Referências (elaboração segundo NBR 6023 da ABNT e reunidas em uma única ordem alfabética).
- j) Glossário (opcional).
- l) Apêndice(s) (opcional).
- m) Anexo(s) (opcional).

Anexos, tabelas, gráficos, fotos e desenhos, com suas respectivas legendas, devem indicar as unidades em que se expressam seus valores, assim como suas fontes. Gráficos e tabelas devem vir acompanhados das planilhas de origem. Todos esses elementos devem ser apresentados no interior do texto, no local adequado ou em anexos separados do texto com indicação dos locais nos quais devem ser inseridos. Sempre que possível, deverão ser confeccionados para sua reprodução direta. As imagens devem ser enviadas em alta definição (300 dpi, formato TIF ou JPEG).

Recomenda-se que se observem ainda as normas da ABNT referentes à apresentação de artigos em publicações periódicas (NBR 6022), apresentação de citações em documentos utilizando sistema autor-data (NBR 10520) e numeração progressiva das seções de um documento (NBR 6024).

## Referências (exemplos):

### Artigos de periódicos

DEMO, Pedro. Aprendizagem por problematização. *Sinais Sociais*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 112-137, jan. 2011.

DIAS, Marco Antonio R. Comercialização no ensino superior: é possível manter a ideia de bem público? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 817-838, set. 2003.

### Capítulos de livros

CANDIDO, Antonio. O significado de *Raízes do Brasil*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 25. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1993. p. 39-49.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Aurélia Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1980. v. 5, p. 14-110.

### Documentos eletrônicos

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores: 2002*. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002/sintesepnad2002.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. Desigualdade racial de saúde e contexto de classe no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582011000100001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582011000100001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 jul. 2013.

SANTOS, Nara Rejane Zamberlan; SENNA, Ana Julia Teixeira. Análise da percepção da sociedade frente à gestão e ao gestor ambiental. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 2., 2011, Londrina. *Anais eletrônicos...* Bauru: IBEAS, 2012. Disponível em: < <http://www.ibeas.org.br/congresso/Trabalhos2011/I-002.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2013.



HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

### Trabalho acadêmico

VILLAS BÔAS, G. *A vocação das ciências sociais (1945/1964): um estudo da sua produção em livro*. 1992. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

Esta revista foi composta na tipologia Caecilia LT Std  
e impressa em papel pólen 90g, na Rona Editora Ltda.



Abrigamento de mulheres em situação de violência de gênero: um estudo comparativo Salvador-Madri, Cândida Ribeiro Santos • *Os Sertões*, ainda e além, Carolina Correia dos Santos • Uma análise sobre a economia étnica no Brasil, Cláudia Lima Ayer de Noronha e Elaine Meire Vilela • Imprensa e esfera pública: retomando o debate Lippmann e Dewey, Luiz Augusto Campos • Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA, Marcelo Sampaio Carneiro.



#### FINALIDADE SOCIAL

A revista *Sinais Sociais* tem por objetivo enriquecer a agenda pública brasileira fomentando um diálogo amplo e consistente sobre suas principais questões. Coerentemente com a missão do Sesc de promover o bem-estar, a produção acadêmica é aqui veiculada tendo em vista sua contribuição à transformação social.

#### PLURALIDADE

A qualidade de vida é objeto de diversas áreas do conhecimento. Este é o motivo pelo qual a *Sinais Sociais* recebe a produção de múltiplas especialidades, reunidas sob a perspectiva de reconhecer e valorizar um pensamento crítico capaz de motivar o aprendizado e o desenvolvimento.

#### ALCANCE

Uma vez que a difusão do conhecimento exige manter e incorporar canais para garantir o acesso do leitor, esta publicação é distribuída regularmente a bibliotecas, universidades, instituições de ensino e pesquisa e organizações sociais. A cada número lançado é realizado um seminário com a presença dos autores, para transmissão pela internet. Todas as edições são posteriormente disponibilizadas para acesso e leitura via web.

